

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Geociências  
Mestrado em Geografia

Maurício Rossini dos Santos

**O vandal e o vivido**

O vandalismo e a formação de territorialidades alternativas em Caxias do Sul - RS

Porto Alegre

2024

Maurício Rossini dos Santos

**O vandal e o vivido**

O vandalismo e a formação de territorialidades alternativas em Caxias do Sul - RS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Porto Alegre

2024

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Maurício Rossini dos Santos

### O vandal e o vivido

O vandalismo e a formação de territorialidades alternativas em Caxias do Sul - RS

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

**Aprovado em:** Porto Alegre, Clique aqui para inserir uma data..

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cláudia Luísa Zeferino Pires  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Luís Abalos Junior  
IFFar

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Roberta Paula Rech  
UCS

#### CIP - Catalogação na Publicação

dos Santos, Maurício Rossini

O vandal e o vivido: O vandalismo e a formação de territorialidades alternativas em Caxias do Sul - RS / Maurício Rossini dos Santos. -- 2024.

218 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. vandalismo. 2. Caxias do Sul. 3. território. 4. territorialidades. I. Soares, Paulo Roberto Rodrigues, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Quando penso em agradecimentos, minha vontade é a de agradecer a todos que colaboraram de alguma forma para que eu chegasse até esse momento, e, como dizemos na rua, quem é sabe. Mas, acho que nomear algumas pessoas não fará mal. Portanto, agradeço à Barbara pelo amor e amparo, por me acompanhar durante todo o processo, desde quando a dissertação era ainda só uma ideia, botando fé o tempo todo, aguentando minhas crises, me acalmando quando eu me encontrava preocupado e se preocupando quando eu estava calmo, pelas discussões sobre e contribuições para o trabalho; à Laura pela atenção às palavras que as/os leitores agora têm em mãos, pela generosidade nas sugestões e críticas ao trabalho; à Luísa pela atenção, toda vez que eu precisava trocar ideia sobre alguma parte do trabalho que dizia respeito a sua área de atuação; à minha mãe pela preocupação e incentivo, principalmente, nas últimas semanas antes da entrega; a ela e a meu pai, que com seu esforço garantiram meu acesso à universidade, sem isso não seria possível chegar até aqui; Aos amigos Bruno e Gustavo, que souberam melhor do que ninguém fazer piadas com o peso que o trabalho exerce sobre quem o executa, tornando o processo mais leve; à Manuela e Roberta que seguraram as pontas quando precisei diminuir o ritmo nas tarefas militantes; ao orientador, Paulo, pela liberdade concedida durante o processo de pesquisa e por topar acompanhar um arquiteto urbanista nesse trabalho; ao Adam e ao outro Bruno por me conceder acesso a livros importantes no desenvolver do trabalho, especialmente, ao segundo, que me incentivou a ingressar no POSGEA; àquelas-es com quem pude dividir a pesquisa, conversar e refletir sobre uma prática tão íntima e que representa tanto na vida de quem se dedica a ela, especialmente à amiga RIETA, com quem troquei ideia por longos períodos sobre o assunto e pude dividir momentos importantes de reflexão sobre o movimento; àquelas-es com quem pude dividir sonhos de viver uma sócio-espacialidade menos injusta e desigual; a todas-os que dedicam a vida a lutar por um mundo onde caibam muitos outros.

Por fim, quase como diz FBC: a todas-os que pintam o cinza, mesmo que de preto fosco, da cidade. Seguimos!

*Aquele que não cedeu  
Foi abatido  
O que foi abatido  
Não cedeu.*

*A boca do que preveniu  
Está cheia de terra.  
A aventura sangrenta  
Começa.  
O túmulo do amigo da paz  
É pisoteado por batalhões.*

*Então a luta foi em vão?*

*Quando é abatido o que não lutou só  
O inimigo  
Ainda não venceu.  
(BRETCH, 2000, p. 187)*

## RESUMO

Este trabalho se colocou em movimento buscando compreender as dinâmicas territoriais do que chamamos *vandal*, um conjunto de práticas artísticas indisciplinadas — e ilegais —, na cidade de Caxias do Sul. A partir de uma observação participante, preocupada em atentar para as vivências das-os sujeitas-os da prática, buscamos analisar as relações entre vandalismo e cidade, *locus* das práticas, que dialeticamente as influencia ao passo que tem também sua espacialidade transformada. Para isso nos apoiamos sobre o tripé conceitual: *espaço*, *relações sociais* e *psique*, que se desdobra nos conceitos *espaço social*, *território* e *lugar*, a fim de pensar o *vandal* enquanto prática de tensionamento do/no espaço. A dissertação se propôs a atuar a partir de conversas e derivas somadas a conversas que se atentaram às dimensões materiais e subjetivas de um fenômeno que imprime outras territorialidades nos muros da cidade de Caxias do Sul. A partir de uma postura metodológica libertária buscamos também compreender a *corpografia* — cartografia dos corpos — das-os sujeitas-os dessas manifestações artísticas, com o intuito de entender como as-os praticantes do *vandal* se relacionam com a cidade, e sua territorialidade posta — ainda que em movimento —, na busca por uma outra, ou por muitas outras, territorialidades.

**Palavras-chave:** Vandalismo. Território. Territorialidade. Caxias do Sul.

## RESUMEN

Este trabajo se puso en marcha buscando comprender las dinámicas territoriales de lo que llamamos vandal, un conjunto de prácticas artísticas indisciplinadas — e ilegales —, en la ciudad de Caxias do Sul. A partir de una observación participante, preocupada por atender a las vivencias de las-os sujetas-os de la práctica, buscamos analizar las relaciones entre vandalismo y ciudad, locus de las prácticas, que dialécticamente las influencia a medida que también transforma su espacialidad. Para ello nos apoyamos en el trípode conceptual: *espacio, relaciones sociales y psique*, que se desdobra en los conceptos de *espacio social, territorio y lugar*, con el fin de pensar el *vandal* como práctica de tensión del/en el espacio. La disertación se propuso actuar a partir de conversaciones y derivas sumadas a diálogos que atendieron a las dimensiones materiales y subjetivas de un fenómeno que imprime otras territorialidades en los muros de la ciudad de Caxias do Sul. Desde una postura metodológica libertaria, buscamos también comprender la corpografía — cartografía de los cuerpos — de las-os sujetas-os de estas manifestaciones artísticas, con el objetivo de entender cómo las-os practicantes del vandal se relacionan con la ciudad, y su territorialidad establecida — aunque en movimiento —, en busca de otra, o de muchas otras, territorialidades.

**Palabras-clave:** Vandalismo. Territorio. Territorialidad. Caxias do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Para ilustrar, modalidades mencionadas em ordem: bomb, pixo, tag e pixação. Fonte: acervo do autor. ....	10
Figura 2 - Objetivos, procedimentos adotados, conceitos mobilizados. Fonte: elaborado pelo autor. ....	30
Figura 3 - Tripé teórico-metodológico da pesquisa. Fonte: elaborado pelo autor. ....	31
Figura 4 - Divisão espacial proposta para análise: centro expandido e periferia urbana, separadas pela avenida Perimetral; e periferias do centro. Fonte: elaborado pelo autor .....	35
Figura 5 - Planta das imediações da empresa Intral, em vermelho: as ruas que seriam fechadas e o novo perímetro após fechamento, 1969. Fonte: Anexo à Lei 1.807, de 27 de junho de 1969. Editada pelo autor.....	39
Figura 6 - Planta das imediações empresa Intral, em vermelho: as ruas que seriam fechadas e o novo perímetro após fechamento, 1982. Fonte: Anexo à Lei 2.797, de 28 de dezembro de 1982. Editada pelo autor. ....	40
Figura 7 - Planta da praça proposta pela Intral. Fonte: Parte da troca de áreas pelas quadras fechadas para ampliação da fábrica. Processo da Lei 2.797 de 28 de dezembro de 1982. ....	41
Figura 8 - Trecho da reportagem: “Pepe e Sartori respondem às perguntas do movimento comunitário” (Jornal dos Bairros, edição de setembro, p. 08).....	52
Figura 9 - Das casas Tôscas dos Pioneiros à perda de identidade. Fonte: Jornal Pioneiro, Edição de 28 de dezembro de 1968.....	56
Figura 10 - O Hip Hop é das crianças, registros de Martha Cooper.....	90
Figura 11 - Saída de Campo realizada na companhia do orientador Paulo Soares (19/04/2023). Elaborado pelo autor.....	104
Figura 12 - Portão da Dal Canalle, agenda clássica da cidade. Fonte: acervo do autor. .....	108
Figura 13 - Vinícola Rio-Grandense, 2017/2024. Elaborado pelo autor. Fonte: acervo do autor e Google Maps.....	109
Figura 14 - Primeira deriva solitária, trajetos da minha juventude (30/06/2022). Elaborado pelo autor. ....	117
Figura 15 - Deriva BR-116/Conselheiro Dantas, recriação de caminhos do rolê com N-ESTRAGO (28/03/2024). Elaborado pelo autor. ....	120

Figura 16 - Deriva pelo “outro lado da Júlio” (08/12/2022). Elaborado pelo autor...	122
Figura 17 - Deriva pelos abandonados do Pio X, “a vida é quantas?” (27/03/2024). Elaborado pelo autor. ....	125
Figura 18 - Deriva Exposição, vinícola, Corsetti. 2,20 já era roubo, KXOPS! Usa tua bici (27/03/2024). Elaborado pelo autor. ....	127
Figura 19 - Deriva pela perimetral, Rio Branco e BR, o reino do abandonado (01/04/2024). Elaborado pelo autor.....	130
Figura 20 - Deriva com ODRA, viaduto da baia, viaduto OPC·VNR (e o desencontro com CHERRY) e muro dos Smurfs (28/03/2024). Elaborado pelo autor.....	131
Figura 21 - Deriva com CHERRY, o não acolhimento da cena, o lúdico encontro entre grafite e skate e a abertura das portinhas (04/04/2024). Elaborado pelo autor.....	132

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 VIVA A GEOGRAFIA! ALGUMAS REFLEXÕES EM MEIO À CRISE</b> .....	<b>17</b>
2.1 ESPAÇO E LIBERDADE, DESOBEDIÊNCIA E METODOLOGIA .....	25
<b>3 CAXIAS DO SUL, QUE URBANIDADE É ESSA?</b> .....	<b>32</b>
3.1 DA FÉ E DO TRABALHO .....	36
3.2 CAPITAL DA CULTURA OU CULTURA DO CAPITAL? .....	45
<b>4 ESPAÇO SOCIAL, UMA OUTRA INTRODUÇÃO</b> .....	<b>58</b>
<b>5 A TRETA É SOBRE TERRITÓRIO</b> .....	<b>65</b>
5.1 DO LUGAR À TERRITORIALIDADE .....	69
5.2 TERRITORIALIDADE: O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO .....	75
5.3 TERRITORIALIDADE VÂNDALA .....	79
<b>6 GEOGRAFIA E IMAGINAÇÃO: EM BUSCA DE OUTRAS TERRITORIALIDADES</b> .....	<b>85</b>
6.1 “DO LADO DE FORA, TIA. DA RUA, QUE É NOSSA!” .....	92
6.2 PROFANAÇÕES: A IDEIA DE DELINQUÊNCIA COMO AUTODEFESA DAS-OS LENTAS-OS .....	97
<b>7 OUTRA FICÇÃO CHAMADA CIDADE</b> .....	<b>103</b>
7.1 O MAPA E A MENSAGEM: AINDA HÁ VIDA NAS RUAS .....	113
<b>8 MAS NÃO DEVIA</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>140</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>147</b>
ANEXO 01: REGISTROS DA DERIVA 30/06/2022 (PRIMEIRA DERIVA SOLITÁRIA) .....	147
ANEXO 02: REGISTROS DA DERIVA 08/12/2022 (“OUTRO LADO DA JÚLIO”) ..	160
ANEXO 03: REGISTROS DA DERIVA 19/04/2023 (COM O ORIENTADOR) .....	171
ANEXO 04: REGISTROS DA DERIVA 27/03/2024 (2,20 JÁ ERA ROUBO, KXOPS) .....	181
ANEXO 05: REGISTROS DA DERIVA 27/03/2024 (A VIDA É QUANTAS?) .....	194
ANEXO 06: REGISTROS DA DERIVA 28/03/2024 (DO ROLÊ COM N-ESTRAGO) .....	204
ANEXO 07: REGISTROS DA DERIVA 01/04/2024 (O REINO DO ABANDONADO) .....	210

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho que se apresenta ao-à leitor-a versa sobre *vandalismo*. Mas também sobre cidade. A produção espacial capitalista — essa máquina que nos proporciona toda sorte de desigualdades — se desenvolve de formas diferentes conforme as combinações no tempo e no espaço (PRADILLA, 2014). Dessa forma, cada fragmento de espaço, produto e produtor de relações sociais, afeta as vidas que o animam de formas diferentes. É essa cidade desigual, onde conflitam uma ordem globalizante e uma ordem cotidiana, o *locus* das manifestações que interessam a este trabalho. Podemos antecipar que essas formas de expressão evidenciam conflitos territoriais entre os que produzem, formalmente, o espaço urbano e os que tensionam esses espaços à procura de outras espacialidades possíveis.



Figura 1 – Para ilustrar, modalidades mencionadas em ordem: bomb, pixo, tag e pixação. Fonte: acervo do autor.

Utilizamos<sup>1</sup> o termo vandalismo não em referência ao vândalo escandinavo, mas ao que as/os artistas de rua — e aqui me refiro às/aos artistas gráficas/os de rua, que se comunicam a partir de imagens estáticas grafadas em muros e paredes<sup>2</sup>, sejam elas marcadas com tinta ou através de cola e cartazes, que também são marcados com tinta — definem como *vandal*. O termo é utilizado, principalmente, pelas/os praticantes do chamado *grafite*<sup>3</sup> *vandal*, no intuito de diferenciar o *bomb* ou *throw up* dos painéis comerciais com linguagem urbana. O termo vandalismo também é frequentemente utilizado pelos veículos tradicionais de mídia para se referir a pixações, *bombs*, *tags*, ou a qualquer forma de arte que o imaginário estético hegemônico não compreenda (figura 01). Por isso, utilizo *vandal* ou vandalismo para me referir às artes crime que carregam conteúdo visual e utilizam os muros e paredes da cidade como veículo de suas mensagens.

O trabalho também é sobre *território* e teve por desafio compreender as dinâmicas territoriais das artes urbanas não autorizadas — ou ilegais — e a construção do imaginário das/dos suas/eus praticantes na cidade de Caxias do Sul. Bem como, entender de que forma essas práticas tensionam o espaço formal — da propriedade — em direção a outras territorialidades. Assim, as reflexões que nos guiaram nesse caminho apoiam-se sobre o *tripé: espaço, relações sociais e psique* — proposto por Souza (2017) em *Por uma Geografia Libertária* —; por considerar a corporeidade das/os sujeitos do fenômeno de fundamental importância para o entendimento de uma arte, essencialmente, *anárquica* — que desafia a ordem sagrada e doutrinária da propriedade privada.

Os projetos urbanos contemporâneos são — de maneira crescente — pautados por uma estética globalizante, padronizadora. Porém, por mais *standartizada* que

---

<sup>1</sup> O uso da primeira pessoa do plural na tecitura do texto deste trabalho se deve não apenas por considerar ele fruto de diversas mãos, umas mais visíveis que outras — nenhuma delas invisível do mercado — que me auxiliam no processo de pensar e revisar o trabalho, faço uso das palavras de Morin (cf. “Advertência do Tomo I, p. 33) para alertar que: “neste texto, passo do *nós* ao *eu*. O *eu* não é pretensão, é tomada de responsabilidade do discurso. O *nós* não é majestade, é companheirismo imaginário com o leitor”.

<sup>2</sup> Considero como marco histórico para as manifestações estudadas as revoltas estudantis de 1968 e isso porque foi o maio de 1968 que inspirou as primeiras pixações na cidade de Caxias do Sul, um tanto antes da chegada do *graffiti* em solo brasileiro, que acontece na década de 1980 e um pouco antes de CÃO FILA KM 26, um dos marcos da pixação paulista começar a grafar muros no início dos anos 1970.

<sup>3</sup> Me refiro ao elemento *graffiti* como *grafite*, por entender que o encontro do hip hop com a arte brasileira transmuta o *graffiti* em algo nosso, em grafite, essa outra coisa, que mistura a arte de povos originários de Latinoamérica, xilogravura e artes regionais tipicamente desenvolvidas ao sul do mapa.

possam ser nossas cidades, é importante observarmos que há sempre “outra cidade” — ou “outras cidades” — autoconstruída a partir do conflito. É essa “outra cidade” que o *vandal* evidencia. Assim, o estudo acadêmico que desenvolvemos mobiliza, em um primeiro momento, os conceitos de *espaço social*, *território* e *lugar*, com o objetivo de pensar o vandalismo enquanto prática de tensionamento do/no espaço. O objetivo foi relacionar os conceitos supracitados com o que Certeau (1996) chamou de *delinquências* e com o que Santos (2017) caracterizou como *homens* — ao que acrescento mulheres — *lentos*, a fim de compreender como essas práticas sócio-espaciais se traduzem na urbanidade e como transformam a espacialidade urbana.

Para pensarmos como as práticas que interessam a esse estudo se desenvolvem na cidade de Caxias do Sul, que tem seu imaginário — e urbanidade — construído sob a valorização, um tanto abstrata, do trabalho<sup>4</sup>, a pergunta feita por Souza (2017, p. 37), se mostra bastante pertinente: ao resgatar a ideia de que o substrato espacial material, como faceta do espaço social, seria “produto da transformação da natureza pelo trabalho”, ele provoca, “por que somente pelo trabalho?” O *vandal* parece direcionar à cidade a mesma pergunta ao colocar em xeque as inverdades, não somente do substrato espacial material, mas da construção da espacialidade — formal — caxiense, de modo geral. Também se fez necessário, portanto, buscar compreender como a produção do espaço urbano afeta não só a prática, mas a escolha pela prática, ou de que forma ela modifica os corpos e o próprio fenômeno? Em um universo sem número de formas de expressão e comunicação, nos parece importante entender a escolha por uma arte que coloca a liberdade — e também a vida — da-o praticante em risco e de que forma esses corpos se relacionam com o espaço que os serve como veículo da mensagem e como habitat. Essa forma de se relacionar, experienciar, de sentir o espaço pode lançar luz a outros questionamentos: de que forma se dá a escolha pelos locais de intervenção? E ainda, a partir da escolha, qual é o conteúdo que essas intervenções veiculam nos diferentes espaços? Existe diferença entre as mensagens que se imprimem nos muros dos bairros onde vivem as/os artistas e no centro da cidade? E, por fim, como essas manifestações se comunicam com a cidade e quais são seus impactos em uma cidade

---

<sup>4</sup> Como é possível observar no slogan “Caxias do Sul, da fé e do trabalho”, que deu nome a gestão do prefeito Alceu Barbosa Velho (PDT) no período 2013/2017.

como Caxias do Sul? Essas perguntas nos direcionaram no processo de construção da pesquisa.

Mais do que isso, nos interessou entender se o vandalismo é, ou pode ser, considerado uma ferramenta de resistência frente às formas hegemônicas de produção do espaço social urbano. E, ao considerarmos o *vandal* um instrumento de comunicação entre as/os lentas/os dentro das cidades, buscar compreender a composição cartográfica do fenômeno na cidade de Caxias do Sul. Onde a arte tensiona? Onde ela comunica a partir do afeto — e de quais afetos —, onde a mensagem é conflito e onde ela é conversa? O que isso nos diz sobre a territorialidade desses movimentos? A ideia foi entender, a partir dos relatos, o que essas práticas têm a nos dizer sobre a cidade, uma vez que imprimem em seus muros outras territorialidades — e/ou espacialidades — possíveis.

O interesse pelo vandalismo, que resultou em movimento de pesquisa, se apresenta em dois momentos e o primeiro denuncia o autor. Parte da motivação em pesquisar as artes ilegais, que utilizam a cidade como tela para intervenção, se deu pela vontade de compreender minhas motivações enquanto artista e militante de uma cultura que se utiliza da ação direta<sup>5</sup> na busca de promover algum tipo de transformação sócio-espacial. Certa vez escreveu Santos (1988, p. 66) “todo conhecimento é autoconhecimento”, então que a ciência me permita estudar um fenômeno do qual também faço parte. O segundo momento, e esse se apresenta academicamente — mais comportado, digamos —, se dá pelo fato de as artes que interessam a esse estudo se tratarem de um fenômeno gratuito — não para quem o pratica, embora por vezes também o seja. Em uma materialidade onde todo valor de uso está subordinado ao valor de troca, onde tudo se torna produto comercializável, e, em especial, a cidade e a vida que a habita, nos parece gritar a necessidade de estudarmos práticas que não se adequam a essa lógica, que desafiam a “ordem” na busca de uma outra “ordem”. Essas micro-resistências à produtização dos espaços e dos corpos podem nos dar pistas de para onde a crise — social e científica — está

---

<sup>5</sup> “*Ação direta* é como (principalmente) os anarquistas têm denominado, há gerações, a atividade de luta armada, mas também de propaganda, agitação e organização, com a finalidade de promover a revolução social e eliminar a exploração de classe e o Estado que lhe dá respaldo”, ou ainda, para este trabalho “[...] designa o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas *apesar do* Estado ou *contra* o Estado [...]” (SOUZA, 2015, p. 55-56).

nos levando. A possibilidade de caminharmos na contramão da crise passa, também, por compreendê-las.

Ao propor que pensássemos sobre o que contrapõe a narrativa estética da globalização que, como já mencionado, se pauta pela padronização, pela invisibilização ou eliminação da *diferença*, em busca de facilitar os fluxos de capital pelas mais diretas espacialidades, nossa intenção foi, não apenas contribuir para o aprofundamento do debate sobre vandalismo, mas também sobre o que diz respeito às territorialidades e ao território. O *vandal*, enquanto prática que tensiona sócio-espacialmente a cidade e, portanto, modifica a forma como a vida urbana se relaciona com ela, ressignificando as sensações, os afetos, a linguagem, os trajetos, em um processo constante de *territorialização/reterritorialização*, nos fornece elementos importantes no debate geográfico acerca do conceito de território principalmente se o pensarmos enquanto território vivido.

Assim, o que nos pôs em movimento é a vontade de compreender os tensionamentos que se dão em relação ao território vivido e as territorialidades pelos corpos que profanam — a ideia de profanação, proposta por Aganbem (2007) e utilizada por Jacques (2010) também nos acompanhou pelo caminho da pesquisa — o espaço. Observando do ponto de vista local-global e global-local quais são os aspectos que limitam a inserção e a participação plena na vida social e amplificam a potência de ação subversiva no/do espaço dessas-es sujeitos no espaço social. Para isso, buscamos compreender: quem são os sujeitos do fenômeno e quais são as suas motivações para a prática; como se dá a relação — material e subjetiva — entre os corpos vândalos e o espaço (a cidade); como as-os artistas encaram o papel da sua arte nas centralidades e nas periferias da cidade; a quem se endereça o conteúdo veiculado na arte e qual é o papel do *vandal* na formulação de outras territorialidades possíveis.

A pesquisa tem caráter libertário e busca, a partir da conversa — trataremos disso mais à frente — e do caminhar com as-os praticantes, compreender as dinâmicas territoriais do *vandalismo* caxiense. A escolha por Caxias do Sul se deu pela potência que o movimento de arte de rua tem apresentado frente as tentativas de cooptação pelo mercado tradicional de arte, bem como pela relevância que artistas da cidade têm dentro do cenário da arte de rua do estado. A cidade, que já foi capital

nacional da cultura em 2008<sup>6</sup>, importa — em tempos de neocapitalismo — a cultura urbana hegemônica, globalizante, abrindo mão, a passos cada vez mais largos, da memória que a construiu, da mesma forma que abre mão de pensar a sua própria territorialidade. Se por um lado o planejamento urbano, seja o praticado pelo Estado, seja o praticado pelo mercado, se aliam às tendências hegemônicas, por outro o vandalismo vem tensionar essa lógica, tornando as ruas da cidade de Caxias do Sul palco — ou tela — para suas intervenções.

Por inspiração nessa arte que quebra normas adotamos o que Feyerabend chamou de *anarquismo teórico* como método. Segundo o autor “não há por que temer que a reduzida preocupação com lei e ordem na ciência e na sociedade, que caracteriza esse tipo de anarquismo, vá levar ao caos” (2011, p. 36). Talvez nos leve, mas como canta a banda *El Efecto*: “[...] o povo foi forjado no caos/ diz pra mim... quem é que tem medo do caos? [...]”<sup>7</sup> Bem, não somos nós.

O percurso de pesquisa desenvolve-se em 6 capítulos:

No primeiro capítulo, tratamos do método que embasa nossa pesquisa, o que Souza (2017) chama de *Geografia Libertária*, Cattaneo (2005) chama de “*anarquia epistêmica*” ou Feyerabend chamou de *anarquismo teórico*. Trata-se de adotarmos a desobediência enquanto método. Desenvolvemos sobre o que nos levou a optar pela abordagem, de uma ciência ativista, próxima do cotidiano, que entende que o cientista é apenas mais um no território e, dessa forma, busca apreender a realidade a partir da horizontalização do conhecimento. Esse processo se deu junto a reflexões sobre que ciência temos produzido e para onde ela tem nos levado. Em seguida, tratamos dos procedimentos e das etapas da pesquisa: definição do recorte espacial, seleção das experiências de campo a serem relatadas e escolha das/os artistas com quem conversamos.

O segundo capítulo é dedicado à construção de um retrato da urbanidade da cidade de Caxias do Sul. Intitulado: *Caxias do Sul, que urbanidade é essa?* O capítulo busca aproximar o-a leitor-a dos conflitos sócio-espaciais que se desenvolvem nessa cidade. A ideia é que se possa identificar os principais vetores que tensionam a produção do espaço urbano da cidade. Uma cidade construída com sangue e suor de

---

<sup>6</sup> Ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2018/11/pioneiro-70-anos-quando-caxias-virou-capital-da-cultura-10635939.html>.

<sup>7</sup> Trecho da música “Trovoada” da banda El Efecto, a letrista da composição se chama Ingra da Rosa.

migrantes e imigrantes de diversos lugares, com visões de mundo diferentes, com espacialidades e territorialidades diferentes e que valoriza umas mais que outras. Uma cidade que já foi capital nacional da cultura, mas que se entrega, com alguma facilidade, à cultura do capital. Uma cidade que valoriza, de uma forma um tanto romantizada, o trabalho, mas que não o faz em igual medida com trabalhadores-as.

O terceiro capítulo discorre acerca do tripé sobre o qual essa pesquisa foi construída: *espaço, relações sociais e psique* (SOUZA, 2017). Apresentamos a quem nos lê os conceitos que balizam o desenvolvimento de nossas investigações: *espaço social, território e lugar* (SOUZA, 2017); também tratamos da opção — política — de substituir em nossa pesquisa o conceito de *lugar* — utilizado por Marcelo Lopes de Souza — pela ideia de *territorialidade(s)*. Nesse capítulo aborda-se o *vandal* enquanto instrumento na comunicação de *heterotopias*, uma vez que a prática escancara as inverdades da urbanidade do consenso. Como um instrumento de tensionamento territorial em direção de outras territorialidades possíveis — ou impossíveis, mas imagináveis.

O quarto capítulo é o coração da pesquisa. Nele passam a se entrelaçar as conversas e as vivências compartilhadas com as-os artistas, as derivas praticadas pelo autor, e também discussões entre mestrando e orientador. Nesse fragmento do trabalho as territorialidades imaginadas por essas-es sujeitos se colocam a mostra, é onde são discutidas a prática espacial, a mensagem, a cartografia de um movimento — ou de movimentos — que desafia a norma e joga luz às mentiras da cidade planejada. O capítulo objetiva relacionar os conceitos chave da pesquisa — *espaço social, território e territorialidade* — com as vivências de artistas infratores-as e com as ideias de profanação (AGAMBEN, 2007), delinquência (CERTEAU, 1996) e com o que Santos (2017) chamou de homens lentos<sup>8</sup> — aprofundadas no capítulo seguinte.

Nos dois capítulos seguintes a teoria encontra, de vez, o campo. Em suas páginas se costura as reflexões teóricas construídas até aqui com o que encontramos em campo, a partir das falas e percepções das-os artistas sobre as suas práticas e a partir do que falam também as suas práticas. É onde o conflito aparece na sua essência. Onde buscamos evidenciar como se dá o entendimento — ou os

---

<sup>8</sup> Utilizo a expressão de Santos (2017) uma última vez. A partir daqui farei o uso do conceito como *corpos lentos* pelo incômodo que me causa o emprego da palavra homem para me referir à humanidade.

entendimentos — da produção espacial pelas-os sujeitos. Aqui, os problemas de pesquisa são compartilhados com os sujeitos da pesquisa e entendemos — ou não — que impactos a arte crime produzida por esses corpos tem na produção do espaço urbano e que impactos ela almeja ter, bem como que contradições se apresentam à prática. Neste capítulo a *heterotopia* vândala apresenta e conta histórias sobre essa ficção chamada cidade. Também abordamos o tensionamento entre uma estética proprietária e uma estética que profana a propriedade. E partimos para a elaboração de alguns mapas retratando essa cartografia vândala, bem como se discute o vandalismo como uma prática de autodefesa das-os lentas-os.

Por fim, a partir das reflexões construídas ao longo desse percurso, no capítulo de considerações finais, buscamos responder as perguntas que direcionaram nossa pesquisa.

## **2 VIVA A GEOGRAFIA! ALGUMAS REFLEXÕES EM MEIO À CRISE**

Nossa tarefa foi, então, buscar evidenciar as contradições dessa falsa ideia de consenso, para onde parece rumar o planejamento urbano produzido por quem detêm o poder hegemônico. Dessa forma, apenas desconstruir nossas formas de fazer não é suficiente, é preciso reconstruir uma ciência baseada nas exigências políticas e teóricas que nos dizem respeito neste lote de tempo e espaço, uma ciência que nos leve à mudança sócio-espacial que tantos que nos antecederam buscavam (SOJA, 1993). Pensar uma ciência que se aproxime do cotidiano e passe a dialogar, ombro a ombro, com os movimentos sociais — mas, mais do que isso, com homens e mulheres reais — é parte importante da reconstrução de nossas formas de produzir conhecimento.

Em 1978, Carlos Walter Porto-Gonçalves publicava um texto chamado “*A geografia está em crise. Viva a geografia!*”. Nos parágrafos introdutórios desse texto, ele chama a atenção para o fato de que “a produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrecrocaram na realidade” e enfatiza que é preciso que o trabalho intelectual dê conta dessas relações (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 5). Se faz necessário entender, portanto, que, ainda que possuindo dinâmicas próprias, o trabalho científico sofre influência do contexto histórico — e geográfico — que compõe sua materialidade (PORTO-

GONÇALVES, 1978), assim como, de diferentes formas e intensidades, dialeticamente influencia esse contexto.

Ainda nesse texto, Carlos Walter discute uma crise que se materializava em espaços definidos e para a qual era preciso uma resposta dos/as geógrafos/as<sup>9</sup>: “*UMA GEOGRAFIA DA CRISE*<sup>10</sup>” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 6). Segundo ele, ao hesitar reformular uma base teórica envelhecida e não assumindo uma posição crítica, “os geógrafos, em geral, deixam de lado a Geografia da Crise e são levados de roldão pela *Crise da Geografia*<sup>11</sup>. Dez anos após a publicação do texto de Carlos Walter, Boaventura de Souza Santos, mencionaria a “doze anos do final do século XX” que vivíamos em um tempo atônito, onde nos encontrávamos em um cruzamento de sombras, “sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser” (SANTOS, 1988, p. 46). Ao se referir ao futuro, ele menciona que “uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre os limites do rigor científico combinada com os perigos cada vez mais verossímeis da catástrofe ecológica [...], fazem-nos temer que o século XXI termine antes de começar” (SANTOS, 1988, p. 46).

Pois bem, o século XXI começou e, da mesma maneira que Porto-Gonçalves em 1978 (p. 6),

“devemos reconhecer que o que temos apresentado à sociedade em que vivemos não tem sido capaz de levá-la à superação dos seus problemas espaciais e que, de certa forma, temos sido os mistificadores dos reais processos que governam a organização do espaço, fetichismo este que sob diversas capas tem escondido o caráter histórico do espaço”

Uma vez que, como nos fala Souza, o conhecimento “científico” — e em especial no que se refere à realidade sócio-espacial — “se alimenta, mesmo sem perder o senso crítico, do saber cotidiano gerado nos ambientes de trabalho, moradia e luta dos homens e mulheres concretos” e ainda, que o saber acadêmico, por vezes, cedo ou tarde, acaba ultrapassando os muros da academia, sendo apropriado — e ressignificado, muitas vezes — por ativistas e movimentos sociais (SOUZA, 2017, p.

---

<sup>9</sup> Mesmo não sendo eu um geógrafo, se me coloquei na tarefa de movimentar meu pensar dentro de um programa de pós-graduação em geografia, penso que essa tarefa também me cabe.

<sup>10</sup> Grifo e letras maiúsculas do próprio autor

<sup>11</sup> Grifo do autor

28). Parece mais do que necessário repensarmos as relações entre conhecimento científico e “conhecimento vulgar”. Milton Santos defendia que é através do entendimento do “conteúdo geográfico do cotidiano” que poderemos, talvez, contribuir para o entendimento das relações sócio-espaciais, levando em conta a materialidade — que é objetiva, mas também subjetiva —, componente essencial do espaço geográfico, “que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (SANTOS, 2017, p. 321). Vivemos, novamente, um período de crise — que talvez se trate do prolongamento da mesma crise de que tratam Carlos Walter e Boaventura —, ascensão de governos e movimentos conservadores, precarização e uberização do trabalho, aumento das desigualdades, falta de acesso à moradia digna, distanciamento do tão reivindicado direito à cidade, aprofundamento da catástrofe ecológica, citada por Boaventura, mas também mencionada por Carlos Walter anos antes, e isso somado à pandemia da COVID-19 que ao aflorar o negacionismo científico coloca em evidência uma crise, aparentemente, comunicacional da ciência.

Como em outros períodos de transição onde os percursos a percorrer se tornam confusos, é necessário que tenhamos a capacidade de formular perguntas simples, questões que, como Einstein costumava dizer, só uma criança seria capaz de elaborar, mas que, depois de feitas, podem trazer luz à nossas irresoluções (SANTOS, 1988). Santos também menciona uma pergunta direcionada a Rousseau pela Academia de Dijon<sup>12</sup> — segundo ele, uma pergunta razoavelmente infantil —, “o progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou corromper os nossos costumes?” Uma pergunta elementar, “ao mesmo tempo profunda e fácil de entender” (SANTOS, 1988, p. 47). Para responder essa pergunta Rousseau elabora algumas mais:

Há alguma relação entre ciência e virtude? Há alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida que partilhamos com homens e mulheres de nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível pela maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (SANTOS, 1988, p. 47)

---

<sup>12</sup> Presente em Jean-Jacques Rousseau, **Discours sur les Sciences et les Arts**, in **Oeuvres Complètes**, vol. 2, Paris, Seuil, 1971, p. 52 e segs.

Essas perguntas são respondidas por Rousseau com um redondo não (SANTOS, 1988). As perguntas de Rousseau se deram no século XVII, num momento em que a ciência moderna deixava os cálculos esotéricos para fazer parte do fermento de “uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade” (SANTOS, 1988, p. 47). Costumamos dizer, as-os anarquistas, que “crise é encruzilhada” e nesses contextos as perguntas que fazemos é que determinam por qual caminho preferimos — e de que forma — preferimos, enquanto sociedade, seguir. É necessário, portanto, atentarmos para o caráter histórico, mas também espacial — e, portanto, geográfico — dessa encruzilhada. Carlos Walter, de maneira bastante enfática nos alerta que:

[...] se NÃO PERCEBERMOS A NATUREZA DA CRISE QUE ORA ATRAVESSAMOS, PRODUZIREMOS UMA NOVA “VISÃO” QUE CORRERÁ O RISCO DE EXERCER UMA NOVA HEGEMONIA NÃO PELOS PROBLEMAS QUE EFETIVAMENTE COLOCA, MAS PORQUE SIMPLEMENTE SERÁ NOVA E PRODUZIRÁ NOVOS MODISMOS E NOVOS PAPAS MUITO BEM INSTALADOS NOS ALTARES DAS ACADEMIAS E INSTITUIÇÕES OFICIAIS (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 8)

Por esse motivo, a ideia de que um enfoque libertário também merece seu lugar na produção do conhecimento, como defendido por SOUZA (2017), se dá pelo fato de que, apesar de não reconhecido pelos que se pretendem hegemônicos, é mais comum que a solução para problemas sócio-espaciais complexos surja como um resultado sinérgico das pressões e contrapressões entre diferentes visões de mundo e não como produto da vitória de uma abordagem ou corpo teórico. Atentar os ouvidos para o que os ditos “objetos” — que nas ciências sociais, em geral, são sujeitos-as — têm a nos comunicar pode ser um passo importante na superação das dificuldades que se apresentam. Uma vez que, como já mencionado, o conhecimento científico é também apropriado e ressignificado, adaptado à realidade, por aqueles que lutam por mudanças sociais, da mesma forma, revisitarmos os conceitos que utilizamos em nossas pesquisas à luz da materialidade espaço-temporal da qual fazemos parte, é um passo importante para pensarmos a ciência do nosso tempo — e, com suas devidas especificidades, espaço.

Não podemos esquecer que no capitalismo “a própria força de trabalho é transformada em mercadoria, incluindo-se aí a força de trabalho do cientista desprovido de meios de produção” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 9) e isso nos leva

a uma série de limitações com relação a produção do saber, pois os tempos que vigoram são os tempos do capital, e essas limitações podem variar de acordo com as dinâmicas das forças que se colocam em jogo. Carlos Walter vai dizer que tem aumentado a concentração dos meios de produção, e reprodução do conhecimento nas mãos de algumas poucas corporações e do Estado, em um movimento que se faz no sentido da centralização do saber em algumas mãos. Ele compara a ciência no capitalismo com o papel que desenvolvia a ideologia religiosa sob o feudalismo, inclusive mencionando que a depender da disciplina temos nossos “papas”, “papas” de um tempo que laicizou o saber, mas que construiu novos “templos” para sua proteção, esses templos que são as “[...]novas Academias de Ensino e Pesquisa”. Esse intelectual “renovado” se constitui “[...] numa correia de transmissão entre a superestrutura e a infra-estrutura, procurando compreendê-la melhor para reproduzir a própria estrutura que o produziu” (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 9-10). Lefebvre ao refletir sobre o poder estatista nos fala que o objetivo de uma revolução é — ou deveria ser —, antes de qualquer coisa, a “*limitação do poder*” — a partir de uma ideia um tanto ultrapassada de poder, mas que para efeitos ilustrativos nos serve, momentaneamente<sup>13</sup> — e que para isso a ameaça de sua destruição é imprescindível. Foi assim que diante do ateísmo ameaçador, e através dele, a Igreja limitou suas ambições (2008, p. 20).

Vivemos um tempo em que uma religiosidade conservadora ascende e ocupa espaços dentro do ambiente institucional dos Estados, religiosidade essa que disputa o senso comum com o conhecimento científico — pois, como nos fala Boaventura, “todo conhecimento científico visa constituir-se num novo senso comum” (1988, p. 69). O crescente negacionismo, emblemático em relação às vacinas contra a COVID-19 e em relação ao enfrentamento da pandemia, mas também de fácil constatação com a popularização de teorias da conspiração de toda sorte, escancara a necessidade de reinvenção de nossa parte enquanto pesquisadores. Se, como já citado, Boaventura afirma que, “todo conhecimento é autoconhecimento”, pensar uma classe científica como se se tratasse de outra coisa que não um descolamento social abstrato, nos faz — por não estabelecermos relações com as pessoas que, não diferente de nós, habitam o espaço social — correr o risco de pensar uma ciência que retrata uma

---

<sup>13</sup> Retomamos ao decorrer do trabalho algumas reflexões sobre *poder*.

sociedade apartada dos lugares e territórios, a-espacializada, e lugares e territórios sem pessoas, onde as relações não são, senão e apenas técnicas (NOGUEIRA, 2014), uma ciência que pouco dialoga com os saberes populares, ou seja, uma ciência abstrata, que não possui vínculo real com a espacialidade. Uma ciência que se imagina fora do contexto histórico e sócio-espacial do qual faz parte. Com isso, não defendo que se ignore os vetores globais que atuam sob os espaços locais — até porque as manifestações que nos interessam aqui interagem com agentes e atores que extrapolam a escala local —, mas sim que se atente, como Bookchin, para o “[...] reconhecimento da importância político-pedagógica da escala local, incluídas aí, com destaque, as possibilidades e formas de organização atinentes ao ambiente das grandes cidades da atualidade” (BOOKCHIN citado por SOUZA, 2017, p. 269).

Segundo Santos, “no paradigma emergente o conhecimento é total [...]” — o autor trata de uma crise do paradigma moderno e da ascensão de uma ciência pós-moderna que — “[...] tem como horizonte a totalidade universal de que fala Wigner ou a totalidade indivisa de que fala Bohm. Mas sendo total é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por comunidades interpretativas concretas” e são mobilizados a partir da vida cotidiana — da reconstituição histórica de determinada localidade, até a erradicação de algum problema sanitário ou de saúde. Para ele, a fragmentação dessa ciência pós-moderna “não é disciplinar e sim temática”. Os temas são espaços onde os conhecimentos progridem a partir do encontro (SANTOS, 1988, p. 65)<sup>14</sup>. Mesmo sendo local, o conhecimento é também total, uma vez que, incentiva que conceitos e teorias que se desenvolvem localmente emigrem para que possam ser utilizados e ressignificados em outros contextos (SANTOS, 1988).

Segundo Silva, podemos identificar a Geografia, não apenas como uma subtotalidade disciplinar, mas como “uma ideologia do cotidiano” (2001, p. 111). Pensar um reencontro da ciência com o cotidiano, nos parece um ato de desobediência aos tempos do capitalismo, uma vez que, o conhecimento local se desenvolve de forma mais lenta — podemos aqui fazer alusão a Milton Santos quando este diz que “[...] nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar é o tempo dos

---

<sup>14</sup> Ou, ainda antes de uma ciência pós-moderna se evidenciar, como já demonstraram Reclus e Kropotkin, “é possível fazer ‘Geografia’, entendida antes como um *tipo de olhar que valoria o espaço geográfico* que como um território acadêmico bem demarcado e cujas fronteiras sejam atentamente vigiadas” (SOUZA, 2017, p. 19)

homens lentos” (2017, p, 325) — e, aparentemente, ao formar-se lentamente, também exige períodos maiores de tempo para a sua diluição na homogeneidade globalizante. Como nos fala Porto-Gonçalves, o capitalismo que em sua fase de acumulação primitiva forja os Estados Nacionais, agora engaja esforços na destruição das barreiras por ele criadas (1978, p. 17). Não pretendo com isso sair em defesa das fronteiras, ou dos Estados-Nação, mas atentar para a falta de vinculação espacial do capital no capitalismo técnico-científico-informacional<sup>15</sup>.

Boaventura faz uma analogia bastante interessante sobre a separação sujeito/objeto, e sobre a supervalorização do-a pesquisador-a em relação ao que — ou, a quem — está sendo estudado-a:

Na crítica literária, o objeto do estudo, como se diria em termos científicos, sempre foi, de fato, um supersujeito (um poeta, um romancista, um dramaturgo) face ao qual o crítico não passa de um sujeito ou autor secundário. É certo que, em tempos recentes, o crítico tem tentado se sobressair no confronto com o escritor estudado a ponto de se poder falar de uma batalha pela supremacia travada entre ambos. Mas porque se trata de uma batalha, a relação é entre dois sujeitos e não entre um sujeito e um objeto. Cada um é a tradução do outro, ambos criadores de textos, escritos em línguas distintas ambas reconhecidas e necessárias para aprender a gostar das palavras e do mundo (SANTOS, 1988, p. 69)

Segundo o autor, “a crítica literária anuncia a subversão da relação sujeito/objeto que o paradigma emergente pretende operar” (SANTOS, 1988, p. 68). Ainda segundo ele, “a ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado” (SANTOS, 1988, p. 69-70). Portanto, a dissolução das fronteiras que separam universidade e sociedade é urgente para que também a ignorância se dissolva, seja pela apropriação do conhecimento científico pelos movimentos sócio-espaciais — através de novas formas de comunicar —, seja pela sensibilidade de cientistas para outras epistemes e cosmovisões. Em se tratando de Geografia, devemos devolver ao espaço o papel de centralidade nos debates a partir de definições mais amplas e vinculadas a realidade material de nosso tempo.

---

<sup>15</sup> Essa falta de vinculação espacial do capital pode ser observada, por exemplo, pela entrada de fundos de investimentos internacionais em setores da construção civil brasileira, colocando a incorporação residencial nas mãos do setor financeiro nos primeiros anos da década de 2000 (ROLNIK, 2015). Ou seja, a injeção de capital nas empresas é feita por grupos de investidores que não possuem relação alguma com o espaço que produzem, criando problemas a serem enfrentados na escala local, mesmo sem nunca terem pisado nesses territórios.

Não mais com a dicotomia natureza e sociedade, pois nenhuma sociedade está fora do espaço e o espaço do geógrafo é o espaço da sociedade, forjado, construído por ela e condição para sua reprodução e produção do próprio espaço (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 22)

Para tal tarefa, alguns conceitos se fazem importantes na jornada de reflexão das possibilidades oferecidas pela encruzilhada que se apresenta. Marcelo Lopes de Souza, em defesa de uma Geografia Libertária, alerta também que conceitos são “históricos”, no sentido que são dependentes das condições temporais em que foram elaborados, também podemos dizer que são “geográficos”, visto que a materialidade dos condicionamentos sociais historicamente “passa pelos lugares como marcos da existência humana”. Dessa forma, “projetar os conceitos do presente no passado nos induziria, inevitavelmente, a equívocos”. O mesmo se daria ao transportar conceitos de um contexto cultural-linguístico para outro, pois, até quando as palavras não variam, em geral, seus conteúdos mudam (SOUZA, 2017, p. 29). Em seu livro de 2017, Souza elege três conceitos para introduzir as possibilidades que uma Geografia libertária — que se ocupa também, e talvez principalmente, da práxis — pode oferecer como ferramentas para a mudança social: *espaço social*, *território* e *lugar* (SOUZA, 2017). Os conceitos definidos pelo autor para o resgate do pensamento de geógrafos libertários e da geografia no pensamento libertário de não-geógrafos é que dão sustentação ao tripé *espaço*, *relações sociais* e *psique*, que também utilizamos no processo de construção da dissertação.

Concluindo que a ciência é, mais cedo ou mais tarde, apropriada por homens e mulheres em suas vidas cotidianas, trago, novamente, Carlos Walter para afirmar que “há uma batalha pela descolonização do pensamento que a recuperação do conceito de território talvez possa contribuir” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 161). Portanto, por perceber que a ideia de *territorialidade* tem se relacionado com — e por vezes absorvido elementos do — o conceito de lugar e também pela assimilação do conceito de território, que tem sido feita de maneira potente, pelos movimentos dos povos nativos da América, pelos movimentos de luta por moradia e pelos movimentos de arte de rua em defesa de suas terras e de suas cosmovisões, buscamos trazer as reflexões deste trabalho tendo o conceito de território e, por consequência, de espaço social como ferramenta para uma melhor compreensão da espacialidade proposta pelas artes ilegais, sempre em diálogo com as/os sujeitos da pesquisa.

## 2.1 ESPAÇO E LIBERDADE, DESOBEDIÊNCIA E METODOLOGIA

Quando a proposta para o desenvolvimento deste trabalho foi pensada, a ideia era trabalhar a partir de dois procedimentos metodológicos principais, a saber, entrevistas semiestruturadas e itinerários — ou derivas compartilhadas. A ideia de deixar que o corpo experiencie o espaço ainda permeia o imaginário deste trabalho. Porém, ao revisitar a dissertação de Gustavo Coelho (2009), “*piXação: arte e pedagogia como crime*”, o impulso de trabalhar com conversas apareceu como potencializador de um método que se deseja desobediente. Se como nos diz Feyerabend,

“a história da ciência será tão complexa, caótica, repleta de enganos e interessante quanto as ideias que encerra, e essas ideias serão tão complexas, caóticas, repletas de enganos e interessantes quanto a mente daqueles que as inventaram” (2011, p. 33)

o exercício metodológico — ou essa metodologia-filosofia, como quer Coelho (2009) — que propomos é errático e imprevisível, permite, sem medo, que novos caminhos possam surgir e apresentar perguntas, talvez, mais afiadas, ou afinadas, do que as que nos propusemos responder. Como Feyerabend (2011), não queremos nossa imaginação restringida, tampouco queremos deixar que a linguagem seja outra que não a nossa.

Assim como um bem treinado animal de estimação obedecerá a seu dono, por maior que seja o estado de confusão em que se encontre e por maior que seja a necessidade de adotar novos padrões de comportamento, da mesma maneira o racionalista bem treinado irá obedecer a imagem mental de *seu* mestre, manter-se-á fiel aos padrões de argumentação que aprendeu, apegar-se-á a esses padrões, por maior que seja o estado de confusão em que se encontre, e será inteiramente incapaz de compreender que aquilo que considera ser a “voz da razão” não passa de um *efeito causal subsequente* do treinamento que recebeu (FEYERABEND, 2011, p. 40, grifos do autor).

Diferente do que retrata Feyerabend nessa passagem, trabalhar a partir de conversas nos permitiu desobedecer não só no que diz respeito aos procedimentos, mas também às questões que foram definidas para esta proposta de dissertação. Nosso papel foi colocar-se em um movimento de pesquisa vacilante: “*primeiro* temos uma ideia, ou um problema; *depois* é que agimos, isto é, ou falamos, ou construímos ou destruímos”, nos colocando em investigação como crianças pequenas, que “[...] usam palavras, combinam-nas, brincam com elas, até apreenderem um significado

que estivera, até então, além de seu alcance” (FEYERABEND, 2011, p. 40, grifos do autor). Nos permitimos errar no processo, com a finalidade de descobrirmos o que nos escapa ao alcance. Essa atividade lúdica e, aqui, compartilhada, ainda segundo Feyerabend (2011), é pré-requisito para a compreensão.

A dissertação de Coelho (2009) levou a um texto de Larrosa intitulado *A arte da conversa*, — epílogo do livro de Carlos Skliar (2003), chamado *Pedagogia (improvável)* da diferença — no qual ele defende que:

[...] o valor de uma conversa não está no fato de que ao final se chegue ou não a um acordo... pelo contrário, uma conversa está cheia de diferenças e a arte da conversa consiste em sustentar a tensão entre as diferenças... mantendo-as e não as dissolvendo... e mantendo também as dúvidas, as perplexidades, as interrogações... e isso é o que a faz interessante... por isso, em uma conversa, não existe uma última palavra... por isso uma conversa pode manter as dúvidas até o final, porém cada vez mais precisas, mais elaboradas, mais inteligentes... por isso uma conversa pode manter as diferenças até o final, porém cada vez mais afinadas, mais sensíveis, mais conscientes de si mesmas... por isso uma conversa não termina, simplesmente se interrompe... e muda para outra coisa... (LARROSA, 2003, p. 212)

Como na passagem de Larrosa, não tínhamos a certeza, ou a pretensão, de que ao final do processo da pesquisa pudéssemos apresentar as respostas certas para as perguntas elencadas na introdução do trabalho, mas trabalhamos com a certeza, como o autor, de que essas perguntas, ao final das conversas que tivemos com as/os praticantes dessas “produções humanas tão indisciplinadas” (COELHO, 2009, p.37), se tornaram outra coisa, assim como nós, provavelmente, nos tornamos outra coisa. A conversa, como uma das bases do que fora desenvolvido nesta pesquisa, coloca a imprevisibilidade também na base, pois, em uma conversa o rumo dos assuntos abordados nos foge ao controle — ainda que as perguntas iniciais, geralmente, partam do sujeito que pesquisa —, assim como a intensidade e o tempo de duração dos encontros. Dessa forma, foi importante o movimento de estar atento e sensível para admitir que, talvez, o que parecia de grande valia para nosso trabalho pudesse não ter significado nenhum para os sujeitos da pesquisa; da mesma forma que, foi preciso nos despir da vaidade de quem pesquisa, para perceber que também aquilo que, em princípio, não nos significa tanto, podia se apresentar com intensidade suficientes para não ser deixado de lado.

Menciono os/as sujeitos da pesquisa porque, assim como para Coelho (2009), o contexto de pesquisa criado por uma postura de conversa — e não de entrevista —

coloca pesquisador e pesquisado-a ombro a ombro no processo de decisão dos rumos da pesquisa — não nego que fosse possível arbitrariamente decidir adotar ou rejeitar sugestões e os rumos que as conversas poderiam sugerir, mas essa postura tornaria o processo de pesquisa muito menos interessante e inspirador — e ainda, se para que a conversa flua precisamos de um mínimo de confiança entre as partes que conversam, pesquisei ao passo que fui pesquisado por quem me acompanhou nessa jornada. Desta forma, volto a citar Boaventura que diz:

Parafraseando Clausewitz, podemos afirmar hoje que o objecto é a continuação do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento emancipatório é autoconhecimento. Ele não descobre, cria (SANTOS, 1988, p. 66).

Assim, acreditamos em uma produção de conhecimento que abraça a sua própria vulnerabilidade, que permita que os argumentos, os conceitos, as convicções e/ou as hipóteses — ainda que não declaradas — e subjetividade tenham a possibilidade de se reajustar, de se alterar ao longo do percurso de pesquisa. Tal postura traz vitalidade à pesquisa, uma vez que “[...] não há vitalidade sem sua condição de risco, ou seja, sem sua vulnerabilidade” (COELHO, 2009, p. 34). Esse caráter, que foi proporcionado pelas conversas, se aprofundou ao ponto em que lançamos o corpo no espaço na tentativa de compreender as dinâmicas territoriais do *vandal*. Se, como afirma Wacquant (2002, p. 12) ao citar Bourdieu, nós “aprendemos pelo corpo”, nos colocar em movimento em busca do que Britto e Jacques (2008) chamaram de *corpografias*, no nosso caso das/os sujeitos das artes vândalas, faz parte desse processo de *conhecimento/autoconhecimento*. As autoras que definem *corpografia* como “uma cartografia corporal”, partem da hipótese “[...] de que a experiência urbana fica inscrita, em diversas escalas de temporalidade, no próprio corpo daquele que a experimenta, e dessa forma também o define, mesmo que involuntariamente” (BRITTO e JACQUES, 2008, p. 79).

A ideia aqui foi fazer com que as/os sujeitos que marcam as ruas com tinta ou com papéis colados trouxessem à superfície as marcas que as ruas e a cidade, de modo geral, imprimem em seus corpos. Foi evidenciar essas micro-resistências à espetacularização urbana, uma vez que os espaços vividos sobrevivem a esse processo no corpo daqueles/as que o experienciam cotidianamente. Ou seja, a partir de um estar junto, de um processo de observação participante, que permite que as/os

sujeitos da prática apresentem relatos não solicitados pelo pesquisador, que buscamos captar as nuances de uma *corpografia do vandal*.

Caminhar pela cidade tendo as/os artistas como guia nos deu pistas de como esses corpos apreendem as territorialidades que tensionam o espaço social, bem como nos permitiu evidenciar as características — materiais e subjetivas — de sua própria territorialidade. Se a cidade espetacularizada deixa de ser cenário quando praticada, ou, mais ainda, ganha corpo, essa relação entre o “outro corpo urbano” e o corpo humano, pode representar outra forma — ou, outras formas, afinal muitos são os corpos — de apreensão da urbanidade, e, portanto, de reflexão sobre e de intervenção no espaço social (BRITTO e JACQUES, 2008).

Mais do que isso, a forma como os corpos derivam pelo espaço nos dá elementos para decifrar *corpografias*, ao mesmo tempo em que nos permite observar a experiência urbana das quais são resultado. Essa compreensão nos serve também de subsídio para refletir sobre a urbanidade que o capitalismo contemporâneo produz, nos permitindo, a partir do “desenvolvimento de outras formas, corporais ou incorporadas, de apreender o espaço urbano [...]” (BRITTO e JACQUES, 2008, p. 83), propor novas formas de resistir aos processos de espetacularização, padronização e segregação espaciais que se desenvolvem no seio do neoliberalismo. Assim, os relatos dessas/es praticantes ordinários/as de cidade(s) é que dão corpo ao espaço social pelo simples fato de percorrê-lo e marcá-lo. São os relatos dos corpos que pintam, correm, pedalam, escalam e colam, dos corpos que “sujam” o espetáculo, moldados por uma outra experiência urbana, mais sensível, mais lenta, que denunciam a tentativa de domesticação sócio-espacial praticada por este espetáculo urbano, que resistem ao imprimir outras territorialidades, que denunciam a falsa ideia de consenso defendida pelos projetos da urbanidade hegemônica.

Por isso, caminhar pelos espaços de afeto para a prática destas/es artistas, na intenção de nos aproximarmos dessa cartografia dos corpos, junto à conversa e à prática, foram elementos essenciais de uma metodologia que buscou construir ombro a ombro as respostas para as perguntas apresentadas na introdução deste trabalho, ou — como já mencionado — até mesmo formular novas perguntas, “mais precisas, mais elaboradas, mais inteligentes...” (LARROSA, 2003, p. 213) que permitissem uma maior compreensão do fenômeno não só pelos meus pares na academia, mas também pelos meus pares da rua. Seguindo, em partes, os passos de Coelho que

para o desenvolvimento de seu trabalho atrelou “um sentido de filosofia ao que se entende por metodologia”, menciono que “isso tem a ver com maior envolvimento, com não descolar vida de pesquisa, com se perceber pesquisando fora do horário de trabalho, digamos assim” (COELHO, 2009, p. 40). Acredito que seja uma tarefa um tanto difícil, essa de descolar vida e pesquisa, ainda mais quando se trata de um tema de pesquisa que também compõe parte do sujeito pesquisador e sequer me dei o trabalho de tentar.

O trabalho, portanto, se desenvolveu a partir das trocas proporcionadas pelas conversas, onde nos era possível, cotidianamente, reavaliar os rumos da pesquisa, e, também, das caminhadas pela cidade junto às-aos artistas. Ao final de cada conversa, a pessoa com quem dividimos esse momento nos sugeria a próxima pessoa com quem conversaríamos, criando um caminho onde uma história se liga a outra, e ao se complementarem, as informações coletadas nos auxiliavam no aprofundamento da compreensão do fenômeno estudado. Ao avançarmos no processo de pesquisa, avaliamos, a partir das trocas durante as conversas, quais seriam as-os sujeitos que nos guiariam pelas caminhadas pela cidade.

Convidamos nossa-o companheira-o de caminhada a apontar os caminhos que contam sua história com o vandalismo — quais são as ruas que a-o interessava mostrar? Que histórias elas contam? — de modo a aprofundar questões que surgiram durante as conversas, e perceber de que forma essa urbanidade se inscreve nos corpos dessas-es artistas.

Para além das conversas e derivas pelo espaço, o pesquisador que escreve estas linhas se utilizou de observação participante, realizando anotações como um companheiro cotidiano nas práticas — por vezes praticando, por vezes como alguém que, simplesmente, acompanha as práticas. Como é possível perceber, trata-se de um trabalho de abordagem qualitativa, por entendermos que a pesquisa trata de práticas sócio-espaciais e culturais e teve como objetivo captar as subjetividades do fenômeno. O trabalho de campo — conversas e caminhadas — é o eixo central da dissertação, mas também utilizamos pesquisa documental: acervos textuais de artistas, registros fotográficos elaborados pelo autor, vídeos produzidos de forma independente pelas-os artistas — Caxias do Sul conta com dois canais de vídeo que se dedicam ao registro das práticas do *vandal*, a *lixão filmes* e a *sintético produções*, além da produção particular das-os artistas para as redes sociais —, blogs de artistas

e *fanzines* — em Caxias do Sul são produzidos os *zines sintético* e o *RUA zine*; de levantamento bibliográfico, em busca de entender como outras/os autoras-es abordam o tema, a partir de artigos, livros, dissertações, teses, documentários, conferências e palestras (figura 2).

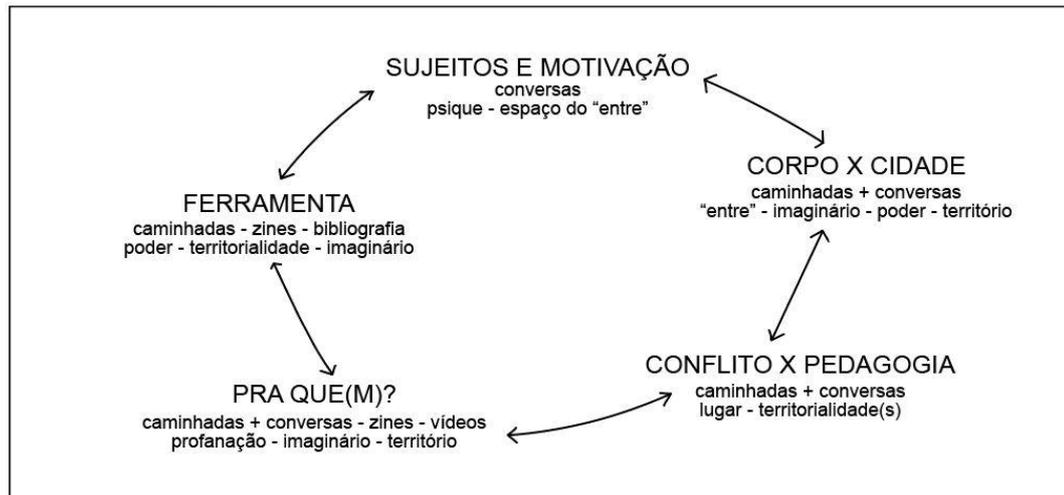


Figura 2 - Objetivos, procedimentos adotados, conceitos mobilizados. Fonte: elaborado pelo autor.

Levando em conta os aspectos da pesquisa relatados até aqui, a escolha por uma trilha libertária, que se colocou ao lado das/os sujeitos da pesquisa, bem como manteve no horizonte a intenção de que esse conhecimento seja construído coletivamente, para e por essas/es sujeitos-as e a responsabilidade que isso nos provocava a ter, nos animou a caminhar. As trocas registradas a partir dos instrumentos metodológicos propostos, gravações e anotações de campo — áudio das conversas —, registro das derivas — em diários de campo e também em gravações dos áudios sempre que possível —, posteriormente, foram registradas em mapas e relacionadas aos conceitos escolhidos para a compreensão do fenômeno. Trabalhamos, como já citado anteriormente, com o *tripé* proposto por Souza (2017) *espaço, relações sociais e psique*, que por sua vez busca base nos conceitos de *espaço social, território e lugar* (figura 3). Além dessas categorias de análise, as ideias de imaginário (Castoriadis), profanações (Agamben), delinquência (Certeau) e homens lentos (Santos). Retomaremos a discussão sobre os conceitos que embasam o trabalho depois de apresentarmos nosso recorte espacial.

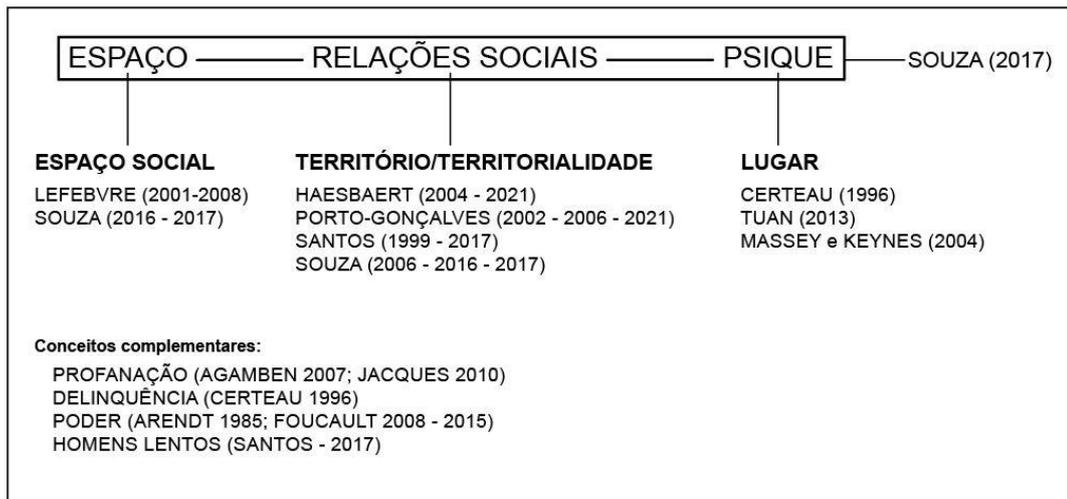


Figura 3 - Tripé teórico-metodológico da pesquisa. Fonte: elaborado pelo autor.

### 3 CAXIAS DO SUL, QUE URBANIDADE É ESSA?

O recorte espacial que definimos para estudar o *vandal* é a cidade de Caxias do Sul. A cidade, considerada a segunda maior do estado do Rio Grande do Sul (BUCHEBUAN, 2017), está localizada na parte nordeste do estado, a 127 km da capital Porto Alegre e conta com artistas de rua reconhecidas/os em diversas localidades do estado e do país. Em 2022, o censo realizado pelo IBGE apontava para uma população de 463.501 habitantes em uma densidade demográfica que equivalia a 280,52 habitantes/km<sup>2</sup>, com um território que ocupava 1.652,320 km<sup>2</sup>.

A formação urbana do município de Caxias do Sul se inicia a partir do processo de colonização, parte da política imigratória brasileira, que objetivava a povoar terras devolutas com mão de obra advinda da Europa — em sua maioria vindos da Itália — no final do século XIX (SILVA, 2018). O processo de *desterritorialização/reterritorialização* se deu a partir de uma área descrita como “[...] uma clareira encontrada pelos primeiros exploradores da região, denominada Campo dos Bugres e atribuída aos indígenas que habitavam aquela área [...]” (MACHADO, 2001, p. 45). Segundo a prefeitura municipal, historiadoras/es apontam que a presença indígena na, hoje, cidade data de período anterior aos primeiros passos da colonização em 1875. Em mesmo texto<sup>16</sup>, relata-se uma expedição que ocorrera 11 anos antes, em 1864, destinada à abertura de uma estrada que ligasse Montenegro a São Francisco de Paula (PMCS, 2015). Portanto, a urbanidade caxiense também carrega traços do apagamento de outras territorialidades, especificamente a Kaingang.

A cidade, principalmente a partir da déc. de 1940, passa por um processo um tanto acelerado de expansão da atividade industrial, o que resulta em uma urbanização dual: de um lado temos a cidade da prosperidade que recebe investimentos resultantes do crescimento econômico onde residem as classes médias, espaços nos quais a dinâmica de renovação imobiliária se mostra pujante e, do outro lado, uma cidade carente de condições básicas de habitabilidade, ocupadas principalmente pela classe trabalhadora que apresenta um outro retrato de como os processos de industrialização se desenvolvem no espaço social. No segundo, “foram,

---

<sup>16</sup> Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2015/04/caxias-do-sul-sedia-encontro-da-expedicao-xingu-com-a-cultura-indigena-do-municipio> (acessado em 20/09/2022, as 12:45)

e ainda são, sentidas as dicotomias provocadas pelo desenvolvimento industrial associado a uma urbanização sem planejamento” (BUCHEBUAN, 2017, p. 3). Me permito discordar, em um único momento da autora, no que se refere à ideia de falta de planejamento, por entender que a escolha do Estado por não se fazer presente é ativa, não se tratando de áreas sem planejamento, mas com a decisão planejada de ausência, ou seja, planejou-se ignorar essas áreas.

Trata-se de uma cidade marcada pela ocupação migrante e imigrante, sejam aqueles que chegaram com a missão imperial de colonizar as terras, sejam moradores de cidades vizinhas, que durante o processo de urbanização brasileiro saem do campo em direção à cidade — em Caxias do Sul o fluxo de chegada se dava, principalmente, por pessoas vindas dos Campos de Cima da Serra —, além de outras cidades do estado e de estados vizinhos e, mais recentemente, pessoas vindas do Haiti e do Senegal. Porém, diferente das pessoas que chegaram nas primeiras fases do processo de colonização, os períodos seguintes não contaram com um planejamento de recepção para os novos contingentes de migrantes, o que proporcionou aceleração no processo de urbanização em todas as direções do município (BUCHEBUAN, 2017). Após o significativo processo de industrialização que se deu especialmente no período da Segunda Guerra Mundial, quando algumas empresas da cidade passam a ser declaradas de “interesse militar” pelo governo federal, o crescimento econômico fez com que surgisse uma preocupação estética com a cidade e também com as condições de vida da população. Fazendo com que em 1953 Luciano Corsetti apresentasse um Plano Diretor à câmara municipal que apontava como o problema mais grave da cidade a vivenda popular, e mencionava que resolver essa questão deveria ser o principal motivo para a criação de um Plano Diretor. Seu Plano Diretor é rejeitado pela câmara de vereadores e somente em 1970 Caxias do Sul viria a ter um Plano Diretor (BUCHEBUAN, 2017).

Os problemas relacionados à moradia acompanham o desenvolvimento da cidade até os dias atuais. De 1968 a 1993, Caxias do Sul, passou a ter 137 novos loteamentos irregulares, sendo destes 107 classificados como núcleos de subabitação (GIAZZON, 2015). Em 2021, em decorrência dos esforços da Secretaria de Urbanismo para a regulamentação da nova lei de regularização fundiária — no município, Lei Complementar 657, de 13 de agosto de 2021 que regulamenta a Lei Federal nº 13.465/2017 — mencionava-se cerca de 600 áreas ocupadas de forma

irregular, sendo pouco mais da metade delas áreas de habitação popular. Uma informação importante em relação ao caráter da política de regularização do município é o seguinte trecho da exposição de motivos, encaminhada pela Secretaria de Urbanismo, para debate e regulamentação da lei, que torna evidente a preocupação, majoritariamente econômica, alinhada aos interesses do mercado em detrimento dos interesses da população,

“Por fim, ainda com referência ao aumento de receita, ciente do desenvolvimento social e da dignidade trazida às pessoas por meio da regularização fundiária, trazemos à discussão o chamado “Efeito Propriedade”, à medida que o direito de propriedade tem relevante função econômica. Este direito passou a ser a base sobre a qual é erigida a economia de mercado.

E isso se dá porque a documentação da propriedade fixa as características econômicas dos *ativos para que possam ser usados como garantias das transações*. Para que crie crédito e gere investimento, as pessoas hipotecam as representações da propriedade, títulos e ações registrados, de conformidade com a lei. Mas, para que se explore o potencial econômico da propriedade de modo pleno, mister que tal propriedade seja formalizada, regularizada, deixando de ser *um ativo morto*. Isso, porque posses defectivas são ativos que não podem ser adequadamente valorizados, funcionando à margem da sociedade” (PMCS, 2021, p. 3-4 do projeto de lei complementar nº 29/2021, grifos nossos)

Ou seja, diferente do Plano Diretor de Corsetti (1953), o problema da moradia deixa de ser um problema da população (valor de uso) e passa a ser solucionado a partir dos interesses do mercado imobiliário (valor de troca). O desenvolvimento urbano da cidade, como pudemos acompanhar, se dá sob uma matriz colonial desde sua origem e com diferentes aspectos — se pensarmos, e pensamos, o avanço neocapitalista como uma das faces do neocolonialismo. Caxias do Sul se trata, portanto, de uma cidade fragmentada, de um centro desenvolvido e com alta carga de infraestrutura e uma periferia que permanece invisível até que seja descoberta pelos olhos do mercado. Alguns estudos locais indicam o trabalho, “a única forma de vencer<sup>17</sup>”, como responsável pelo desenvolvimento da cidade (BUCHEBUAN, 2017). Porém, essa valorização do trabalho se dá de maneira abstrata no imaginário social da cidade, como se o trabalho simplesmente existisse, quase como uma entidade que paira no ar da cidade. Uma cidade que valoriza o trabalho dos empreendedores que carregam os sobrenomes tradicionais da elite local, mas que esquece que esse legado é construído a partir do esforço coletivo de trabalhadoras e trabalhadores que, muitas

---

<sup>17</sup> Jornal Pioneiro, Encarte 135.

vezes, vivem às margens da sociedade — diferente de seus lotes, que serão regularizados para que saiam dessas margens e se tornem margens de lucro para o setor imobiliário.

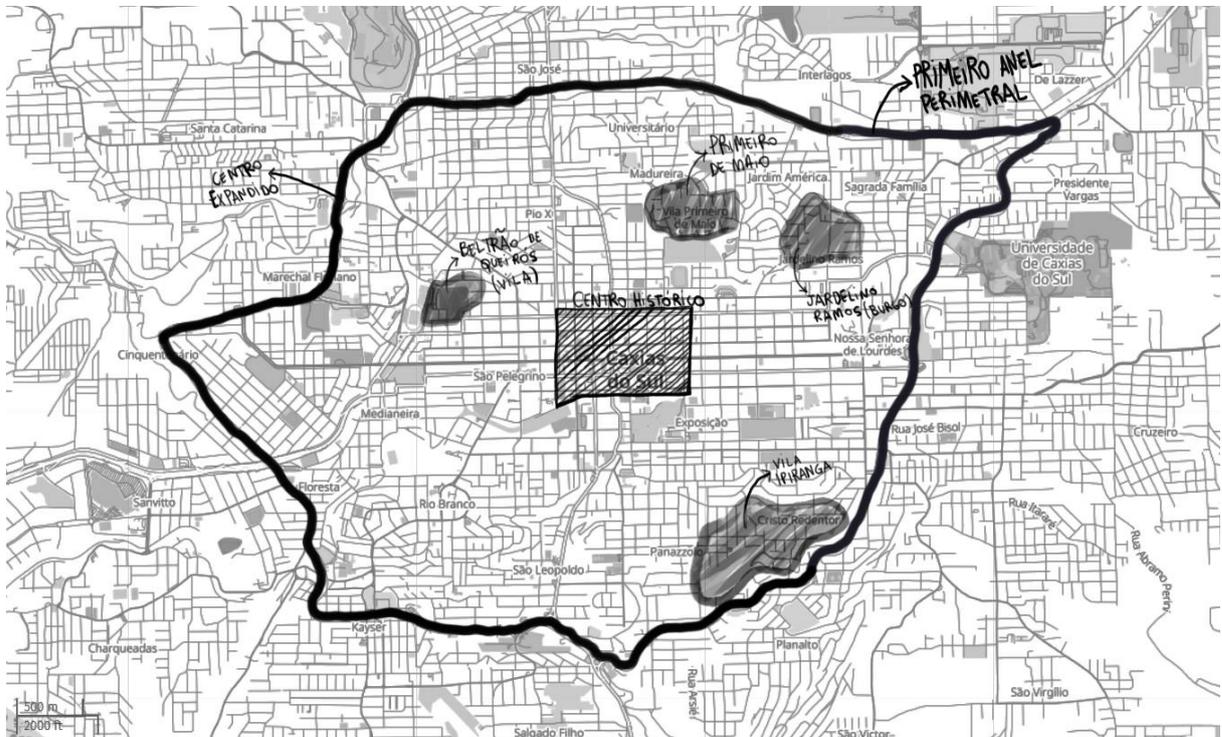


Figura 4 - Divisão espacial proposta para análise: centro expandido e periferia urbana, separadas pela avenida Perimetral; e periferias do centro. Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, para uma análise do discurso do vandalismo urbano da cidade de Caxias do Sul, dividiremos a cidade em duas partes — como centro e periferia, ainda que Caxias tenha suas periferias mais antigas encravadas no território central da cidade. Tal divisão se deu como mostra a figura 4, e o objetivo dessa divisão foi identificar onde o vandalismo se desenvolve sobre uma matriz de conflito, de ataque à propriedade e onde as/os artistas vândalas/os desenvolvem intervenções mais lúdicas, com mensagens menos codificadas, quase como que uma pedagogia da rua.

Durante o processo de pesquisa abordamos mais duas faces da urbanidade de Caxias do Sul, a saber, essa valorização abstrata do trabalho como eixo centralizador do desenvolvimento urbano — e, principalmente, econômico — da cidade e, posteriormente, que reflexo essas dinâmicas imprimem no desenvolvimento da arte e da cultura caxiense.

### 3.1 DA FÉ E DO TRABALHO

A escolha do slogan *dá fé e do trabalho*, do governo pedetista de Alceu Barbosa Velho, se dá porque, de alguma forma, a expressão sintetiza a formação do imaginário caxiense. Segundo Nascimento, como em outras colônias do Brasil Império, Caxias do Sul deveria ter sua sede não apenas com função política de morada do diretor e dos funcionários imperiais, mas também com função econômica e religiosa (2010, p. 53). Tal herança, a importância da religiosidade, se nota na forma como a cidade se organiza até os dias atuais.

Apesar de uma das indústrias metalúrgicas com maior importância da região<sup>18</sup> — no passado pela sua importância na organização do trabalho e atualmente pelos debates da cidade sobre o futuro das edificações de suas plantas industriais como abrigos para equipamentos de cultura — ter sido fundada em 1896, é a partir da década de 1940 que a cidade passa a viver um crescimento acelerado e desordenado, consequência das transformações econômicas e sociais em curso (MARCHIORO E CALCAGNO, 2015, p. 73). O acúmulo do novo modelo de desenvolvimento, conduzido por Vargas a partir de 1930, ancorado na ideia de industrializar para substituir importações e os incentivos ao desenvolvimento industrial, principalmente, voltado às indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital, promovidos por Juscelino Kubitschek de 1956 a 1961 — apesar do especial interesse na indústria automobilística —, foi aproveitado pelas indústrias metalúrgicas (SILVA, 2018). Isso, somado à expulsão das populações das áreas rurais pela mecanização da agricultura, a utilização de sementes modificadas, fertilizantes e insumos químicos em curso, faz com que a busca por melhores condições de vida tenha as cidades com indústrias de médio e grande porte como destino.

O modelo de desenvolvimento implementado no Brasil a partir do golpe civil militar de 1964, que tinha como principal propulsor o capital externo, não permitiu a circulação de renda, aumentou o valor do crédito, dificultou a organização sindical combativa, acabando com a estabilidade no trabalho; provocou arrochos e obstaculizou a abertura de pequenas e médias empresas, que garantiam a manutenção dos custos de produtos essenciais. Além disso o Regime, aproximadamente 10 dias após o golpe, intervém nos principais sindicatos da cidade

---

<sup>18</sup> A funilaria que viria a se tornar a Metalúrgica Abramo Eberle.

e no incipiente movimento comunitário, que vinha se organizando em associações de moradores desde meados de 1958 e tem sua documentação levada pela repressão (SILVA, 2018).

A criação de organizações de moradores era reflexo do modelo de desenvolvimento urbano que se instalava na cidade. Uma expansão urbana que, propiciada pelo processo de industrialização acelerado, é marcada pela clandestinidade. “A indústria no sistema capitalista é o grande dinamizador e organizador do espaço. Para onde se desloca, faz valorizar o preço da terra próxima e influencia uma nova ocupação desse espaço” (SILVA, 2018, p. 96). Desde muito, a indústria é a atividade que molda a linguagem urbana da cidade de Caxias do Sul, a matriz rodoviarista adotada pelos militares faz com que as indústrias elejam a proximidade com as rodovias como balizador para a escolha dos locais onde suas unidades produtivas seriam construídas, visando baratear os custos de escoamento da produção. Tais escolhas valorizam as terras em seu entorno, fazendo com que sofram o assédio de loteadores clandestinos.

Além disso, a pressão exercida pelo empresariado industrial direcionava o debate urbano, como é possível observar nas tratativas e discussões para construção de um Distrito Industrial, que se iniciam na década de 1970 ou na promoção de eventos que se propunham a pensar os “Problemas do Desenvolvimento de Caxias do Sul”, proposto pela Câmara de Indústria e Comércio — no mesmo período — com o objetivo de apresentar as demandas industriais à comunidade caxiense. Tais iniciativas tiveram como resultado, por exemplo, a declaração de utilidade pública de terras da família Sanvito, nas proximidades da RS-122, onde se instalaria o Distrito Industrial, também a criação da Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul (Codeca), com a missão de preparar e vender os lotes do futuro Distrito Industrial. Hoje, a Codeca — empresa de economia mista — é responsável pelo serviço de recolhimento de lixo, pelas manutenções de ajardinamento, pela varrição e pela execução de algumas obras públicas. Apesar de existir um loteamento criado para fins industriais, que recebeu o nome de Distrito Industrial, às margens da RS-122, que passou por um processo de densificação da atividade industrial, essa localidade está longe de ser considerada aquilo que se propôs à época (SILVA, 2018).

As indústrias seguiram ocupando as regiões que facilitavam seu acesso às vias de escoamento, a BR-116 e a RS-122, ou até mesmo instalando-se nas próprias rodovias. E, assim como as/os trabalhadoras/es que decidiram construir seus lares em diversos loteamentos irregulares e/ou clandestinos, as indústrias também ignoraram as normativas municipais, desrespeitando a vocação para uso do solo zoneada nos Planos Diretores de 1952 — não aprovado — e 1972 — que se utiliza dos estudos realizados para o plano de 1952 (SILVA. 2018). Tal iniciativa das indústrias favorecem o crescimento não planejado da cidade, fazendo que se criem demandas por melhorias urbanas e habitação em diversas áreas da cidade.

Nós estávamos loteando lá (Planalto) e eles estavam procurando uma área. O Bellini me conhecia e tal, ele disse “Vê se tu me arruma uma área de terra pra nós botar a fábrica, nós queremos construir grande”, diz ele. Ele queria grande [...] eu levei ele até lá, ele olhou e tal e diz ele: “Olha aqui, serve pra nós!” Ele disse: “Só que nós queremos a terra. Como nós temos que construir nós não vamos pagar a terra”. Afinal [...] qual era o interesse: o interesse era de valorizar [...] então tinha mais facilidade de vender os terrenos [...] quando começou a fábrica lá, eu nunca esqueço, nós chegamos a vender cinquenta lotes num dia. Tinha uns corretores que ajudavam. Vinha gente de fora, de Garibaldi, de Bento, de Antônio Prado, de toda a parte com a camionete. Cinquenta e poucos terrenos. (SARTOR<sup>19</sup>, 1999)

Me apegarei, como caso ilustrativo, nas ampliações da Intral, instalada na Vila Moderna, mas segundo Silva (2018), similaridades podem ser observadas na instalação e ampliação da Marcopolo, do bairro Planalto. As duas mantiveram-se em áreas loteadas por Mario Sartor. Por estarem sobre áreas que foram loteadas para fins residenciais e, portanto, não adequadas a empresas de grande porte, com o passar do tempo passaram a adquirir outras áreas nas quadras próximas a suas plantas base. O interessante a se observar é que essas empresas, para se tornarem o que são hoje, contaram com o auxílio dos Poderes Executivo e Legislativo caxiense para o fechamento de diversas ruas, à revelia dos interesses das comunidades da região. O caso da Intral pode ser observado pelos processos das leis 1.807, de 27 de junho de 1969 e 2.797, de 30 de novembro de 1982.

---

<sup>19</sup> Mário Sartor foi loteador, entre as décadas de 1940 e 1970, por vezes exercendo o ofício legalmente, por vezes ilegalmente.



e posterior solicitação de fechamento das quadras. A empresa menciona no pedido que, seja levado em consideração que o período era de crise, no qual crescia o número de desempregados. A permanência da empresa, resultante do fechamento das quadras, colaboraria para a “minoração deste angustiante problema”. Além de a Intral S/A ser uma empresa genuinamente caxiense, e o atendimento à solicitação determinaria a “permanência definitiva da empresa em Caxias do Sul”.

Dessa vez, o processo se arrastou por mais tempo. Quatro anos foram necessários para debater quais seriam os impactos resultantes do fechamento das ruas, bem como quais seriam as contrapartidas da empresa para com a comunidade. A discussão é levada ao Conselho do Plano Diretor Municipal — criado em 1975 pela Lei 2.228 — onde são ouvidas as manifestações das comunidades atingidas pela medida, principalmente a Associação dos Moradores da Vila Gaúcha, e dos comerciantes das proximidades que se sentiam afetados pelas obras. A Intral S/A solicitava parte da rua Maria Prezzi Postali, entre as ruas Rio Grande e Vacaria e a parte final das ruas São Marcos e Lagoa Vermelha — estas com término na empresa.

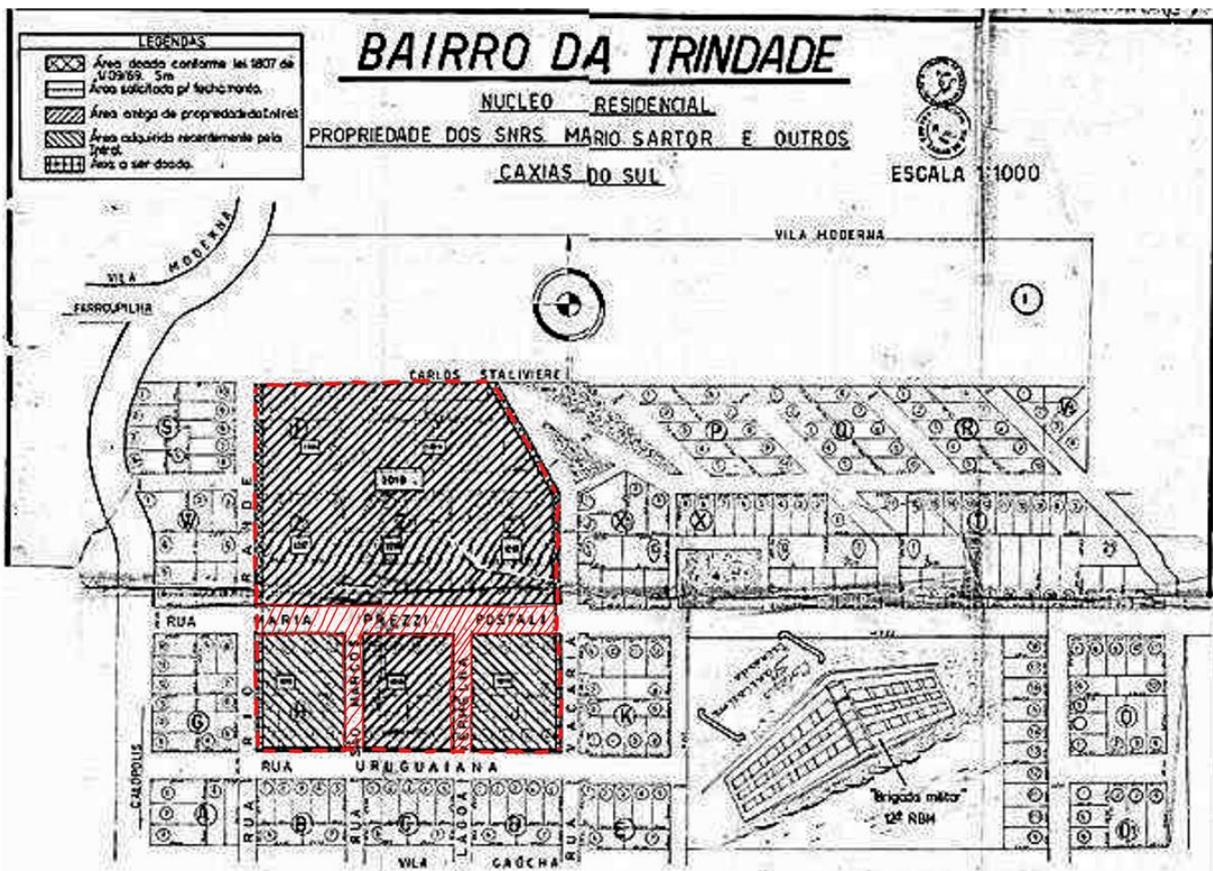


Figura 6 - Planta das imediações empresa Intral, em vermelho: as ruas que seriam fechadas e o novo perímetro após fechamento, 1982. Fonte: Anexo à Lei 2.797, de 28 de dezembro de 1982. Editada pelo autor.

A área solicitada possuía 3.600 m<sup>2</sup> e teria valor aproximado de Cr\$ 5.400.000 — cálculos do Executivo. As propostas iniciais da prefeitura mencionavam que, a empresa deveria alargar em cinco metros a Travessa Vacaria, no trecho entre as ruas Maria Prezzi Postali e Uruguaiana e, com mesma metragem, a rua Uruguaiana, entre as ruas Rio Grande e a travessa Vacaria. Uma área correspondente a 1.371,46 m<sup>2</sup>. Além disso, fora solicitado a restituição do leito carroçável da rua Uruguaiana, atingido por obras para a movimentação de terra e rocha; e a doação de terra não inferior a 1,750 m<sup>2</sup> para a construção de uma praça.

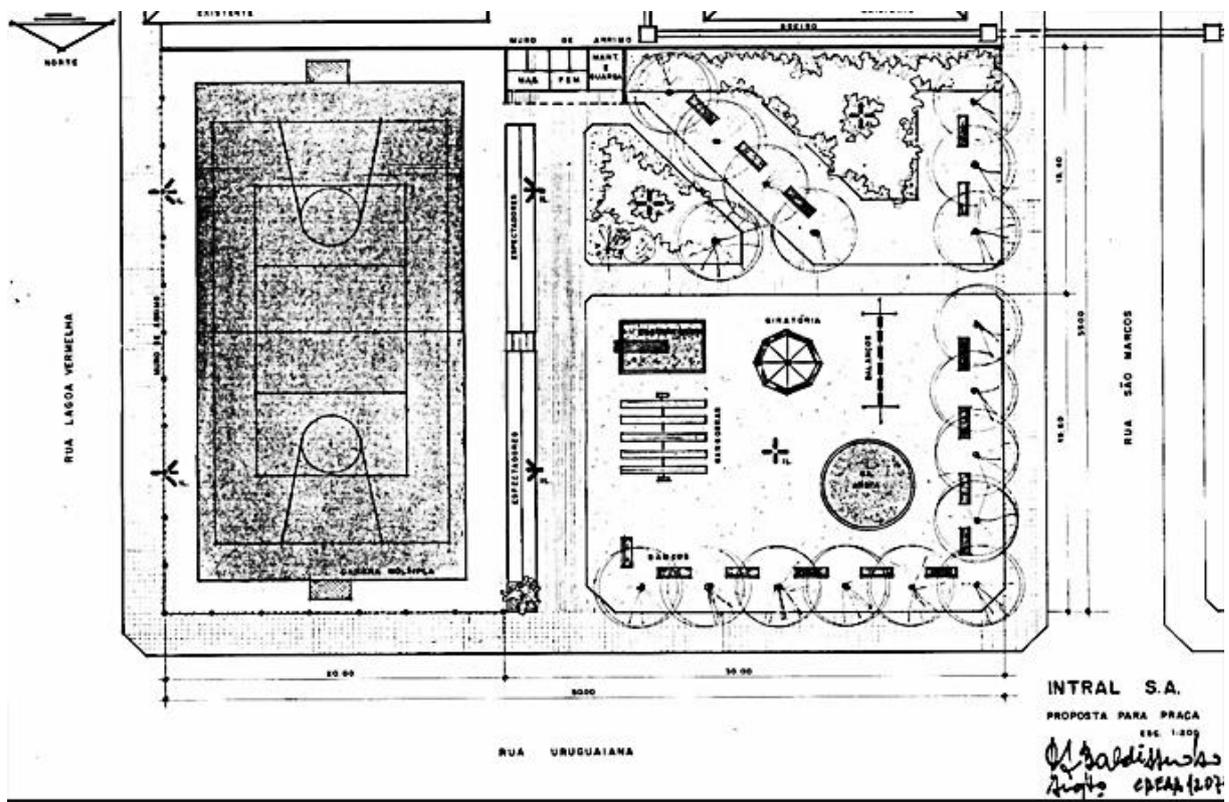


Figura 7 - Planta da praça proposta pela Intral. Fonte: Parte da troca de áreas pelas quadras fechadas para ampliação da fábrica. Processo da Lei 2.797 de 28 de dezembro de 1982.

Durante o processo, e com possibilidade de negação do projeto, a empresa recebe informações privilegiadas. Apesar de se tratar de uma região regularizada, o registro de doação das ruas pelo loteador para a Prefeitura não foi encontrado, provavelmente por não ter sido feito. Assim, Mario Sartor, ainda detentor da posse da área, poderia fazer a doação das ruas afetadas pelo processo para a Intral ou para o Poder Público. Com menor poder sobre a situação, o Executivo edita a lei não sobre a doação, uma vez que não possuía a titulação das terras, mas sobre a desafetação de uso público.

O Executivo recebe de Sartor as terras e as transfere para a Intral S/A. No texto da lei essa transferência aparece com o título de doação efetuada pelo município. Tal acordo, selado pela Lei 2.797m é aprovado em 28 de dezembro de 1982, no “apagar das luzes” do primeiro mandato de Mansueto de Castro Serafini Filho (1976-1982). A lei mantinha as exigências de doação e obras supracitadas, mas ampliava o prazo de execução para 36 meses.

O caso da Intral S/A, narrado por Silva (2018), ilustra como a irregularidade do setor industrial era tratada com um olhar diferente, pelos Poderes Executivo e Legislativo, do que se debruçava sobre os loteamentos clandestinos. Outras obras de infraestrutura podem ser observadas ao longo da história da cidade, como a implementação do segundo anel perimetral e o asfaltamento da RSC-453 — conhecida pela população como Rota do Sol — que, desafogava o trânsito da área central, facilitando o transporte de cargas entre as rodovias BR-116 e RS-122. Tais projetos de melhoria nas condições urbanas para as indústrias não foram acompanhadas por projetos de urbanização dos loteamentos clandestinos, tornando ainda mais instável a situação de trabalhadoras-es em períodos de crise. Apoiados em uma posse de terra irregular, os loteamentos clandestinos não tiveram o olhar do Poder Executivo da cidade, no que diz respeito a planejamento urbano. Essa população que impulsionada pelos avanços do capital se instala nas periferias da cidade, modificando o tecido urbano é invisível aos olhos do poder até hoje. E essa invisibilidade tem efeitos danosos para as populações residentes desses loteamentos — populações que pagaram pelas terras na esperança, provocada, de posterior regularização e urbanização — uma vez que, o Poder Público se exime da responsabilidade de melhoria desses espaços, por não poder intervir em áreas irregulares e, por outro lado, não dedicando esforços para facilitar processos de regularização. O que faz com que o abismo social entre as áreas regulares e irregulares se torne ainda maior, já que o Executivo concentra as obras de melhorias urbanas nas áreas que já possuem infraestrutura básica para a vida humana.

Por isso tudo, a lógica da expansão urbana, mesmo que desordenada, estava inserida no projeto de desenvolvimento acelerado dos generais, na real medida em que permitia ao poder público não ter cuidados com essas regiões que se encontravam fora da “cidade oficial”, permitindo que os gastos do município fossem empregados no incentivo ao desenvolvimento de infraestrutura para as indústrias. O impacto social causado por esta política de desobrigação social levou décadas para ser amenizado. Atualmente, a maioria dos loteamentos catalogados entre os

256 clandestinos no ano de 1985, em termos legais continua irregular, embora hoje contem com infraestrutura básica completa, conquistada com muita luta, nas décadas posteriores (SILVA, 2018, p. 210)

Somado a isso, a aprovação recente de novas leis para regularização — citadas anteriormente — em sua própria conceituação já denotam a pouca vontade política de melhoria da vida de moradoras-es de assentamentos precários. Uma vez que,

Favelas, vilas, mocambos e várias modalidades de loteamentos populares, irregulares, clandestinos, vinham sendo denominados “**assentamentos precários**” nas políticas urbanas oficiais – termo adotado também nesse texto – e mantinham presente a noção de precariedade na legislação e na política de regularização fundiária até a aprovação do novo marco legal, que passou a tratar esses territórios como “**núcleo urbano informal**” e “núcleo urbano informal consolidado (AMORE e MORETTI, 2018, p. 76, grifos meus)

Ou seja, o novo marco legal carrega em seu espírito de lei, não as condições de vida da população, marcadas pela precariedade, mas sim a garantia da propriedade, independentemente das condições. Se antes, de alguma forma, a questão era a falta de acesso à infraestrutura — acesso à água e ao saneamento, drenagem, energia elétrica, iluminação pública, áreas públicas de lazer, acesso à educação e à saúde, enfim direito à cidade — e as leis que regulamentavam a regularização fundiária urbana exigiam a solução desses problemas — sabemos que muito pouco foi feito em relação à regularização pela falta de flexibilidade da legislação —, hoje a questão é, prioritariamente, jurídica e o espírito da lei se preocupa apenas com a segurança da posse, o que é primordial nessa discussão, mas não garante a melhora das condições de vida das populações que acessam à regularização — muitas vezes garantindo apenas a possibilidade de mercantilização dos lotes recém regularizados e a expulsão de moradores frente ao assédio do mercado.

Além disso, a nova lei flexibiliza o zoneamento urbano das áreas regularizadas por Reurb-S. Se antes ao se regularizar um assentamento precário, automaticamente, sua área era grafada no zoneamento urbano como ZEIS — Zona Especial de Interesse Social — o novo marco legal — Lei Complementar 657, de 13 de agosto de 2021 — não é transparente sobre o zoneamento dessas áreas e, segundo conversas com o Executivo Municipal, as áreas regularizadas adotariam o zoneamento mais próximo à localidade — geralmente ZR3 e ZR4, Zonas Residenciais voltadas para o

adensamento populacional — o que, por aumentar as possibilidades construtivas dessas áreas acaba por aumentar o assédio do mercado imobiliário sobre elas, promovendo, além da expulsão da população, a descaracterização dos loteamentos.

Podemos observar que a urbanização caxiense, desde muito, serve ao capital, seja ele industrial ou imobiliário. A irregularidade, muitas vezes provocada, se coloca em favor dos interesses do mercado, uma vez que os loteamentos clandestinos tornaram possível maior acumulação para as indústrias: permitindo o pagamento de remunerações mais baixas, não garantindo aos trabalhadores grandes benefícios, não garantindo acesso a uma vida segura e confortável, que lhes mantivesse a sobrevivência, continuando enquanto força que move a produção. Tornando a mão de obra um produto ainda mais barato. Ou seja, quando se observa por um prisma histórico, o que transparece é que a ilegalidade é apenas mais um elemento inserido na própria lógica capitalista (SILVA, 2018). Uma vez que, além do relatado, segue alimentando o lucro de assistências técnicas que se aproveitam da falta de divulgação de informações precisas da Lei Complementar 657, de 13 de agosto de 2021, para cobrar por um serviço público e gratuito.

Vimos até aqui, que as definições de urbanidade — do passado imigrante, ao tempo presente migrante — são pautados pela ampliação das possibilidades do capital. E que a linguagem urbanística que define as paisagens urbanas é definida pela informalidade dos “grandes” a partir da flexibilização de normas e acordos entre industriários e loteadores. Sobrando para a população, adequar-se à cidade construída à revelia de seus interesses, ou lutar para que, através da pressão popular, seus territórios sejam pautados pelo planejamento urbano oficial da cidade. Essa lógica somada a influência da Igreja na assistência social e na cultura<sup>20</sup>, faz com que a “fé e o trabalho”, — e é importante deixarmos evidente, ainda que a essa altura do texto, que a fé que dá vida ao *slogan* é a fé cristã, outrora católica e, pela pressão política exercida na cidade, hoje evangélica —, ainda garantam que a linguagem urbana se molde conforme as vontades daqueles que detém poder político.

---

<sup>20</sup> A cidade tem boa parte da prestação de serviço social, a crianças e adolescentes — em serviços de convivência e fortalecimento de vínculos — e a adultos moradores de rua, sob responsabilidade de um projeto social dos Capuchinhos, chamado Projeto Mão Amiga — talvez, seja mera coincidência o nome ser o complemento do “braço forte” — fundado em 2009 e incluso no Plano Municipal de Cultura e tendo repasses aprovados por uma série de processos de Dispensa Inexigibilidade de Chamamento Público.

O meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a arquitetura “ensina”. Uma cidade planejada, um monumento, ou até uma simples moradia pode ser um símbolo do cosmos. Na falta de livros e instrução formal, a arquitetura é uma chave para compreender a realidade (TUAN, 2013, p. 128).

Se a arquitetura ensina, podemos afirmar que Caxias do Sul — através da organização patronal e do domínio do Poder Executivo em conselhos paritários<sup>21</sup> — organiza a história que quer contar, deixando de lado a história de trabalhadoras e trabalhadores para enaltecer a história dos “donos da cidade”. Ramon Tissot<sup>22</sup>, lembra os presentes no encontro que debatia o direito à memória, a cidade tem 52 bens tombados, que se dividem entre estabelecimentos comerciais e de serviços, indústrias, igrejas e residências de famílias ligadas à indústria — algumas obras de arte também compõem a lista. Dentre eles não há nenhum que conte a história de trabalhadoras-es, apenas daqueles que se beneficiaram de seu trabalho. Ainda assim, a cidade se pauta pelo legado do trabalho, por ser terra de um povo que trabalha. Porém, a única história que segue sendo contada e protegida do apagamento, é a história do patronato industrial, e da Igreja.

O vandalismo, que atenta contra o patrimônio edificado, dessa história da qual não pertence, ou da história recente, a qual é permitida apagar qualquer legado que não se relacione com os abastados da cidade, soa como a expressão espacial de trabalhadores e trabalhadoras, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras. Um grito que exige espaço na história — não oficial — de uma cidade construída pelas suas mãos.

### 3.2 CAPITAL DA CULTURA OU CULTURA DO CAPITAL?

No ano de 2007, a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul anunciou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a cidade, com o apoio da comunidade e de 300

---

<sup>21</sup> Como o Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural da cidade (COMPAHC) ou seu Conselho de Planejamento e Gestão Territorial (CONSEPLAN)

<sup>22</sup> Em um encontro, em processo de documentação, promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Caxias do Sul em 23 de agosto de 2023.

entidades, obteria o título de Capital Brasileira da Cultura no ano de 2008<sup>23</sup>. Junto a essa notícia, “assume o compromisso de captar recursos junto a empresas públicas e privadas para dar andamento aos quase 50 projetos propostos pela Secretaria da Cultura no momento da inscrição ao título”. Em uma segunda publicação da assessoria de imprensa, na ocasião da entrega do título, é mencionada parte do discurso do diretor da ONG Capital Brasileira da Cultura, responsável pela premiação, acerca da importância do título:

É uma forma de se fazer uma discussão ampla em torno dos valores culturais das cidades muitas vezes esquecidos; contribui para a preservação do patrimônio histórico e cultural; e da oportunidade do cidadão se identificar com a sua cidade e ter orgulho de pertencer a ela. (Mário Vendrell, 2007, em discurso)<sup>24</sup>

Em 2008, ano em que Caxias do Sul se torna a Capital Brasileira da Cultura, uma das pixações que mais me chamava a atenção estampava o prédio, parcialmente abandonado, do que fora a primeira fábrica da Metalúrgica Abramo Eberle: “*capital da cultura ou cultura do capital?*” O prédio, hoje centro comercial, é um bom retrato de como a cidade lida, não só com o seu patrimônio histórico, mas com a cultura de modo geral. Acredito que a pixação — que pode se tratar apenas de um delírio do pesquisador, pois não tive sorte localizando algum registro de sua existência — parece traduzir bem, e em um local bastante simbólico, esse comportamento.

Como mencionado anteriormente, as associações de moradores cumpriram importante papel na formação e integração de movimentos sociais em Caxias do Sul. Em 2008, ano em que Caxias se torna a Capital Brasileira da Cultura, a União das Associações de Bairro (UAB) completou 45 anos de existência. Nesta seção abordaremos a relação da entidade com o título recebido pela cidade no ano de 2008 e o impacto comunitário percebido pelos moradores-as dos bairros através do seu próprio veículo de comunicação, o Jornal dos Bairros.

A primeira edição, que se pode ter acesso, do Jornal dos Bairros data março de 1993, comemorando “O sonho que se torna realidade”<sup>25</sup>. Desde então, da

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2007/07/caxias-e-a-capital-brasileira-da-cultura>. Acessado em: 07/02/2024, às 11:28.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2007/09/caxias-foi-nomeada-oficialmente-capital-brasileira-da-cultura-2008>. Acessado em: 07/02/2024, às 11:35.

<sup>25</sup> Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882496&pagfis=1>. Acessado em: 08/02/2024, às 10:55.

conquista da sede própria para o movimento comunitário até os dias de hoje, o Jornal dos Bairros vem sendo, junto com a Assembleia Geral da entidade, o principal veículo de comunicação da gestão da UAB com as demais Associações de Bairro e com a comunidade e, portanto, utilizaremos as suas 11 edições do ano de 2008 para entender como o título de Capital Brasileira da Cultura, conquistado por Caxias do Sul, impactou, ou não, os bairros da cidade.

Já no ano de 2007, após o anúncio feito pela assessoria de imprensa da administração pública, o Jornal dos Bairros — bem como os demais veículos de imprensa da cidade — noticiava a conquista aos comunitaristas, com a manchete, “*Caxias do Sul é nomeada oficialmente a Capital Nacional da Cultura 2008*” (edição de agosto de 2007<sup>26</sup>, p. 05), o Jornal informava que a Secretaria de Cultura do município realizava atividades gratuitas e abertas ao público por toda a cidade e, também, apresentava as cidades que concorreram ao pleito. Em mesma página, o anúncio de que a Secretaria de Cultura fora transferida para a Estação Férrea deixando o mezanino do Centro de Cultura Henrique Ordovás Filho — prédio que, junto à sede da UAB, abrigava a antiga Cantina Antunes —, deixou a classe artística apreensiva com a manifestação do, então, Secretário Municipal de Cultura — Antônio Feldmann — de que o espaço seria utilizado para abrigar o Acervo Municipal de Artes Plásticas (AMARP), segundo informe da edição, “uma verba de R\$ 300 mil, conquistada através da obtenção do título de Capital Nacional da Cultura, viabilizaria um projeto para a acomodação das peças do AMARP no local” (edição de agosto de 2007, p. 05).

Em mais uma edição de 2007, o Jornal dos Bairros dá o tom de qual seria a abordagem sobre o título da cidade no ano de 2008, lembrando que essas vitórias não refletem em outros serviços públicos, como na matéria, “*Comunidade cobra melhores serviços dos Correios em Caxias*”, enfatizando que

A população caxiense pode se orgulhar dos vários títulos que o município ostenta, como ‘Capital Nacional da Cultura’ e ‘1º Município em Qualidade de Vida no Estado do Rio Grande do Sul’. No entanto, não se pode dizer o mesmo em relação aos serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na cidade. (edição de setembro de 2007<sup>27</sup>, p. 03)

---

<sup>26</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47372&p=0>. Acessado em: 08/02/2024, às 11:29.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47373&p=0>. Acessado em: 08/02/2024, às 11:30.

Além disso, é mencionado que a partir da sanção do Plano Diretor, a cidade teria seu perímetro urbano aumentado em mais de cinco mil hectares, tornando ainda pior a situação (edição de setembro de 2007, p. 03).

No ano de 2008, a primeira edição do ano do Jornal dos Bairros<sup>28</sup> traz, em sua capa, manchetes sobre o “*Projeto de Ciclovia [que] não sai do papel*”, que em 2024 está parcialmente executada, e sobre o Fórum Social Mundial, que, pela primeira vez, descentralizou suas atividades e, naquele janeiro, realizava atividades em mais de 80 países. O editorial da edição janeiro/fevereiro aborda os problemas que serão discutidos pelo jornal em quase todas as edições do ano: a crise na saúde, a educação pública do município e a segurança. O texto ainda elogia o crescimento econômico de 10% logrado pelo município, mas convoca o movimento comunitário à organização em busca de melhorias nos setores citados (edição de janeiro/fevereiro, p. 02).

A segunda edição, do mês de março<sup>29</sup>, traz um editorial que se pauta pela segurança, pela educação e pelo meio ambiente, cobrando mais diálogo entre as forças de segurança do município e as comunidades, alertando sobre o desmonte da universidade estadual (UERGS) no município e o fechamento de turmas voltadas à educação de jovens e adultos (EJA), o editorial também menciona a falta de vagas na educação infantil e a ausência de reuniões do FUNDEB. Por fim, menciona o 1º Encontro Estadual do Movimento Comunitário sobre o Meio Ambiente realizado em Caxias do Sul, pauta que durante o ano passa a adquirir relevância para o movimento comunitário atento às mudanças climáticas que, “atingirão primeiro os mais pobres”, (edição de março, p. 02), como é possível atestar após 16 anos passados. A edição é focada na discussão dos problemas da educação observados pelo movimento, apresenta os debates desenvolvidos durante o Encontro Estadual do Movimento Comunitário sobre o Meio Ambiente e também discute a discriminação salarial sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho (edição de março, p. 04 e 06). Também são discutidas as obras do PAC no bairro Fátima Baixo, responsáveis pela remoção de, aproximadamente, 350 famílias do local, além das dificuldades de outros bairros com

---

<sup>28</sup> Edição janeiro/fevereiro, disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47378&p=0>. Acessado em: 09/02/2024, às 15:46.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47379&p=0>. Acessado em: 10/02/2024, às 20:04.

a canalização de esgotos e alagamentos (edição de março, p. 05, 12 e 14). O trânsito, um dos assuntos recorrentes do ano de 2008, aparece pela primeira vez (edição de março, p. 10). Nesta edição, é mencionado o título de Capital Brasileira da Cultura, unicamente para demarcar que, no dia 3 de setembro de 2007, data em que Caxias do Sul recebeu a notícia de que havia vencido o pleito, fora fundada a “Acorda Latino América”, entidade que reunia artistas de diversas áreas para o resgate e intercâmbio da cultura latino-americana (edição de março, p. 16).

No mês de abril, seguem os protestos pela permanência do funcionamento da UERGS no município, a realização de um vestibular para ingresso de novos-as estudantes e a transferência — que não aconteceu, a universidade segue realizando suas atividades “provisoriamente” no mesmo prédio — da unidade para a Escola Olga Maria Kayser, visto que o município já havia destinado verba de 120 mil reais para a adequação da escola aos novos usos (edição de abril, p. 02 e 09). Nesse período do ano se intensificam as lutas por melhorias no transporte coletivo, com a UAB cobrando mais espaços de participação da comunidade para encaminhamento de reivindicações à concessionária e ao Poder Público. Os atrasos das linhas nos bairros e o alto valor da tarifa eram os principais motivos de descontentamento por parte dos-as comunitaristas (edição de abril, p. 05 e 06). Os problemas com atraso nas obras públicas e as canalizações de esgotos seguem em pauta<sup>30</sup> (edição de abril, p. 13, 14 e 15).

O editorial de maio de 2008, denuncia a escassez na participação popular induzida pela gestão Sartori. Sob o seu comando a administração municipal transformou o *Orçamento Participativo* em *Orçamento Comunitário*, segundo a edição:

A atual administração municipal manteve o processo de participação popular, porém, passados quase três anos e meio já é possível ver que não foi só o nome que mudou. O Orçamento Comunitário não discute valores. A participação das pessoas está restrita a citar as necessidades existentes nas comunidades. Não temos contato direto com os membros do primeiro escalão do governo, secretários e prefeito nas regionais. Aliás, as regionais servem apenas para fazer propaganda oficial (edição de maio de 2008<sup>31</sup>, p. 02).

---

<sup>30</sup> Edição de abril, disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47380&p=0>. Acessado em: 10/02/2024, às 20:27.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47381&p=0>. Acessado em: 10/02/2024, às 20:45.

Nesta edição, que celebra os 45 anos da UAB (edição de maio, p. 07), é mencionada, além da mobilização de entidades para a redução da tarifa de energia elétrica, um relatório de obras do *Orçamento Comunitário* apresentado pela prefeitura que aponta como executadas obras que se encontravam inacabadas ou que sequer tinham sido iniciadas (edição de maio, p. 06 e 08). Os problemas com a canalização de esgotos — dessa vez, na Vila Brasil — e o trânsito seguem sendo pauta nesta edição, seja na reivindicação por pavimentação nos bairros De Zorzi I e II, seja nas críticas à rotatória recém inaugurada da rua Atilio Andreazza (edição de maio, p. 10, 12 e 15).

Na edição de junho<sup>32</sup>, a pauta do editorial é a participação da entidade no 10º Congresso da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores). A valorização da entidade, que passou por eleição durante o congresso, aparece também em reportagem que relata o encontro (edição de junho, p. 02 e 08). Também fazem parte da pauta da edição o transporte coletivo, “Seminário discute modernização do transporte público urbano” e a situação dos condomínios populares, problema que migra de território, mas que segue acompanhando a comunidade caxiense — como é possível averiguar no caso dos condomínios do Loteamento Campos da Serra<sup>33</sup>, que em 2023 preocupou, e ainda preocupa, os movimentos e ativistas da luta por moradia da cidade —, além disso, trânsito e transportes seguem sendo abordados pela edição (edição de junho, p. 04, 06, 12 e 14). Pela proximidade ao início das campanhas eleitorais para prefeito-a e vereadores-as, a edição também traz informativos sobre o papel dos-as candidatos-as ao pleito e informações sobre coligações e fidelidade partidárias (edição de junho, p. 03).

Em julho<sup>34</sup>, o editorial do Jornal dos Bairros traz a disparidade entre a política do cotidiano e a política institucional. O texto trata do reajuste salarial votado pela câmara vereadores que possibilitou aumentos de 9% e 47% para vereadores-as, secretários-as, prefeito e vice, “além da criação de um 13º salário como prêmio por assiduidade” (edição de julho, p. 02). O texto ainda menciona que “o diretor de participação popular da UAB foi impedido de se manifestar no Conselho Comunitário

<sup>32</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47382&p=0>. Acessado em: 10/02/2024, às 21:20.

<sup>33</sup> Ver <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2023/05/possivel-despejo-de-154-familias-de-apartamentos-do-campos-da-serra-e-tema-de-reuniao-em-caxias-clhOrfyh10027016x55wb0u4z.html>. Acessado em: 10/02/2024, às 21:26.

<sup>34</sup> Edição disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=58937&p=0>. Acessado em: 12/02/2024, às 10:57.

Municipal” (edição de julho, p. 02) — a data do ocorrido não é mencionada. É interessante observar como a precarização do trabalho não se trata de um fenômeno atual — como alguns nos fazem querer pensar —, “quem vive do seu trabalho não encontra alternativas de melhorias salariais que não sejam o acúmulo de empregos, a sujeição a trabalhos esporádicos [...]” (edição de julho, p. 02), tal realidade, somada ao fato de que, por muitas vezes, o “seu trabalho” também se realiza na informalidade, desde antes assombra trabalhadoras e trabalhadores na cidade. Os problemas do trânsito e dos transportes seguem ocupando boa parte das páginas do jornal, na edição são noticiadas as mobilizações contra a prorrogação dos contratos de concessão das rodovias estaduais às empresas privadas e relatos do Fórum dos usuários que debateu a qualidade do transporte coletivo caxiense, além da reivindicação corriqueira de melhorias no trânsito (edição de julho, p. 04, 07 e 12). Além disso, o periódico traz um relato da participação do departamento de Educação da entidade no Fórum Mundial de Educação daquele ano e na Conferência Estadual de Educação no ano anterior, reafirmando o compromisso da UAB com a pauta educacional no município (edição de julho, p. 06).

Com um editorial intitulado “*Estabanados*”, a edição do mês de agosto<sup>35</sup> se revolta com o atentado ao meio ambiente encampado pela prefeitura. O corte de 630 árvores no parque de exposições da Festa da Uva — boa parte delas nativas e centenárias —, além do manejo irresponsável de túmulos no cemitério do bairro Rosário I, provocaram “a queda de um membro do primeiro escalão da administração municipal e a movimentação do Ministério Público para averiguar em que condições essas ações aconteceram” (edição de agosto, p. 02). O editorial ainda cobra maior escuta do poder público que, desde o advento do *Orçamento Comunitário*, vinha ignorando as demandas comunitárias e as opiniões que contrapõem as vontades da administração. Os dois acontecimentos são melhor detalhados ao longo da edição (edição de agosto, p. 04 e 05). O transporte é pauta na página 10 e na página 06, a UAB afirma sua participação na Caravana da Anistia que esteve na cidade no dia 17 de julho, durante o 29º Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, na Universidade

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47383&p=0>. Acessado em: 12/02/2024, às 11:15.

de Caxias do Sul, e realizou uma sessão especial de julgamento de sete personalidades que sobreviveram aos “anos de chumbo”<sup>36</sup> (edição de agosto, p. 06).

No mês de setembro<sup>37</sup>, às vésperas das eleições municipais, o editorial e o jornal, de maneira geral, se pautam pelo debate de propostas dos candidatos a prefeito da cidade. O atraso em obras nos bairros, a ocupação do centro comunitário do Vale Verde para fins de moradia, e o novo piso salarial do magistério são pautas na edição (edição de setembro, p. 06, 13 e 15). A cultura aparece no título de chamada em uma reportagem que apresenta o início do debate dos candidatos e, ainda assim, como pode ser observado (figura 8), nenhuma menção direta a políticas culturais é feita por eles.

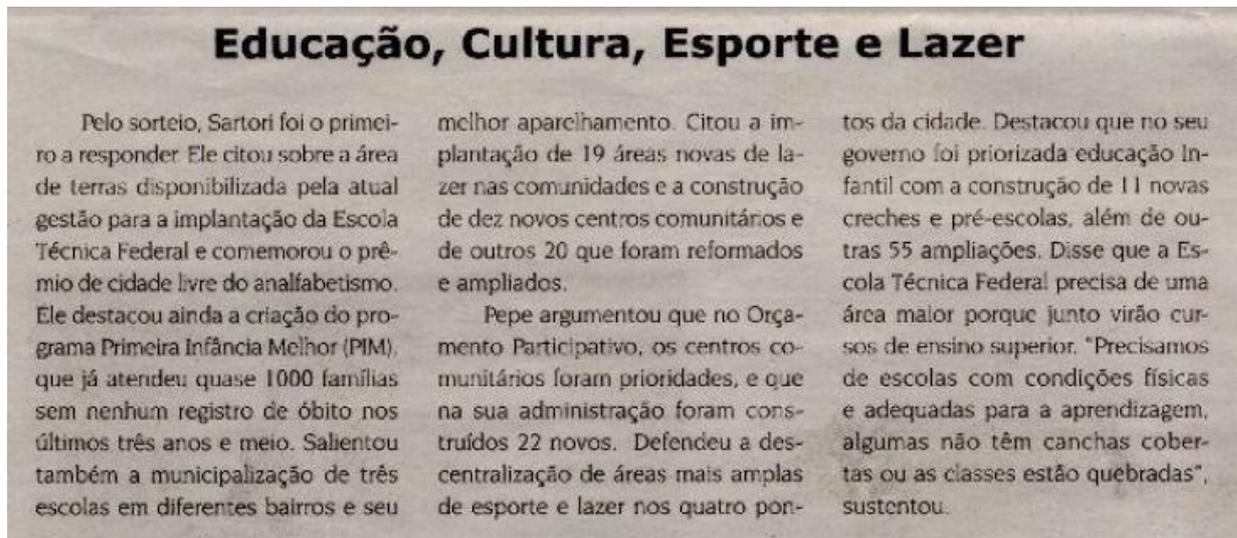


Figura 8 - Trecho da reportagem: “Pepe e Sartori respondem às perguntas do movimento comunitário” (Jornal dos Bairros, edição de setembro, p. 08).

A edição de outubro<sup>38</sup> apresenta um tema discutido “na última assembleia geral” — a assembleia geral da entidade ocorre mensalmente — a “drogadição nos bairros” (edição de outubro, p. 02). O editorial aponta para que se pense em

<sup>36</sup> Para que os nomes daqueles que lutaram contra a ditadura não sejam esquecidos, os sete julgados e anistiados foram: Flávio Koutzi, João Arthur Vieira, José Daltro da Silva, Elírio Branco de Camargo, Antônio Apoitia Netto, Jurema Carpes Siqueira e Vitor Borges de Melo (Jornal dos Bairros, edição de agosto, 2008, p. 06).

<sup>37</sup> Edição disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47384&p=0>. Acessado em: 12/02/2024, às 11:36.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47385&p=0>. Acessado em: 12/02/2024, às 23:50

alternativas que unam o combate ao tráfico e o tratamento de dependentes químicos, também lamenta a ausência de representação das entidades convocadas:

Foram convocados: o Conselho Tutelar, as Polícias Civil e Federal, representantes do COMDICA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente), representantes do COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes) e a PATNA (Pastoral do Toxicômano Nova Aurora). Todos convocados através de ofício protocolado pelo presidente da entidade, com semanas de antecedência (edição de outubro, p. 02).

Dessas, apenas o Conselho Tutelar encaminhou representantes. O jornal também noticia a palestra realizada na sede da UAB, pelo COMDIM — Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sobre a lei Maria da Penha (edição de outubro, p. 03). A eleição municipal estampa as páginas da edição, juntamente com as reivindicações do Fórum de Usuários por melhorias no transporte coletivo, a crise boliviana de 2008, o “*crime ambiental na Bacia do Samuara*” — que teve em suas proximidades 20 hectares de área desmatada para a criação de gado —, além das festividades da Semana Farroupilha, a inauguração do presídio regional e a aprovação pela câmara de vereadores da lei que autoriza e regulamenta a regularização fundiária no bairro Serrano (edição de outubro, p. 04, 06, 07, 09, 10 e 13). É nessa edição que a segunda menção ao título de Capital Brasileira da Cultura de 2008 aparece, porém, novamente, com mera intenção de descrever a cidade que abria as atividades da sua 24ª Feira do Livro (edição de outubro, p. 16).

Intitulado “*Vivendo a história*”, o editorial do mês de novembro<sup>39</sup> traz reflexões sobre a globalização e demonstra esperança a partir da eleição de presidentes progressistas na América Latina (edição de novembro, p. 02). A edição apresenta os 17 eleitos-as para o cargo de verador-a e dá o resultado da eleição para prefeito (edição de novembro, p. 03), mas a edição tem como tema central os direitos das mulheres com as reportagens: “*Direito Universal da Mulher’ foi tema de palestra na UAB*” que resgata os debates desenvolvidos em uma palestra realizada em 11 de outubro daquele ano e “*Caxienses em campanha pelo fim da violência contra a mulher*” que anunciava a adesão da cidade à “Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres” e relatava o apelo ao governo do estado para que

<sup>39</sup>

Edição disponível em:  
<https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47386&p=0>  
 13/02/2024, às 10:52.

Acesso em:  
 em:

os serviços da Delegacia para a Mulher tivessem maior efetividade no município (edição de novembro, p. 07 e 11). O Jornal mantém a pauta de trânsito e transportes ativa, dessa vez com o debate sobre o Duplica RS e a prorrogação dos pedágios, trata do início da ocupação do presídio regional e também da eleição dos novos diretores de escola da rede municipal (edição de novembro, p. 05, 06 e 08). A cultura aparece nessa edição com a notícia do batismo das crianças do grupo de capoeira “O Conquistador”, que foi realizado no dia 28 de setembro no Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho (edição de novembro, p. 12.)

No mês de dezembro<sup>40</sup>, o editorial do jornal, novamente, traz apontamentos sobre as deficiências do *Orçamento Comunitário* em relação a participação efetiva da comunidade nas tomadas de decisões da administração:

Com a troca de governantes aconteceram mudanças que não ficaram apenas no nome, de Orçamento Participativo para Orçamento Comunitário. Perdeu-se a presença do prefeito e do secretariado nas regiões para fazer a prestação de contas, os critérios de distribuição de verbas deixaram de ser por número de habitantes e passaram a ser estabelecidos pelos agentes do governo e o conselho comunitário que antes reunia semanalmente passou a ter reuniões mensais, sendo que este ano reuniu no máximo seis vezes (edição de dezembro, p. 02).

Esse relato demonstra a mudança de postura no planejamento urbano da cidade de Caxias do Sul e o distanciamento, estabelecido pela administração da época — distanciamento esse que se perpetuou nas administrações seguintes —, entre a população e os instrumentos de participação estabelecidos nas administrações anteriores. Esta edição, como a capa já anuncia, se preocupa em discutir, como a edição anterior, o projeto de lei 207/2008 do governo do estado, “o chamado Duplica RS”, que tramitava na Assembleia Legislativa (edição de dezembro, p. 04). A UAB ainda cobra manutenção urbana nos bairros e aponta a qualidade de execução das obras, segundo Tânia Menezes — presidenta da Assembleia Geral — “em alguns bairros só ocorrem obras em época de eleição” (edição de dezembro, p. 05). O meio ambiente volta à pauta com o desmatamento de área verde no bairro Jardim América (edição de dezembro, p. 06). Além disso, a edição anuncia a prorrogação de prazo para edição de atividades inscritas no Fórum Social Mundial do ano seguinte e, por

40

Edição disponível  
<https://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=47387&p=0>.  
 13/02/2024, às 11:49.

em:  
 em:

fim, talvez o que mais nos interesse para as reflexões seguintes, o jornal discute em uma pequena reportagem a 2ª Conferência Municipal de Cultura de Caxias do Sul.

Desde a Conferência Municipal de Cultura, muita coisa mudou. Os anseios e discussões colocadas em pauta naquele encontro ainda reverberam pelas discussões acerca da cultura da cidade. Segundo a reportagem,

[...] Também os fundos de incentivo à cultura devem ser reestruturados e reformulados periodicamente, a partir de sugestões da comunidade artística. Ou seja, é preciso diálogo e espaço para participação. Outro ponto levantado foi a democratização da cultura, tornando-a mais acessível a mais pessoas. Melhorar a divulgação e se possível, descentralizar espetáculos culturais, levando-os aos bairros, foi considerado vital pelos participantes para que os espaços comunitários se consolidem como centros culturais. Ficou também estabelecido que a preservação cultural deve estar presente, sendo difundida a história de Caxias do Sul por meios (*sic*) de programas permanentes na área da educação (edição de dezembro de 2008, p. 14).

Podemos, provoco aqui, pensar o quanto a cultura — ou a produção cultural — se encontra apartada dos bairros populares na cidade de Caxias do Sul. E aqui não me refiro a cultura viva que alimenta a história desses territórios, a cultura cotidiana desenvolvida a partir dos bairros, mas a cultura incentivada pelos fundos e leis de incentivo à cultura, a cultura que é divulgada pelos meios de comunicação consolidados, a cultura que é alimentada pela “classe artística” da cidade. Existe muitas-os artistas na cidade que não se identificam, ou não sentem pertencer, à autodenominada “classe artística” da cidade. Agentes culturais que vivem à margem dos editais de cultura, dos patrocínios, da cadeia “produtiva” de arte de Caxias do Sul.

Quando finalizei a leitura das 11 edições do Jornal dos Bairros do ano de 2008, me pareceu um sintoma bastante alarmante que durante o ano em que a cidade é nomeada Capital Brasileira da Cultura pouco ou nada de cultura chega ao periódico.

Mas, talvez, isso reflita um pouco da própria forma como a cidade desenvolve sua cultura. Os fundos de cultura, que se pretendia reestruturar e reformular periodicamente, foram esvaziados pelos governos após 2008<sup>41</sup>, a democratização e descentralização das atividades culturais — apesar de encampada por diversas-os

---

<sup>41</sup> Ver: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/02/afinal-cultura-e-prioridade-ou-nao-em-caxias-do-sul-9718160.html> ou <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2019/06/lei-de-fomento-a-cultura-e-mais-uma-vez-alvo-de-criticas-de-artistas-e-produtores-de-caxias-10943305.html>. Acesso em: 14/02/2024, às 11:06.

agentes culturais — acontece a passos lentos, e ainda mais lenta é a descentralização dos recursos das leis de incentivo e do conhecimento técnico que permita que artistas que sempre estiveram à margem dos editais possam desenvolver projetos culturais próprios.

E, enquanto isso, a preservação cultural vem sofrendo ataques constantes, ao passo que a “história de Caxias do Sul” vem dando espaço à história presente do mercado imobiliário da cidade, diluindo, cotidianamente, sua identidade — e, de certa forma, sua cultura — nos interesses da mercantilização do espaço praticada planejamento urbano moderno (figura 9).



Figura 9 - Das casas Tôscas dos Pioneiros à perda de identidade. Fonte: Jornal Pioneiro, Edição de 28 de dezembro de 1968.

Faranak Miraftab (2016, p. 366), diz que o planejamento urbano vem se percebendo em uma crise de identidade e de legitimidade que, ligada a crise global e do capitalismo, demonstra o que ela chama de “esquizofrenia” da profissão, decorrente da falsa crença de que o urbanismo serve ao bem público. “O planejamento urbano enquanto profissão, se auto enaltece por atender ao bem público, mas os

planejadores profissionais frequentemente encontram-se a serviço do bem privado” (MIRAFTAB, 2016, p. 365). Observamos, até aqui, que o planejamento urbano da cidade de Caxias do Sul sempre esteve engajado em favorecer uma produção espacial que beneficia os grandes proprietários da cidade, relegando a maior parte da sua população à clandestinidade. Um planejamento que opta por ignorar os problemas da cidade informal, resultante de suas próprias práticas.

As críticas da UAB ao *Orçamento Comunitário* confrontam esse tipo de planejamento que se dá através da democracia representativa, na qual “os cidadãos delegam seus direitos a outros” (MIRAFTAB, 2016, p. 368), reivindicando e saudando a herança do *Orçamento Participativo*. À época, a principal crítica da entidade ao *Orçamento Participativo* era que a participação generalizada enfraqueceria a entidade e as Associações de Bairro, ou ainda, e talvez somente, as “lideranças”. Isso não aconteceu e, apesar de suas limitações políticas, o *Orçamento Participativo* teve êxito no que se propôs. Em comparação, no período *Orçamento Comunitário* as reuniões foram esvaziadas e a limitação da participação às lideranças comunitárias minou a possibilidade real de manifestação popular. Esse é um exemplo a partir do qual percebemos que

[...] na democracia participativa os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não incumbem a outros advogar por seus interesses mas, ao contrário, tomam parte diretamente e formulam decisões que afetam suas vidas. A democracia participativa conseqüentemente promove uma forma de cidadania que é multi-centrada e que tem múltiplas atividades, incluindo os cidadãos e suas ações sociais diretas.

Isso tem importantes implicações para o planejamento. Porque rompe ontologicamente com a noção liberal de inclusão, que guiou o planejamento profissional durante a maior parte do século XX (MIRAFTAB, 2016, p. 368).

Mais profundamente, as práticas vândalas — no texto da autora ela as nomeia insurgentes — buscarão romper ontologicamente com essa lógica por não reivindicarem “uma fatia maior da torta, mas por desejarem outro tipo de torta — uma torta ontologicamente distinta” (MIRAFTAB, 2016, p. 368). Este tipo de prática não busca representantes mais legítimos, mas uma “inclusão autodeterminada, na qual os direitos das pessoas são reais e praticados” (MIRAFTAB, 2016, p.368). Da mesma forma o movimento comunitário parece sentir falta de quando isso pareceu possível. Simbolicamente, a pixação que provocava a sociedade caxiense sobre a “*cultura do capital*”, foi coberta de tinta para dar vida a um centro comercial, ou, se preferirem

assim pensar, a manifestação cultural que reivindicava, à força, uma reflexão mais geral sobre a cultura da cidade — e que, podemos pensar, propunha uma outra cultura possível —, foi atropelada<sup>42</sup>, por ironia do destino, pela resposta ao seu próprio questionamento.

#### 4 ESPAÇO SOCIAL, UMA OUTRA INTRODUÇÃO

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa que desenvolvemos, se sustenta sobre o que Souza (2017, p. 45) chamou de tripé *psique, relações sociais e espaço*. A opção por utilizarmos essa lente de análise, parte de um interesse em uma compreensão mais completa dos “componentes” que formam — e transformam — a sociedade concreta. Segundo Souza (2017) o acréscimo da *psique* ao *duo relações sociais e espaço*, nos auxilia a preencher algumas lacunas de interpretação, ainda que não se tratem de elementos da realidade concreta distinguíveis ou separáveis. Para Jovchelovitch (2004, p. 21)

A psicologia social é, no meu entendimento, a ciência do “entre”. Isso significa dizer que o lugar privilegiado do inquérito psicossocial não é nem o indivíduo nem a sociedade, mas precisamente aquela zona nebulosa e híbrida que comporta as relações entre os dois.

É esse espaço do “entre”, que nos auxilia no entendimento da relação dialética sociedade/sujeito que, no nosso caso, forma e transforma artistas que por sua vez transformam o espaço social e, por consequência, a sociedade, em diferentes escalas e intensidades. Ainda que saibamos, já que advertido por Jovchelovitch, que esse foco no “entre” trata-se de um dispositivo teórico, uma vez que “empiricamente nos deparamos sempre com instanciarções objetivadas produzidas pelo espaço relacional que constitui o ‘entre’” (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 21). Alguns dos elementos que formam os conceitos adotados para a leitura do nosso fenômeno — *espaço social, território, territorialidade e lugar* —, como a identidade, as representações e a ação, mas também outros, segundo a autora são produzidas nesse espaço do “entre”. Castoriadis, segundo Souza (2017), argumenta que antagonizar *psique* e *sociedade*, tornando um termo irreduzível ao outro, de certo modo, é mais radical que a “oposição” indivíduo e sociedade, por entender que “o indivíduo já corresponde à psique inserida

---

<sup>42</sup> “Atropelo” é um termo utilizado por artistas de rua para denominar a sobreposição de obras, quando um artista pinta ou pixa por cima de um *grafite* ou *pixo*, diz-se que um artista “atropelou” o outro.

em um contexto de fabricação social do indivíduo” (CASTORIADIS, 1975, p. 371 e seguintes, citado por SOUZA, 2017, p. 45). Conforme o autor menciona, a formação da *psique* se dá ao passo que é “encapsulada” e “envolvida” por uma série de camadas e condicionamentos sociais ao longo da vida.

Portanto,

A sociedade concreta só existe com esses três “componentes” *ao mesmo tempo*, inclusive porque cada um deles é *relacional* e, assim, só pode ser concebido, no plano concreto, *em relação com os demais e incorporando de certo modo os demais* (SOUZA, 2017, p. 46, grifos do autor)

ou seja, a *psique* faz parte dos indivíduos que forma e é condicionada pelas relações sociais e pelo espaço simultaneamente; da mesma forma, as relações sociais são formadas e transformadas pelos indivíduos, cada qual com a sua *psique*, e também são condicionadas pelo espaço; e o espaço que condiciona e influencia tanto as relações sociais, quanto a *psique*, ainda que nesse processo de socialização do indivíduo as relações sociais e as realidades culturais, políticas e econômicas que derivam dela atuem como uma espécie de filtro entre espaço e *psique*. Trata-se de um *todo indivisível*, uma vez que um é parte constitutiva do outro. Da mesma forma que não é possível separarmos *política*, *imaginário* e *economia* como se se tratassem de fragmentos da realidade que podem ser analisados em separado (SOUZA, 2017). Primeiro porque cada uma dessas dimensões se faz presente na outra, independente das diferentes intensidades em que isso possa se dar,

por exemplo, os “fatos econômicos” implicam e são implicados por relações de poder também, da mesma maneira que não existem fora de uma matriz cultural determinada — ou, melhor dizendo, é sobre o pano de fundo de um imaginário, que “organiza o mundo” de uma sociedade dada, que se pode, inclusive, pensar uma dimensão econômica como algo distinto de uma dimensão política ou cultural, além de, como sucede com o imaginário capitalista, converter significações imaginárias sociais “estritamente econômicas” nas significações *centrais* da sociedade (SOUZA, 2017 p. 46-47, grifos do autor)

da mesma forma, o poder político ou o imaginário são diretamente impactados pelas dinâmicas econômicas e pelos demais condicionamentos da vida material, ainda que sejam interpretados de maneira variável. Assim, a distinção entre política, economia e cultura trata-se de processo histórica e culturalmente construído. Por esse motivo, assim como Souza, utilizamos para nos referir a esses aspectos a palavra *dimensões*,

como forma de manter afastada a ideia de “separabilidade” que outras palavras como, “estruturas” ou “instâncias” poderiam denotar (SOUZA, 2017).

Mais a frente, Souza vai indagar se, conceitualmente, o espaço material deve, ou não, incluir os seres humanos. Responderá que devemos pensar o substrato espacial material como algo que *envolve* e *condiciona* os humanos, e que é *produzido* e *transformado* pelo trabalho humano — e por diversas outras relações sociais que não o trabalho, como já mencionado. Isso significa que o espaço, enquanto *substrato espacial material*, é, por óbvio, distinto dos agentes e atores sociais que o produzem, ainda que seja óbvio também considerar que, se não atentarmos para a presença das-os sujeitos e sua corporeidade, não há porquê falar em espaço social integral, relações sociais ou psique (SOUZA, 2017, p. 50). Em resumo,

a sociedade concreta pode ser vista como abrangendo as relações sociais, a psique e o espaço. A sociedade concreta, se existe somente na história e tendo a história como seu modo de existência, em sentido forte (criação de “significações imaginárias sociais”), também, complementarmente, só existe “*com*” o espaço e “*sendo*” o espaço, na medida em que as relações sociais só se concretizam “*no*” espaço, *pelo* espaço e *por meio do* espaço, *referenciadas* e *condicionadas* pelo espaço (o qual, aliás, também influencia a psique) (SOUZA, 2017, p. 53)

Sendo assim, e ainda mais particularmente em nosso caso, é importante compreender a dialética indivíduo/sociedade, o espaço do “entre” do *vandal*, uma vez que a prática, em alguns casos, apesar de ser *condicionada* pelas dinâmicas sociais e de grupo, pode ser pensada e executada a partir da vontade de ação de uma única pessoa. Essa ação individual, que parte da *psique*, sofre influencia das dinâmicas sociais e do espaço, ao passo que objetiva a transformação espacial, que por sua vez, transforma as relações sociais e a psique. Portanto, para que se possibilite uma compreensão aprofundada das manifestações sócio-espaciais que interessam a este trabalho é preciso um olhar atento ao que ocorre entre as-os sujeitos do fenômeno, enquanto *psique*, e a sociedade, tendo em vista a sociedade concreta, de maneira ampla, mas também as dinâmicas de grupo dos próprios movimentos dos quais essas-es sujeitos fazem parte. Da mesma forma, as dinâmicas entre os elementos que compõem nosso *tripé* de análise, “só existem historicamente, vale dizer, em meio ao processo de transformação da realidade e, em um sentido radical, de criação de novos significados e novas formas sociais” (SOUZA, 2017, p. 59).

Tendo isso em vista, o tripé *espaço, relações sociais e psique* embasa as nossas interpretações sobre *espaço social, território e lugar*. Iniciamos abordando o conceito de espaço social, por entender que *território e lugar* são conceitos tributários do conceito de *espaço social* (SOUZA, 2017). Espaço social será tomado aqui como “um espaço geográfico apropriado, transformado e produzido (econômica, simbólica e politicamente) pela sociedade” (SOUZA, 2017, p. 30). Em uma primeira aproximação, utilizaremos o espaço geográfico de Milton Santos, formado pelo conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que compõem, nunca isoladamente, o “quadro único no qual a história se dá” — pensando, de maneira simplificada, os sistemas de objetos como conjunto das forças produtivas e os sistemas de ações como o conjunto das relações de produção (SANTOS, 2017, p. 63) — podemos assumir, portanto, que o espaço geográfico, engloba facetas da “primeira natureza” e da “segunda natureza” — expressões utilizadas por Marx e também, contemporaneamente a ele, por Reclus, para definir uma natureza não produzida pela sociedade, ainda que cada vez mais afetada pelas dinâmicas sócio-espaciais e a natureza modificada pelo trabalho social, englobando aspectos materiais e imateriais da espacialidade humana respectivamente (SOUZA, 2016).

A espacialidade que nos interessa é, como para Souza, “aquela que não é simplesmente produzida pela humanidade em suas criações intelectuais e artísticas [...]”, mas aquela que diz respeito ao “ambiente” ou ao “meio” em que *vive* a humanidade e que com diferentes graus de artificialidade, é *produzida* por homens e mulheres. “Gerada pela e para a sociedade, essa espacialidade é direta e fortemente social” (SOUZA, 2017, p. 31). Esse espaço, segundo Milton Santos, “é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes”. Objetos técnicos como hidroelétricas, fábricas, estradas de rodagem, cidades que substituem os objetos naturais e fazem com que o espaço “tenda a funcionar como uma máquina” (SANTOS, 2017, p. 63). E, se pensarmos a espacialidade como Lefebvre pensa a cidade, como *obra* de determinados agentes históricos e sociais, tal resultado se daria a partir da ação de grupos e do conflito com os demais grupos, sendo possível distinguir a ação do resultado, mesmo que não seja possível dissociá-los. Segundo ele, alguns arquitetos têm a si próprios como “os

senhores do espaço” que planejam ou realizam. “Eles se vêem ou se fazem ver como os demiurgos capazes de operar, na sociedade, sua concepção e sua definição de espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 43). Se encararmos a cidade como *obra* desses “senhores do espaço”, ainda que resultado de fragmentos compostos por diversos senhores, podemos encarar o vandalismo como um dos pecados capitais que agride a sacralidade desta *obra*, uma espécie de profanação proferida pela “arte satânica dos vândalos<sup>43</sup>”.

Em algumas de suas hipóteses, “o espaço é um produto da sociedade constatável e dependente antes de tudo da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização” (LEFEBVRE, 2008, p. 43) — de onde surge nosso interesse por uma compreensão dos fenômenos que também dê conta do entendimento das/os próprias/os praticantes. Mas, devemos ter em mente, uma constatação, ou teorização que se ocupe, fortemente, das relações sociais. Pois, não basta, para compreender e elucidar o espaço — ou as espacialidades —, que se compreenda e elucide o espaço, é preciso que haja interesse profundo, e não apenas superficial, também pelas relações sociais. É preciso interessar-se pela sociedade concreta, sociedade em que dinâmicas sociais e espaço — e também a *psique* — ainda que não se confundam, são indissociáveis (SOUZA, 2016). Portanto, o espaço geográfico tratado aqui é o “espaço verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais”. Uma valorização do conceito de espaço *social*, “sem, por outro lado, abrir mão do de *espaço geográfico*”. Sendo, portanto, o conceito de espaço geográfico entendido de uma forma mais ampla e o espaço social como uma qualificação deste, um conceito mais específico (SOUZA, 2016, p. 31).

Souza também alerta para a importância de tratarmos o espaço social como espaço social *integral*, mantendo uma distância segura de fragmentações do espaço como o espaço econômico, o espaço cultural, o espaço natural, etc. E integral porque atina ao conjunto das dimensões das relações sociais que produzem esse espaço assim como à materialidade e àquilo que não é diretamente material, mas que também se trata de expressões ou projeções da sociedade “no espaço” (SOUZA, 2017, p. 32). Segundo ele, o que devemos entender por *espaço social*?

---

<sup>43</sup> ASV, ou arte satânica dos vândalos, é uma grife de pixo mencionada por Mc Leonel na música *vício rebelde*, o ano provável de lançamento da canção é 2011.

Há várias maneiras de começar a responder, e uma delas, talvez a mais simples, é fazer referência à materialidade. Enquanto materialidade, o espaço social seria aquilo que se poderia denominar *substrato espacial material*, e constituiria o “produto da transformação da natureza pelo trabalho” — ou, em todo caso, um dos produtos, e um produto muito especial, diferente e muito mais complexo e abrangente que os “bens móveis” igualmente produzidos a partir da transformação da natureza. Essa formulação, entretanto, é pouco rigorosa, além de incompleta (SOUZA, 2017, p. 35-36, grifos do autor).

Incompleta porque separa, ou aparenta separar, “como compartimentos estanques, a ‘natureza’ e a ‘sociedade’” (SOUZA, 2017, p.36); como já sabemos, a ideia de natureza é construída histórica e socialmente, e não se trata de um “fato” para além da história ou da cultura em que se discute (PORTO-GONÇALVEZ, 1978; SOUZA, 2016, 2017). Ou porque como nos fala Reclus, a humanidade é “a natureza tomando consciência de si mesma” (SOUZA, 2017, p. 37). Sendo assim, nos parece um tanto quanto improdutivo seguirmos alimentando essa dicotômica separação entre humanidade e natureza. E ainda, mesmo que em um primeiro momento se tente entender o espaço social a partir da materialidade, somente ela não é capaz de dar conta da totalidade espacial. Ou, como em Lefebvre, não podemos dizer que o espaço se trate de um produto como outro, objeto ou soma de coisas ou uma coleção delas, mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se trata de um instrumento, ou do mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda e qualquer produção ou troca. “O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 48)

Como já citado na introdução deste trabalho, Souza ao propor um retorno à fórmula que traduz o substrato espacial material, enquanto aspecto do espaço social, ao “produto da transformação da natureza pelo trabalho”, questiona: “porque somente pelo *trabalho*?”. É inegável que, em qualquer sociedade (não apenas sob o capitalismo, que tem suas bases em um imaginário econômico produtivista), o trabalho media as relações entre “sociedade” e “natureza”, a partir da produção dos bens que irão atender às necessidades humanas (SOUZA, 2017, p. 37). Mas, por outro lado, podemos pensar que outras atividades também são se não produtoras, capazes de transformar o espaço social, em geral atividades que desafiam a ordem posta por aqueles que detêm o poder de planejar e produzir o espaço — podemos citar como exemplo, além do *vandal*, as greves, manifestações políticas e artísticas, festas, atentados contra o espaço construído, e toda a sorte de ações diretas. Se

numa lógica capitalista, “a natureza como espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos, e ocupada globalmente”, é destruída como a conhecemos e reestruturada a partir das exigências do capital (LEFEBVRE, 2008, p. 54). Práticas não heterônomas, que se colocam não apartadas da natureza, podem modificar essa lógica, ressignificando nossa relação com o natural.

Apesar de se tratar do produto das cristalizações do trabalho social (CORRÊA, 1986), mas não só do trabalho, como vimos, seria empobrecedor desconsiderar que o espaço também influencia as interações humanas. A organização espacial, e, portanto, o espaço social, está em permanente mutação, considerando que é constantemente desafiada nas mais diferentes escalas (SOUZA, 2016). Pois,

Para cada “ordem” sócio-espacial aparecerá, mais cedo ou mais tarde, ao menos em uma sociedade injusta e heterônoma, um contraprojeto (ou vários contraprojetos concorrentes) que proporá ou pressuporá, explícita ou implicitamente, novas estruturas socioespaciais, para agasalhar novas relações sociais (SOUZA, 2016, p. 38)

“Ordem” e “desordem” são ideias carregadas de subjetividade — ou, como menciona Althusser (1980), a “ordem” vigente busca capturar as intersubjetividades. Para aqueles que ordenam, ou aqueles que assimilam o seu discurso, a “ordem” sócio-espacial hegemônica é a boa “ordem”, enquanto a “desordem”, ainda que formada a partir de reivindicações legítimas e justas, por desafiar o que está posto tende a ser vista como problemática ou até mesmo patológica. Porém, ao subverter o planejamento promovido pelo Estado, e pelo mercado — fortemente ordenador —, os movimentos sociais emancipatórios, principalmente os que têm a autonomia e a autogestão como princípio norteador de suas lutas, desafiam a ideia de “ordem” hegemônica, mostrando na prática que “da aparente ou temporária ‘desordem’ pode, precisamente, surgir uma nova ‘ordem’ (ou novas ‘ordens’), menos injusta, desigual e assimétrica (SOUZA, 2016, p. 39). A cilada, portanto, na qual a burguesia captura a massa proletária — com cada vez menos vínculos de emprego e com certa dificuldade em se reorganizar enquanto classe — acaba se tornando sua própria armadilha: um espaço doentio, ou um espaço de doença social. Nessa hipótese, de Lefebvre, o espaço não é uma representação inocente, mas veicula normas e valores da

burguesia (LEFEBVRE, 2008, p. 47), sendo, portanto, importante que sua “ordem” seja constantemente desafiada.

Portanto, é importante percebermos que a dimensão simbólica é também onipresente e acaba sendo utilizada como ferramenta no ordenamento sócio-espacial e, se tampouco a dimensão do poder pode ser contornada, não se trata apenas do trabalho, mas das relações sociais e suas múltiplas dimensões — incluído aí a *psique*. Souza, ao se referir a Bookchin, diz que a propósito de uma espacialidade libertária, o intelectual anarquista sugeria que, ainda que uma tensão entre o “setorial” e o “espacial” possa sempre subsistir, seria o vetor espacial, mais amplo, que teria o papel de subordinar, em última instância, o setorial, e não o contrário (SOUZA, 2017, p. 283), ainda mais se pensarmos a desarticulação crescente do mundo do trabalho a partir do que chamam de “modernização” das normas trabalhistas. Podemos entender então que a produção e organização do espaço se trata também da organização das relações de poder. E, a partir disso, o espaço social é produzido e transformado como resultado das disputas entre “ordem” e “desordens” que se colocam e desenvolvem nele. Transformando, física e simbolicamente, a partir das dinâmicas sociais, as configurações territoriais que por sua vez transformam as dinâmicas sociais do espaço. O *vandal*, enquanto prática sócio-espacial é uma dessas “desordens” que desafia a lógica vigente de construção espacial — na cidade de Caxias do Sul, mas em tantas outras cidades do mundo.

## 5 A TRETA É SOBRE TERRITÓRIO

A frase que abre essa seção de texto, presente na música *Jogadora Rara*, da cantora *Brisa Flow*, mas que também estampou faixas na *II Marcha das Mulheres Indígenas* — que ocorreu em setembro de 2021 —, denota a importância de revisitarmos o conceito de *território*, que há muito atravessa os muros da academia e se soma ao vocabulário dos movimentos sociais de matriz libertária, principalmente no que chamamos América Latina<sup>44</sup>. Tal conceito também é um dos mais submetidos a fortes tentativas de redefinição, há algumas poucas décadas (SOUZA, 2016).

---

<sup>44</sup> Digo que chamamos, pois como menciona Souza (2016, p. 151): “até que ponto a América Latina é... ‘latina’? Serão ‘latinos’ os aimarás e quíchuas na Bolívia e no Peru? Ou, mais amplamente, os indígenas da maior parte dos países da América dita ‘latina’, como se os descendentes de populações ibéricas fossem a esmagadora maioria da população do continente?”

Haesbaert (2004), alerta que para tratarmos do conceito de *território* é importante deixarmos explícito de que noção do território estamos tratando. Destaco, portanto, que o território que nos interessa é o *território vivido* (SANTOS, 1999), a noção de território como processo de territorialização, pois como afirma o mesmo Haesbaert, deveríamos “falar muito mais em processos de territorialização do que de território como entidade estabilizada” (HAESBAERT, 2007, p. 37-38). Uma ideia de território que se soma às lutas por autonomia<sup>45</sup>, uma vez que, como mencionado na conclusão do *Primeiro Encontro de Povos Indígenas*, em Quito, sem “governo índio e sem controle dos territórios não há autonomia” (PAJUELO, 2007, p. 133). Ou seja, se pensarmos sob uma matriz decolonial *latino-americana*, “quem diz autonomia, diz também território”, que como veremos adiante “[...] se refere a um conjunto de dimensões (espacial, econômica, simbólica e cultural)” (SVAMPA, 2016, p. 105, citado por HAESBAERT, 2021, p. 268).

Para Milton Santos, “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado” (SANTOS, 1999, p. 18). É no cotidiano que as relações de poder se configuram e os territórios se desenvolvem e se transformam. Segundo Haesbaert, Milton Santos também afirma que, “cultura e territorialidade são, de certo modo, sinônimos” (SANTOS, 1996, p. 61, citado por HAESBAERT, 2021, p. 272). Sendo, portanto, categoria indispensável para se pensar cultura e autonomia. Haesbaert menciona que, desde o princípio, “território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar)”, ou seja, existe uma dimensão dominação da terra que remete ao terror, ou ao medo (HAESBAERT, 2004, p. 1). Sendo assim, território tem a ver com poder, ou nas palavras de Souza, “é, fundamentalmente, um *espaço definido por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 2016, p. 78, grifos do autor). Diz respeito “tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2004, p. 1). Portanto, ainda que a dimensão política ou as dinâmicas do poder estejam em primeiro plano quando tratamos de território, necessitamos

---

<sup>45</sup> Importante aqui, fazer observação sobre que projeto de autonomia falamos. Destacamos, portanto, como Souza (2017, p. 311) ao se referir ao projeto de autonomia defendido por Castoriadis que, “não há indivíduos autônomos, em qualquer sentido politicamente digno de nota, sem uma sociedade autônoma — e *vice-versa*”. Tal autonomia coletiva, “se fundamenta em instituições que permitam, justamente, que venham a existir indivíduos autônomos, livres e educados para a liberdade — e que animem e defendam essas instituições” (p. 312). Ou, “educados para amar a própria liberdade e a dos outros” (CASTORIADIS, 1975, citado por SOUZA, 2017, p. 312)

pensar que “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172, citado por HAESBAERT, 2007, p. 38). Assim, se pensarmos as relações de poder como processos em constante tensionamento e disputa, pensar a territorialização também como processo — material e simbólico —, parece um tanto mais interessante do que pensarmos em território como algo “estranho”, como pode parecer os territórios nacionais — em uma abordagem pouco aprofundada.

É interessante observar que, “enquanto *espaço-tempo vivido*, o território é sempre múltiplo, *diverso e complexo*, ao contrário do território *unifuncional* proposto pela lógica capitalista hegemônica” (HAESBAERT, 2004, p. 2, grifos do autor). Pensando a partir disso, podemos afirmar, como Porto-Gonçalves (2006), que sociedade e território são indissociáveis e que, toda sociedade se constitui constituindo também seu espaço, seu habitat e, portanto, seu território. Se, conforme já citado, Souza (2016) alerta que para a materialidade do espaço não é o suficiente para elucidarmos o espaço e que as relações sociais são de profunda importância para tal tarefa, Milton Santos amplia esse entendimento com uma provocação ao perguntar, “o nosso trabalho é apreciado academicamente quando bem feito, mas o que é apreciação acadêmica? Para que serve, se a compreensão da dinâmica da sociedade escapa?” (SANTOS, 1999, p. 19). Os dois autores parecem concordar, ao apresentar o território a partir das dinâmicas sociais, que o conceito trata de uma espécie de “campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas e de contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999, p. 19), ou “antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2016, p. 96). Ou seja, ainda que território seja uma das manifestações do espaço geográfico, e da espacialidade, por pressuposto, não é uma *coisa material*.

Portanto, em se tratando território, mais do que as qualidades materiais de um substrato espacial, incluindo aí as dimensões normativas, vividas e praticadas, simbólicas, torna-se indispensável à cultura e à autonomia, o controle do território, afinal, dessa forma, controlar o território significa também controlar a autonomia dos diversos povos e grupos assim como suas culturas. Sendo assim, uma das questões centrais na atualidade, para Porto-Gonçalves, “[...] diz respeito, exatamente, às novas grafias da terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo” (PORTO-

GONÇALVES, 2002, p. 309). Para ele, grafar a terra não é um ato que possa ser praticado apenas pelo Estado — o que corresponde a uma territorialização normativa —, mas algo que também é levado a cabo por atores que buscam dar outro sentido ao espaço e à vida “geografando” através de suas práticas sócio-espaciais — da territorialidade vivida. Certeau corrobora com essa visão quando se refere à ação das *os praticantes ordinárias os da cidade*, corpos que a partir das práticas cotidianas, com seus relatos, “escrevem” a cidade, demarcam o espaço, estabelecendo limites ao *campo de forças* que, ora funcionam como pontes, ora como muros, a depender do relato geografado nesses limites (CERTEAU, 1996).

Assim, nos parece dever distinguir os territórios a partir das *os sujeitas os* que os constroem e transformam — ao habitar e percorrer — sejam indivíduos ou grupos sociais. Pois, assim como poder é algo intangível, território também o é, por se tratar de relações sociais (HAESBAERT, 2007). E se “o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: *uma relação social tornada espaço*” (SOUZA, 2016, p. 97-98, grifos do autor). Assim, territórios só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeção especializada (SOUZA, 2016). Araujo também menciona o caráter linguístico do vínculo social, que se coloca a partir do discurso. Sendo assim, a subjetividade se constitui com base nas relações interdiscursivas, nas relações sociais e, dessa forma, coloca em debate “[...] questões de ordem política, estética e gnosiológica, além de apontar ao caráter espaço-temporalmente situado nos signos” (ARAUJO, 2007, p. 17). Dessa forma, podemos pensar que a espacialidade do território pode se transformar, seja de maneira lenta e gradual, seja ao decorrer de algumas horas. Ao descrever as *ruas vazias*<sup>46</sup>, Shaw menciona: “vários menores de idade completamente à vontade, de dia em minoria, à noite são os donos da cidade”; nesse cenário, as ruas do Rio de Janeiro têm sua lógica invertida, mesmo se tratando do mesmo substrato espacial material, torna-se território da juventude carioca. Na canção *meus amigo pixador*<sup>47</sup>, Fabrício FBC dispara: “minha tinta é unvida com fogo e com fogo não há quem possa, pixei seu muro do lado de fora, tia, da rua, que é nossa”; aqui temos um mesmo muro pertencendo a dois universos, um concreto e material — formal e defendido através do poder de polícia

---

<sup>46</sup> Música do rapper Shaw — MC carioca, ex-integrante do grupo quinto andar — lançada em 2007, no álbum que também se chama Ruas Vazias.

<sup>47</sup> Música de FBC (filho bastardo do caos) — MC de Belo Horizonte, ex-integrante do grupo DV Tribo — lançada como single no ano de 2015.

— e outro simbólico e subjetivo — ilegal, reivindicado através do vandalismo —, ainda que também material do ponto de vista imagético, ou da paisagem urbana.

Souza (2016), também menciona, ao pensar processos de *desterritorialização* e/ou *reterritorialização*, uma praça, que durante o dia é frequentada por mães e crianças, estabelecendo suas relações sociais e à noite, a mesma praça, passa a ser ocupada por prostitutas ou por trabalhadoras-es noturnas-os à espera de clientes, estabelecendo outras dinâmicas sociais sob o mesmo substrato espacial material. Haesbaert (2007), citando Godelier (1984), nos fala que, uma sociedade reivindica acesso ao apropriar-se de um território, controle e uso, seja da realidade visível, seja da subjetividade invisível que o compõe. Da mesma forma, ao citar Bonnemaïson (1997), Haesbaert (2007, p. 40) fala da existência de populações que não “possuem” o território, mas se identificam com ele, podemos pensar essa territorialidade para todos os exemplos supracitados, pessoas ou grupos que usufruem e “dominam”, por determinado período de tempo um território sem deter de sua propriedade. Mais abstratamente, a territorialidade, numa perspectiva epistemológica, pode ser concebida como “aquilo que faz de qualquer território, um território” (SOUZA, 1995, p. 99, citado por HAESBAERT, 2007, p. 40). Discutiremos a territorialidade mais adiante.

## 5.1 DO LUGAR À TERRITORIALIDADE

Para entrarmos no espaço das-os *praticantes ordinárias*-os das cidades e nos aproximarmos ainda mais da dimensão do vivido precisamos pensar a partir do corpo, pois, como diz Wacquant em *Corpo e Alma*:

[...] o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentido (no duplo sentido de sensual e de significante), um “ser que sofre” [...] e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração (WACQUANT, 2002, p. 11).

É na escala do corpo que “o som e a fúria” — ou, balanço e fúria<sup>48</sup> — da vida cotidiana, que, segundo Wacquant, são colocados na surdina pelas ciências do homem, se desenvolvem (WACQUANT, 2002). Marquez afirma ser a ciência

---

<sup>48</sup> Em homenagem ao *podcast* de Rodrigo Corrêa que discorre sobre as relações entre política e música ao longo da história.

geográfica também uma ciência dos corpos — em defesa de uma “geografia do corpo” — afinal, o corpo produz conhecimento espacial (MARQUEZ, 2006, p. 11), uma vez que “cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele produz no espaço e produz o espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 199). Portanto, pensar o conceito de lugar me parece primordial para o debate sobre *territorialidade* — da qual trataremos adiante —, mas também para entender como a ideia de lugar e a ressignificação dos espaços são utilizadas nos processos de desterritorialização intentados pelo capital e de que forma o vandalismo lida com essas estratégias.

Lugar, numa acepção cotidiana do português, pode ser, e muitas vezes é, empregado para se referir a uma localidade determinada, ou até mesmo um espaço qualquer (SOUZA, 2016). Porém, o lugar que nos interessa aqui é o espaço onde as relações sociais se desenvolvem. Objetivo e intersubjetivo, o espaço dos *relatos* de Michel de Certeau (1996), o espaço que é atravessado pelos — e atravessa os — corpos. Milton Santos (2017, p. 316), ao citar Henri Laborit (1987, p. 38), diz que “[*comunicar*] etimologicamente significa pôr em comum”, é esse espaço do *comum*, em que as representações sócio-espaciais e os valores simbólicos são construídos e disputados, onde a *psique* se mistura às relações sociais, o espaço do *entre*, que pensamos conceituar como *lugar*.

Wacquant cita Bourdieu para afirmar que “aprendemos pelo corpo” e por isso “a ordem social inscreve-se no corpo por meio desse confronto permanente, mais ou menos dramático, mas que sempre abre um grande espaço para a afetividade” (WACQUANT, 2002, p. 12). Observamos, a partir disso, a importância, como defendido por Dorlin (2020) em seu livro *Autodefesa: uma filosofia da violência*, do cuidado e da afetividade nos processos de resistência dos corpos, no caso da autora, em referência às práticas feministas e antirracistas de autodefesa, no caso de Wacquant, em relação aos pugilistas do *gym* de Woodlawn. Espaço, enquanto lugar, portanto — e enquanto território, uma vez que as duas categorias, geralmente, estão relacionadas, quando não sobrepostas —, é produto e produtor de relações humanas, pois é a partir dos sentidos — do corpo — e dos afetos que o dotamos de significado. O espaço possui cheiro, som, texturas, e é através da experiência do corpo no espaço que se extraem os *sentidos* e as *imagens de lugar* (SOUZA, 2016; TUAN, 2013).

Milton Santos defende — como já mencionado — que é através do “conteúdo geográfico do cotidiano” que poderemos contribuir para o entendimento das relações

sócio-espaciais, levando em conta a materialidade — que, ao tratar de lugar, é objetiva e subjetiva —, componente essencial do espaço geográfico, que é “ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (SANTOS, 2017, p. 321). Essa espacialidade urbana do cotidiano — parâmetros construtivos, zoneamentos, diretrizes de desenvolvimento urbano, etc. — é planejada de fora para dentro por “especialistas” que não participam cotidianamente dos espaços que planejam. Mas, como nos diz Certeau, “*embaixo* (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade”, segundo o autor, “forma elementar dessa experiência”, são os que transitam pelo espaço, “cujo corpo obedece aos cheiros e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo” (CERTEAU, 1996, p. 171), os corpos que agem.

Para a tarefa de leitura desse texto urbano o qual nos fala Certeau, o conceito de lugar parece uma ferramenta importante, afinal são “os jogos dos passos que moldam os espaços” (CERTEAU, 1996, p. 176), são os corpos que experimentam, que desviam das funcionalidades preestabelecidas, que transformam muros feitos para separar em telas para comunicar, que criam novas narrativas espaciais e disputam — tanto na dimensão simbólica, quanto na dimensão política — o espaço social, tensionando as formas *consensuais* de ser e existir da espacialidade capitalista. As/os praticantes ordinárias/os das cidades atualizam as funcionalidades dos projetos urbanos a partir da prática espacial cotidiana subvertendo, reinventando e profanando as lógicas projetuais do espaço urbano. Urbanistas delimitam usos possíveis para o espaço projetado, mas os corpos que se lançam no espaço, que o vivenciam no cotidiano, atualizam as possibilidades (JACQUES, 2010). E isso se dá na dimensão do lugar, “esse intermédio entre o Mundo e o Indivíduo” (SANTOS, 2017, p. 314), do espaço onde a vida se desenvolve, do espaço do *entre*.

“[...] A vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se ‘urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (CERTEAU, 1996, p. 174). A partir das palavras de Certeau, é importante pensarmos como o corpo e a cidade se constroem — e reconstroem — mutuamente, já que, como nos disse Wacquant em trecho já citado, somos seres “de carne, de nervos e de sentido” (WACQUANT, 2002, p. 11), corpos que sentem e significam, e, sendo assim, imprimimos sentimentos e significados no espaço da mesma forma que

o espaço também deixa marcas em nossos corpos (JACQUES, 2010) — daí a importância de pensarmos como os corpos marcados pelo espaço marcam o espaço com tinta. Como Certeau, se referindo aos pedestres, podemos pensar que existe uma ordem espacial que organiza as possibilidades e proibições aos corpos no espaço, e que esses corpos, criando novas possibilidades, ou transgredindo as proibições as evidenciam. “Mas, ao mesmo tempo as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada [...]”, ou da vida, “[...] privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais” (CERTEAU, 1996, p. 178). Modificando as dinâmicas sócio espaciais que faziam daquele espaço lugar. Pois — como já citado —, assim como os territórios, os lugares “existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções especializadas” (SOUZA, 2016, p. 117).

Portanto, apesar de dependerem do espaço social para se projetarem, os lugares não devem ser equiparados diretamente à materialidade, mas sim a que tipo de sensação essa materialidade imprime nas relações sociais. Segundo Souza (2016), os lugares só existem a partir de, e na, *topofilia*, ou *topofobia*. Sem os sentimentos que as imagens formam, e que se transformam nos relatos — e no imaginário —, o que há é o substrato espacial material e não o lugar. Para que não se confunda, não existe, na prática, lugar desconectado da materialidade — ainda que espaço mítico — porém, um espaço material onde as relações que o animavam deixam de existir, perde as características que o tornavam um lugar (SOUZA, 2016, p. 118). Então, se como nos fala Certeau, “os relatos de lugares são bricolagens. [...] feitos de detritos do mundo” (CERTEAU, 1996, p. 188), podemos pensar no lugar como o espaço em constante movimento, pois, se o lugar é o espaço dotado de significado, e como nos diz Tuan (2013), possui *espírito*, *personalidade*, quando as relações sociais se modificam, o lugar se modifica, tornando-se outro. Nas palavras de Certeau:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (CERTEAU, 1996, p. 189)

Lugar, então, “como todo jogo de linguagem, segundo Ludwig Wittgenstein, só nasce e perdura no e pelo grupo que a define” e, como menciona Wacquant, ao se referir ao pugilismo, resulta do pensar e agir coletivo e individual (WACQUANT, 2002, p. 34). Do contrário, o que resta é a lembrança, “somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras”. Tornando os lugares vividos algo como “presenças de ausências”, “*aqui* era um campo”, “*ali* tinha uma pixação”, “*lá*, estava a casa em que viviam meus pais”. “O que se mostra designa aquilo que não é mais: ‘aqui vocês *veem*, aqui *havia...*’ mas isto não se vê mais” (CERTEAU, 1996, p. 189, grifos do autor). Ainda assim, é a partir da experiência de quem o vive — ou dos relatos de quem o viveu — que o lugar se constitui, ainda que o que reste seja a lembrança, experiência expressa através da relação afetiva, emocional, simbólica e mítica dos humanos com o espaço (NOGUEIRA, 2014, p. 58). Assim, se tivermos por objetivo entender a experiência dos *muitos outros*, é necessário que observemos o mundo a partir do seu olhar, entrar em diálogo, as-os convidar a revelar as vivências em seus próprios termos (BUTTNER, citado por NOGUEIRA, 2014), ou ainda, como fez Wacquant, que compartilhemos vivências a partir da *observação participante* — ou *participação observante* (WACQUANT, 2002, p. 23).

Por fim, o capitalismo contemporâneo, altamente padronizador, fragmentador dos espaços e diluidor de identidades, paradoxalmente, agudiza a necessidade de familiarizar-se aos espaços — os tornando lugares — ainda que a vivência em seus espaços seja carregada das marcas da velocidade e da falta de profundidade (SOUZA, 2016). O mesmo Souza afirma que:

Para além da óbvia dependência humana do espaço enquanto materialidade (substrato), e também para além da necessidade de constituição de territórios, há uma visceral necessidade psicológica de “lugarização”, de tornar familiares e dotar de significado e carga afetiva as porções do espaço com as quais interagimos (SOUZA, 2016, p. 124-125)

É a partir dessas disputas pela significação do espaço que podemos pensar *lugar* como movimento de *lugarização* e *relugarização*. “Relugarizar” passa por atribuir novos significados aos lugares, ainda que seus limites sejam modificados no espaço social. Isso pode acontecer através de representações da paisagem, ou de

intervenções na paisagem; de novas adjetivações e novas descrições; de disputas narrativas da história e da reprodução de uma nova toponímia (SOUZA, 2016, p. 125). A ocupação de um prédio desocupado, ou de uma gleba, por sem-tetos ressignifica o lugar vazio a partir de sua ocupação. Uma escola que deixa de carregar o nome de algum agente da ditadura civil-militar brasileira e passa a ser chamada pelo nome de alguém que a combateu e por ela foi combatida-o passa a ter outro sentido de lugar. Um muro que recebe uma pixação ou *grafite*, da mesma forma, ganha outro significado. Não raro, uma nova toponímia precisa resistir e lutar para se estabelecer, em uma trincheira simbólica contra a indiferença e o preconceito, e nesse processo a linguagem é um elemento importante (SOUZA, 2016). Podemos, por um momento — e em uma primeira aproximação —, pensar o *vandal* como uma tentativa de ressignificação espacial, uma prática que imprime o invisível nos espaços de passagem e convivência da urbanidade. A inserção do pixo, do *grafite vandal* ou de *lambe-lambes* nas paredes das edificações dos centros da cidade, em seus muros e prédios, faz com que um espaço estranho aos corpos que não constroem ou consomem o padrão urbanístico do capital, se torne lugar a partir da comunicação entre as-os sujeitas-os e grupos — a partir da inserção de uma outra territorialidade no espaço urbano. Em um espaço que prioriza a defesa da propriedade em detrimento da vida, é uma forma de inserir no imaginário social a autoconstrução — da-o sujeita-o e das artes — marca de seus territórios e lugares.

Também existem processos de “relugarização” colocados em curso pelo planejamento estatal, ou pelos que detêm poder sobre a terra, que podem muitas vezes acontecer como “deslugarização”, dada de fora para dentro, que oprime e desrespeita a dignidade daqueles que habitam determinado espaço. Um bairro popular pode deixar de ser um lugar familiar, onde a vida cotidiana se desenvolve, para ser retratado — a partir de fora — como um lugar “degradado”, “deteriorado” por não se enquadrar na ordem estética do *consenso* dos centros urbanos, fazendo com que essa adjetivação venha a “justificar” uma “revitalização” — termo utilizado amplamente pelo discurso urbanístico capitalista e que, geralmente, ignora a vida presente nos espaços (SOUZA, 2016). “Tais termos são típicos de um discurso técnico que ‘deslugariza’ para facilitar a desterritorialização” — fazendo com que, para atender a lógica de valorização capitalista do espaço, o valor de uso dos objetos geográficos seja suprimido pelo valor de troca (SOUZA, 2016, p. 126). Assim, ponderamos que

pode ser frutífero pensarmos a territorialidade, como Certeau (1996) pensa lugar — uma vez que são categorias de análise que se aproximam em alguma intensidade — esse espaço que atravessa os corpos e que também é atravessado por eles, espaço onde os corpos “escrevem” a cidade e ao se colocar em movimento de “leitura” do que foi “escrito”, “reescrevem” a si mesmos. Dito isso, a seguir trataremos de territorialidade.

## 5.2 TERRITORIALIDADE: O TERRITÓRIO EM MOVIMENTO

O debate sobre as delinquências, que nos apresenta Certeau (1996), passa pela reflexão sobre territorialidade, ou territorialidades. Mesmo que o próprio Certeau tenha escolhido o conceito de lugar para guiar suas discussões sobre o tema, nossa opção — política — é de vincular as práticas delinquentes ao conceito de território, e, portanto, à territorialidade. Como já mencionado, quando tratamos de território é a dimensão política que se apresenta em primeiro plano, são as relações de poder que o determinam. Souza (2016, p. 87) diz que se pensarmos em território a pergunta a ser feita é: “quem domina, governa ou influencia quem nesse espaço, e como?”. Ou seja, as dinâmicas de poder é que delimitam e configuram territórios ou territorialidades. Mas esse poder não se restringe ao poder estatal ou das classes dominantes, é um poder multifacetado, que apenas existe no âmbito do seu exercício, da ação (ARENDETT, 1983). Se pensarmos a partir de uma base foucaultiana (FOUCAULT, 2015), as relações de poder se desenvolvem em diferentes escalas e esferas da sociedade, o que permite também reações em diferentes escalas e intensidades, sejam os “microterritórios de resistência do nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores” (HAESBAERT, 2007, p. 37). Território, ainda que parta da dimensão política, carrega a complexidade com que essas relações de poder se configuram, um poder evidentemente centralizado e identificável, mas também difuso. Utilizando a expressão de Deleuze e Guattari (1995), Haesbaert dirá: “estendendo-se do poder mais visível e ‘material’ das instituições formalizadas ao poder ‘invisível’ e simbólico do imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais” (HAESBAERT, 2007, p. 37).

*Território* carrega um caráter relacional, no sentido que inclui a complexa relação entre “processos sociais e espaço material”, seja em se tratando do que Marx — mas, como já mencionado, também Reclus — chamou de primeira ou de segunda

natureza. Por esse motivo, “[...] território é também movimento, fluidez, interconexão” (HAESBAERT, 2004, p. 82). Pois a construção da identidade social é dinâmica e “está sempre em curso, sendo preferível, para muitos, falar em processos de ‘identificação’, do que em ‘identidade’, enquanto estado substantivo” (HALL, 1996, citado por HAESBAERT 2007, p. 42). Assim, nos parece importante reforçarmos as perguntas feitas por Milton Santos em *O território e o saber local*: “A territorialidade é um atributo do território ou de seus ocupantes? Vivo o meu cotidiano no território nacional ou no lugar?” (SANTOS, 1999, p. 21) Como ele mesmo responde, há uma contraposição entre o saber local e o saber do *expert* internacional, que segundo ele é “cada vez mais, chamado a falar sobre o lugar, quando no máximo deveria fazer uma palestra de dois dias e ir embora”. Ele menciona também que o saber local é nutrido pelo cotidiano (SANTOS, 1999, p. 21).

Então, mesmo que as identidades possam sofrer influência de vetores externos ao território, ou ao lugar, é o discurso cotidiano que alimenta o saber local e é dele que se faz o discurso da política. Por isso, ele menciona que o *expert* de fora deveria funcionar como um fole que “atiça a brasa” e precisa ir embora (SANTOS, 1999, p. 21). Milton Santos (1999) chega ainda a condicionar a sobrevivência da disciplina Geografia ao fortalecimento dos saberes locais, no caso brasileiro. Acredito que pensarmos o território dentro do *continuum* que fala Haesbaert — entre uma “apropriação mais especificamente simbólica (no seu extremo, uma ‘territorialidade sem território’) até a dominação funcional em sentido mais estrito ([...] um território estritamente funcional)” (HAESBAERT, 2007, p. 40) — evidencie o que nos fala Milton Santos, uma vez que, em geral, o saber local se apropria do espaço por seus laços simbólicos — através dos afetos —, ao passo que os vetores externos aos territórios se apresentam, com maior frequência, a partir do discurso da funcionalidade, na maior parte das vezes econômica — importante salientar que as territorialidades formais (pautadas pela ideia de funcionalidade) também são expressas simbolicamente, da mesma forma que a apropriação simbólica pode ser efetivada a partir de um uso ou função.

A territorialidade em Haesbaert:

[...] é “algo abstrato”, como diz Souza, mas não num sentido que a reduza ao caráter de abstração analítica. Ela é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, efetivamente

existe e pode inserir-se como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja materialmente manifestado — como no exemplo da “Terra Prometida” dos judeus (2007, p. 40-41)

Portanto, desprezar a dimensão simbólica ao se pensar sobre território, evidenciando apenas seu caráter político, é apreender apenas uma parte das complexas relações entre espaço e poder. Pois, como já mencionado, o poder é múltiplo, não envolvendo apenas a materialidade das relações sociais, mas também as diversas representações que elas veiculam, de certa maneira produzem e das quais também são produto. Sendo impossível dissociar o poder político de um poder simbólico (HAESBAERT, 2004). Sendo assim, “territorializar-se, dessa forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais”, poder que “é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e de ‘apropriação’ ao mesmo tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Considerando processos de *desterritorialização/reterritorialização*, tendo em vista a ideia de movimento permanente das disputas entre territorialidades, as práticas espaciais *delinquentes* podem ser entendidas como manifestações de uma territorialidade que resiste a processos de *desterritorialização*. Tais práticas dependem das trocas cotidianas entre sujeitos, pois se é a partir dos afetos que os laços simbólicos se dão, maior potência terão as práticas que resgatam a memória dessas territorialidades e mais intensa será a vinculação com o espaço vivido (HEIDRICH, 2017). Sendo assim, mesmo que ocorram *desterritorializações* encampadas por agentes externos aos territórios, a possibilidade de *reterritorialização* por parte de uma territorialidade suprimida pode ser um ato de *delinquência*, assim como o resgate das práticas espaciais que dão sentido à territorialidade de determinado grupo pode se desenvolver sobre outro substrato espacial material.

No texto *Subjetividade Pixadora*, Coelho conta uma história:

— Mãe, porque não limpam essa praça? — perguntou a menina apontando para as paredes em volta. Confesso que fiquei surpreso, já que supunha uma simpatia quase natural entre as crianças e o impulso do rabisco, mais do que o impulso à limpeza. Pois bem, a real surpresa viria a seguir.

— Verdade, né filha? Deveriam limpar essa sujeira — concordou a mãe que, certamente, não esperava a resposta seguinte.

— É, porque não tem mais espaço para ninguém rabiscar<sup>49</sup>

A partir dessa conversa, contada por Coelho, podemos perceber que a vontade de se imprimir no espaço é algo que faz parte da nossa construção enquanto seres humanos. Se, como defende Tuan (2013), a cidade faz parte de um processo de educação — uma vez que aprendemos a partir do espaço —, podemos pensar o vandalismo como uma prática de estudantes que se revoltam com os rumos que essa sala de aula tem tomado e que reivindicam, através da proposição de outras territorialidades diversas, um modelo de ensino — de cidade — onde caibam outros mundos. É uma forma de sintetizar o conteúdo urbano, tirá-lo do espaço da técnica, da ciência, esse espaço sagrado, onde apenas alguns podem participar das discussões e devolvê-lo ao espaço profano, restituindo-o “[...] ao livre uso dos homens” (AGAMBEN, 2007, p. 65) — e mulheres. É essa territorialidade vândala que buscamos compreender durante o movimento de pesquisa que resultou neste trabalho.

---

<sup>49</sup> Citação não datada e não paginada. Disponível em: [https://www.academia.edu/8022775/SUBJETIVIDADE\\_PIXADORA](https://www.academia.edu/8022775/SUBJETIVIDADE_PIXADORA). Acesso em: 13/03/2024, às 15:41.

### 5.3 TERRITORIALIDADE VÂNDALA

Em texto de 2006, Calos Walter menciona entre diversos movimentos — como o zapatismo, o MST, o indigenato, os movimentos afrocentrados, os movimentos indígenas e os piqueteiros — o *rap* como uma prática que re-escreve a história moderno-colonial e a história da racialidade a partir de um lugar subalterno, para afirmar que são em movimentos dessa natureza que “novas territorialidades com valores emancipatórios podem ser encontrados” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 160). Acredito que, assim como ele, que páginas adiante estende a afirmação para o *Hip Hop* enquanto movimento, possamos incluir as práticas de vandalismo como mais um movimento que tensiona por novas territorialidades.

Como já mencionado, a segunda aproximação proposta por Souza (2016, p. 96) ao conceito de território nos diz que, antes de espaços concretos, se tratam de relações sociais espacializadas. Ainda que, *sociedade seja espaço*, essencialmente, por ser “constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 163, grifo nosso), Souza vai se referir às relações sociais comparando território a um “campo de força”, pelo fato de que o território e o substrato espacial material que o suporta e referencia — e, inclusive, o condiciona —, por mais que possam ser *separados*, para fins de análise, concretamente de maneira simples — uma vez que, o território necessita de um substrato espacial para existir —, não são, por isso *sinônimos* (SOUZA, 2016, p.97).

Ressaltemos, portanto, o caráter múltiplo que o conceito de território obtém a partir de uma visão latino-americana e caribenha, sendo utilizado de forma ampla como categoria de análise — em busca de uma melhor compreensão da “realidade” —, como categoria da prática — com o reconhecimento do território como vivido e praticado pelas pessoas e grupos — e como categoria normativa — ações estatais e políticas públicas que incidem sobre o território (HAESBAERT, 2021). “Nesse sentido, o território passa a ser entendido como instrumento político e estratégico, tanto para a dominação hegemônica, quanto para a ação de grupos subalternizados em suas lutas” (SIGNORI E SANTOS, 2022, p. 140). E a partir dos tensionamentos entre, o normativo e o vivido, podemos afirmar, como Porto-Gonçalves (2006, p. 163), que

sociedade e território são indissociáveis uma vez que, “toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território”.

Foucault cita a obra de Bachelard, para nos dizer que

“não vivemos em um espaço homogêneo e vazio; mas, ao contrário, em um espaço que é todo carregado de qualidades, um espaço que é talvez também assombrado por fantasmas. O espaço de nossa percepção primeira, o de nossos devaneios, o de nossas paixões, detém em si qualidades que são como intrínsecas; é um espaço leve, etéreo, transparente ou, então, é um espaço obscuro, caótico, saturado: é um espaço do alto, um espaço dos cimos ou é, ao contrário, um espaço de baixo, um espaço da lama; é um espaço que pode ser corrente como a água viva; é um espaço que pode ser fixado, imobilizado como a pedra ou como o cristal” (FOUCAULT, 2017, p. 114-115)

Ao contrário de como conclui Foucault, que remete o supracitado ao “espaço de dentro”, mencionando que se colocaria a tratar do “espaço de fora”, acreditamos que essa dicotomia entre os dois espaços não exista, pelo fato de que homens e mulheres são animais simbólicos, seres que fazem história e cultura, o que não significa que não sejam matéria viva. E, assim sendo, “toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *sign*-ificado” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 163). Portanto, essas significações, que se abrigam no espaço do entre, condicionam o comportamento dos corpos no espaço, e, por sua vez, configuram as espacialidades de onde vivemos, em uma relação dialética.

Porto-Gonçalves aponta que uma das dimensões territoriais a ser observada nas práticas do MST e da Via Campesina, diz respeito à contraposição do movimento a uma produção espacial que suprime desenhos paisagísticos, que conduz a desequilíbrios ecológicos e a um “regime alimentar midiaticamente induzido” (2006, p. 172). Em nota de rodapé, o autor menciona que Thompson chama a atenção para a produção de necessidades ser, cada vez mais, conduzida pelas máquinas midiáticas (PORTO-GONÇALVES, 2006). Guattari, na mesma direção, indaga:

Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo adulto parece efetuar-se, de fato, em fases cada vez mais precoces de seu desenvolvimento, especialmente por meio da televisão e dos jogos educativos (GUATTARI, 1987, p. 50)

Não nos parece exagerado pensar que as necessidades da urbanidade são, também elas, fabricadas e assimiladas de fora para dentro, criando, assim, espacialidades favoráveis à reprodução das racionalidades da colonialidade e do controle dos corpos que desviam da “normalidade”. Pois, como sugere Foucault, o controle social das individualidades não se dá apenas no campo simbólico, semiótico, mas no corpo a corpo. “Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico” (FOUCAULT, 1994, p. 210, citado por HAESBAERT, 2020, p. 78). Se há poucas dezenas de anos a espacialidade urbana permitia o encontro, a troca e o afeto, a lógica da produção espacial contemporânea segrega a sociabilidade humana a ambientes de controle cada vez mais artificializados.<sup>50</sup>

E “quando a paisagem-habitat-território que nos abriga, por alguma razão, como hoje, não mais nos conforma e é posta em questão, estamos diante de uma crise profunda posto que está perdendo sua naturalidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 163). As territorialidades do *vandal* parecem apontar para a perda de legitimidade desses espaços que nos abrigam.

“Eu acho que tem um lado que... que fazer essa arte é uma coisa muito subversiva, né? Porque, pensa, isso é assim, né, tudo cinza e a gente diz: não, não precisa ser tudo cinza, se eu vejo de outra forma, né. Não precisa ser assim, não precisa ser dentro desse quadrado, né? E acho que isso é o de tu subverter, né? De tu mostrar que existem outras formas de ver, outras formas de fazer. Por esse caminho, que eu vejo” (LEO NTVO<sup>51</sup>, em conversa)

Como defendido por Carlos Walter, mais que uma prática de resistência, o vandalismo se engaja em r-existir, não em imprimir uma reação, mas em escancarar que existimos sob outras racionalidades que praticam suas ações nas circunstâncias postas, “a partir de um *topoi*, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165). Condicionado pela espacialidade, mas em movimento para subvertê-la. Assim como o *rap*, que canta o cotidiano da rua, do espaço de sociabilização comum dos bairros e comunidades, o *vandal* resgata a

<sup>50</sup> Como na música *SUV's Stupids Utility Vehicle* da banda *Dead Fish*, a sociabilidade de determinadas classes sociais se desloca, desenvolve suas relações de trabalho e produção e se abriga em espaços “onde nem a temperatura é real”. Suas relações sócio-espaciais relegam o resultado de seus padrões de vida e consumo ao outro.

<sup>51</sup> LEO NTVO é multiartistas, *grafiteiro* autônomo, (*writer*), malabarista e músico.

importância desse cotidiano nos espaços que negam a rua como espaço comum de convivência e troca entre os corpos.

Vladimir Safatle, em um texto intitulado *Política*, nos traz sua percepção ao ouvir o relato de uma estudante de engenharia que conta sobre um dia em que a tristeza lhe tomava e seu pai a levou à fábrica — fábrica essa que em 2018 sofreu a dispersão de seus-uas trabalhadores-as, mas que, no momento da visita, era autogerida pelos-as operários-as que lá trabalhavam — e ela pôde perceber, apesar de seu desprezo pelo saber de seu pai, que as operárias e os operários, a partir de uma inteligência praticada, resolviam, com maior eficiência, problemas e processos que ela aprendera a resolver na universidade. Naquele momento, a estudante percebe que a teimosia de seu pai em não abandonar a fábrica quando a fábrica abandonara todo o mundo a fez chegar onde estava (SAFATLE, 2024).

Sua teimosia era mais do que teimosia, sua dificuldade em mudar era mais do que dificuldade de mudar. Esse excesso fora do cálculo tem nome: desejo, e às vezes ele é tudo o que nos sustenta. Um desejo de quem estava disposto a sustentar seu saber diante da desqualificação dos “técnicos” que acreditavam ter o direito natural de comandá-lo (SAFATLE, 2024, p. 29, a respeito do pai da estudante)

No mesmo sentido, talvez com intensidades diferentes, as-os sujeitas-os do vandalismo parecem exercitar a mesma teimosia, parecem não se entregar ao medo de desejar territorialidades distintas das dos “técnicos”. A aparente agressividade, a violência à propriedade, do *vandal* é autodefesa perante uma urbanidade/território que sofre da crise de legitimidade sobre a qual fala Carlos Walter. “Se vocês destroem, nós vamos destruir também” (STANG<sup>52</sup>, em conversa). Milton Santos nos diz que “na verdade, a globalização faz também redescobrir a corporeidade” (SANTOS, 2017, p. 313), mas uma corporeidade que precisa r-existir em territorialidades das quais não faz parte — apesar de aqui estarmos. Uma corporeidade que se utiliza dos espaços normativos para lembrar aos-às planejadores-as da urbanidade que o “direito natural de comandá-la” não existe.

Hoje em dia, mais o confronto. Da gente permitir, pelo visual, levantar várias questões, tá ligado? Diferente de como era antigamente. Eu não vejo, tipo, hoje é:

---

<sup>52</sup> STANG é um multiartista, *grafiteiro*, escritor de rua e artista plástico, integra as *crews* OS PREGO CREW (OPC) e NÃO NÓIE NA FUGA (NNF), e, talvez, outras que me escapem à memória.

“ah, eu tô aqui”. Hoje em dia é o confronto mesmo, de tipo assim, nós tá ai pra confrontar, não é pra ficar bonito, é pra vandalizar mesmo, é pra estragar. Não é pra ser bonitinho e você gostar, o bagulho é pra estragar, mano. A galera vai e estraga a cidade já, construindo prédio, prédio, prédio e pá... e vai e asfalto, asfalto, asfalto, uma pá de coisa. Quem tá estragando mais? (STANG, em conversa)

A reflexão proposta por Stang, dialoga com o discutido até aqui. As territorialidades de América Latina e Caribe, não consensuam com a racionalidade eurocêntrica das cidades que aqui se constroem a partir de uma matriz de planejamento urbano moderna, cidades que negam a existência dos-as muitos-as outros-as. Para isso, o vandalismo mobiliza o corpo — essa “unidade espacial mínima” (HAESBAERT, 2020) — contra a propriedade, a *partícula de Deus* do planejamento. Segundo Aníbal Quijano, a corporeidade é “o nível decisivo das relações de poder”, e é na corporeidade e no espaço do entre que o *vandal* atua, seja na sua prática, seja na sua compreensão, é um diálogo entre o corpo que faz e o corpo que percebe a quebra da territorialidade hegemônica. É a “[...] exigência de proximidade — somos olvidados, não somos vistos, somos abandonados — que exige que a política lhes seja algo mais próximo, mais presente, ao contrário das hierarquias, das representações, das centralizações” (PORTO-GONÇALVEZ, 2006, p. 177), é uma exigência de poder, de poder fazer cidade.

Nesse sentido, Porto-Gonçalves aponta o *Hip Hop* como o movimento que melhor tem expressado essa reinvenção política, não apenas pela poesia, mas também por *grafar* a cidade com *grafites*, e ocupar a cidade com *break*. Simbolizando o real a sua maneira e se apresentando como possibilidade de ressignificação da mesma cidade que a mídia hegemônica apresenta pela ótica do medo e da criminalização dos pobres. Como o autor menciona, trata-se mais do que a reprodução de uma cultura *mainstream* estadunidense, “é um movimento que pode ser entendido como uma das melhores expressões das territorialidades emancipatórias que emergem no contexto da colonialidade de poder nesse período neoliberal” (PORTO-GONÇALVES, 2006, 183-184). Como antes, estendo a reflexão ao *vandal* — *pixo*, *tags*, *lambe-labe* —, por se tratarem de práticas que se dispõem a ocupar à força o imaginário estético urbano, e que, apesar dos esforços — assim como o *Hip Hop* —, dificilmente, se produziza. Essas práticas, como o *Hip Hop*, alteram os significados das paisagens urbanas, permitindo que outras territorialidades aflorem no cotidiano citadino.

Heidrich menciona que

Três aspectos imbricados envolvem a noção de que as territorialidades humanas implicam inseparabilidade entre materialidade e imaterialidade: (a) constituído um poder *pela ocorrência e presença*, pelo domínio ou *apropriação*, (b) *por meio das ações, as práticas espaciais*, (c) e *imaginários e suas representações* (HEIDRICH, 2017, p. 37, grifos meus)

Portanto, o *vandal* pratica territorialidades outras pela cidade. E utiliza o substrato espacial material constituído por lógicas antagônicas às suas para comunicar que podemos cotidianamente, se não construir, pensar outras territorialidades, outras formas de viver o espaço. Ao subverter o uso normativo de paredes e muros, nos convida a outras práticas espaciais. Ao final do texto *política*, Safatle menciona que, diante da dimensão do poder ao qual nos colocamos contra gestos como a reunião que levou a filha aos espaços da vida política de seu pai e, aqui, o vandalismo — em se tratando de uma cidade como Caxias do Sul, talvez ainda mais — “podem parecer algo próximo de um exercício meramente estetizante [...]. Algo como como uma performance artística no espaço da vida política”. Algumas linhas adiante, o mesmo autor nos pergunta “de onde vem nossa desconfiança tão brutal em relação a um gesto “estetizante”?” Assim como ele, questiono se não são essas práticas necessárias para que, lentamente — especialmente, por se tratarem de práticas que resultam da absorção cotidiana da velocidade pouco natural da cidade neoliberal —, sejamos provocados a sair da melancolia a que a cidade nos submete? (SAFATLE, 2024, p. 31-32). Essa performance artística, ao buscar encaixes, sobrepor camadas e dar outras cores e texturas ao que fora concebido pela racionalidade hegemônica, performa a possibilidade, coloca o corpo em risco, denunciando a fragilidade de um “pacto” social que, para defender muros, prioriza a propriedade à vida. Nos provoca a pensar que “[...] quem tem muita grana, e pá, pode fazer o que quer, como a gente também pode fazer o que quer, saca?” (STANG, em conversa). Se o poder é a “habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo” (ARENDDT, 1985, p. 27), o *vandal* convida à dissonância, e a imaginar outras formas de poder, mais autônomas, por certo.

## 6 GEOGRAFIA E IMAGINAÇÃO: EM BUSCA DE OUTRAS TERRITORIALIDADES<sup>53</sup>

Como defendido em outros textos, podemos pensar a cidade como uma colagem. Uma reunião de fragmentos de espacialidades sobrepostos, que se constitui e reconstitui a partir das práticas sócio-espaciais que se encontram sobre o substrato espacial material, construindo sentidos e significações, sejam elas perenes ou efêmeras, se formando enquanto se procura (LEFEBVRE, 2001, p. 07). Assim como a Paris de Lefebvre em *Le droit à la ville*, passava por uma crise existencial, por ser uma cidade antiga, que não podia permanecer como estava, e aos poucos dava lugar a uma nova cidade “[...] que parecia demasiado horrível, sem alma e vazia para se contemplar” (HARVEY, 2014, p. 10), a Caxias do Sul das décadas de 2010 e 2020, dilui a sua identidade para atender aos novos fluxos do capital. A precarização das condições de trabalho aliada às novas linguagens arquitetônicas e à flexibilização da legislação urbanística, que se modifica para melhor atender aos interesses dos operadores do mercado imobiliário,<sup>54</sup> aceleram ainda mais esse processo.

É inegável que em qualquer sociedade — e não apenas sob o capitalismo, que tem por base um imaginário econômico produtivista — o trabalho media a relação entre “sociedade” e “natureza” a partir da produção dos bens que atenderão às necessidades humanas (SOUZA, 2017, p. 37). Porém, nos recorda Lefebvre, o ser humano também necessita acumular e gastar energias, e, até mesmo, desperdiçá-las. Tem a necessidade de ouvir e de ver, de tocar, de sentir, e a necessidade de reunir essas percepções em um “mundo”. Junto a essas, somam-se, ainda, outras necessidades específicas, que não visam satisfazer os equipamentos culturais e comerciais que levam em consideração, com maior ou menor intensidade as-os urbanistas. Lefebvre aponta aqui para a “necessidade de uma atividade criadora, de obra” — que não se encontra circunscrita em produtos ou bens de consumo — “necessidade de informação, de simbolismo, de imaginário, e atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

<sup>53</sup> Aqui, resgatarei algumas reflexões publicadas no artigo: “*Se o cemitério não existisse, tudo seria o bairro: o(s) territórios e a imaginação*”, publicado na revista *Pixo*, n. 23, v. 6, primavera de 2022. O texto discute a possibilidade, a imaginação geográfica, a partir da fala de uma moradora do bairro Euzébio Beltrão de Queiróz.

<sup>54</sup> Me refiro aqui ao novo Plano diretor da cidade aprovado em 2019, e à lei intitulada “*Esse Terreno é Meu*”, versão municipal da lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre regularização fundiária, além da sistemática desvalorização dos pareceres do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural pela administração pública.

Portanto, podemos pensar que essas outras necessidades também são capazes de produzir e transformar o espaço social — embora nem sempre de maneira definitiva. São atividades que, em geral, subvertem a “ordem” posta por aqueles que detêm o poder de planejar e dar cabo à produção do espaço, por exemplo as manifestações políticas, ou artísticas/culturais, greves, festas, celebrações e/ou rituais, atentados contra o espaço produzido ou contra a propriedade e, em especial, para este trabalho, o vandalismo. Se na lógica capitalista, “a natureza como espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos, e ocupada globalmente”, é destruída e reestruturada a partir das exigências do capital (LEFEBVRE, 2008, p. 54), em contrapartida, práticas não heterônomas, que se colocam não apartadas da natureza e do espaço social, modificam essa lógica ressignificando nossa relação com a vida — ainda que, as ações de operadores do capital, a partir da captura do lúdico, imponham sua própria racionalidade.

Assim, falar sobre direito à cidade sem que tratemos da territorialidade, nos parece resultar em esforços em vão, uma vez que os processos de formação e transformação, de territorialização e desterritorialização, definem quem acessa direitos, e quais, no espaço. É no confronto pelo simbólico que os territórios se (trans)formam — e modificam, com isso, as relações de poder postas —, nesses tensionamentos onde se recortam e colam fragmentos de diferentes espacialidades, a partir do encaixe de um mundo possível no impossível, que alternativas aos territórios normativos, altamente utilitários e calcados única e exclusivamente na funcionalidade, ainda que de forma momentânea, se apresentam. Pois, para além do que Haesbaert chama de “territorialização normativa” — movimentos e políticas públicas estatais que atuam sobre o território — há a “territorialização vivida” — práticas cotidianas de pessoas ou grupos que buscam dar sentido à “realidade” (HAESBAERT, 2021).

Pensando nisso, qual seria o papel do planejamento urbano frente ao tensionamento entre uma “territorialidade normativa” e as “territorialidades vividas”? O planejamento, enquanto prática, tem se disposto ao tensionamento ou apenas reproduz a “ordem” já estabelecida? Como já mencionado, Miraftab (2016) nos alerta para a crise paradoxal de uma profissão que se projeta enquanto defensora de interesses públicos, ao passo que se coloca a serviço dos interesses privados. Dessa

forma, a autora aponta para um *planejamento insurgente* — conceito que me permito ampliar para *práticas insurgentes*, que não se dispõem a planejar, mas que, de certa maneira, denunciam as contradições do planejamento heterônomo — como alternativa na busca de outras possibilidades de futuro, um futuro que não negligencie os conflitos e as diferentes vivências e espacialidades. Caxias do Sul é uma cidade que passou pela experiência do *Orçamento Participativo* e sua população ainda tem lembranças desse período, porém, findado o governo Pepe Vargas (PT), a participação popular foi se diluindo com o passar dos anos — apesar de o Estatuto da Cidade assegurar alguma parcela de participação nos debates relevantes para a cidade —, restando, como instâncias de participação política para as pessoas, os conselhos setoriais — saúde, habitação, cultura, educação, plano diretor, transportes... —, dos quais, boa parte tem a participação popular garantida por meio de organizações da sociedade civil, como as associações de bairro, que dispõem de um dia fixo para os debates setoriais com os representantes das pastas dentro da administração pública, as audiências públicas para temas sensíveis à cidade e os conselhos setoriais.

A redução dos espaços de participação popular corrobora com o argumento de Miraftab (2016) de que a crise enfrentada pelo planejamento urbano, que se agudiza a cada nova crise do capitalismo, é uma crise de representação. A institucionalização da participação da sociedade civil no planejamento urbano, pensada dentro de um contexto onde o neoliberalismo se hegemoniza, não tem assegurado uma produção espacial mais democrática. Pelo contrário, participar desses “espaços de ação convidados” (MIRAFTAB, 2016), criados pelo Estado, tem servido como “um instrumento de ‘pacificação’ dos conflitos, e de cooptação instrumental dos movimentos e ativismos urbanos” (BALEM e REYES, 2024, p. 132). A autora afirma que para além dos “espaços de ação convidados” — como os conselhos, onde o Estado e a mídia dominante legitimam a participação de uma parcela específica de cidadãos, em geral através de organizações —, os desvios sócio-espaciais dão vida ao que chama de “espaços de ação inventados”, frutos da ação direta, como “insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar” (MIRAFTAB, 2016, p. 368). Porém, para a autora, essa binaridade entre espaços convidados e inventados arrisca uma concepção cristalizada e equivocada de estabilidade em cada espaço. Essa construção imagética

desconsidera a capacidade do capitalismo de se desdobrar e incorporar às suas práticas o que quer que possa representar uma ameaça a ele. Portanto, “movimentos radicais necessitam, assim, reinventar constantemente seus espaços de ação através de ‘práticas de ruptura e criação’” (MIRAFTAB, 2016, p. 369). Ou seja, é preciso reconhecer as práticas e vivências para além daquelas sancionadas pelo Estado e pelo poder corporativo (SIGNORI E SANTOS, 2022), uma vez que, a “homogeneização das competências semióticas é essencial ao sistema da economia capitalista” (GUATTARI, 1987, p. 52) e, se a cidade educa, comportamentos e práticas desviantes podem romper com a ilusão de consenso já mencionada.

É a partir desse conjunto de ideias que parto para pensar a importância do vandalismo. Assim como não tivemos a pretensão de responder à pergunta “Como romper com essa lógica hegemônica enraizada no planejamento estatal e corporativo dominante?” (SIGNORI E SANTOS, 2022, p. 141) no texto de 2022, o vandalismo também não busca respondê-la. Mas, ao se sobrepor à escolha estética proprietária<sup>55</sup> buscando encaixes na obra produto, a fim de subverter a lógica estética da cidade, ao se colar na paisagem urbana, ressignificando a funcionalidade de uma parede, um muro, ou uma porta de loja, mesmo que para “incomodar”<sup>56</sup> o vandalismo cria uma brecha por onde podemos — caso estejamos dispostos-as — olhar e, a partir disso, talvez, admitir que o consenso, ou o senso comum, pelo qual se pauta o planejamento urbano hegemônico não passa de um recorte nessa colagem, e que por trás desse fragmento, muitos outros existem — e outros tantos podem existir — representando outros recortes, sobreposições e encaixes que emergem do caos urbano. Essa tentativa de subversão da “ordem” dominante, essa *micro-resistência*, também é uma forma de atender a exigência do texto de Henri Lefebvre, mencionada por Harvey em *Cidades Rebeldes*, resultado da falta de direito à cidade é como ele:

“[...] ao mesmo tempo uma queixa e uma exigência. A queixa era uma resposta à dor existencial de uma crise devastadora da vida cotidiana na cidade. A exigência era, na verdade, uma ordem para encarar a crise nos olhos e criar uma vida urbana alternativa que fosse menos alienada, mais significativa e divertida, porém, como sempre em Lefebvre, conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), é a eterna busca de uma novidade incognoscível (HARVEY, 2014, p. 11).

---

<sup>55</sup> Aprofundaremos essa ideia adiante.

<sup>56</sup> Ao buscar entender os porquês, CORJA reflete: “eu faço pra incomodar” Indago o velho amigo: essa nossa ânsia em incomodar não é reflexo daquilo que nos causa incômodo?

O vandalismo, portanto, não busca um direito à cidade vazio — e talvez não anuncie buscar direito à cidade algum, embora às vezes também o faça —, não se trata apenas do direito de acesso, individual ou coletivo, aos recursos que a cidade compreende, mas, mais precisamente “[...] um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com os nossos mais profundos desejos”. Tal direito, ainda segundo Harvey, só pode ser exercido a partir da *práxis* de um poder coletivo. (HARVEY, 2014, p. 28). Portanto, reivindicar o direito à cidade, nos termos de Harvey, é “reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental” (HARVEY, 2014, p. 30). E, imersos em uma lógica de produção espacial que visa crescimento econômico apenas pelo crescimento ou, segundo Lefebvre, em uma “[...] ideologia ‘economista’ que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração, o domínio do econômico (aliás fracassado, só por esse fato) em proveito do Estado” (LEFEBVRE, 2001, p. 124), corpos vândalos submergem para explicitar as contradições do falso consenso, corpos que pintam muros e portões, que exigem comunicar, corpos que saem dos “lugares naturais” (SAFATLE, 2024) a que foram submetidos. Guattari menciona que “Maio de 68 nos ensinou a ler nos muros, e desde então começamos a decifrar as pichações nas prisões, nos asilos e hoje em dia nos mictórios. É todo um ‘novo espírito científico’ que está para ser refeito” (GUATTARI, 1987, p. 39-41). Podemos, ainda, dizer que os muros nos ensinam a ler a cidade — é claro, se estivermos interessados-as por essa leitura. “A rua mal iluminada é boa pra quê? A rua sem infraestrutura, sem pessoas, é boa pra quê?” as perguntas disparadas por RIETA<sup>57</sup> em uma oficina de verão, sobre *graffiti* nos mostram que se o vandalismo se instala é porque alguma coisa falta. No caso de uma rua mal iluminada, falta um sentimento de segurança, principalmente para o ir e vir de mulheres e dissidentes de gênero, por outro lado, essa rua é propícia às delinquências, “é boa para pintar” (RIETA, 2024, durante oficina).

Nessa mesma oficina de verão, RIETA nos lembra que o Hip Hop — berço do *graffiti* — é um movimento que teve seu surgimento protagonizado por crianças, o que é possível verificarmos através dos registros de Martha Cooper (figura 10). Os movimentos da indústria cultural que tentam tornar o Hip Hop produto vem e vão, com

---

<sup>57</sup> RIETA é multiartista, escritora urbana (*writer*) e arte educadora, integra a *crew* DOPE GIRLS CREW.

diferente intensidade de êxito, com o passar dos anos — quase sempre, a partir da individualização de seus elementos fundadores. A insistência dos movimentos em não se produzirem faz com que o capitalismo os relegue de volta à sua origem infantojuvenil, uma vez que tudo aquilo que não se pode converter em trabalho é entendido pelo capital como “coisa de criança”, como podemos depreender da frase direcionada a CEU<sup>58</sup> em uma abordagem policial: “Porque tu ainda faz isso? Tu já tem 30 anos”. Ou seja, tudo que o capitalismo não consegue compreender a partir de seus mecanismos de funcionamento, ou que não consegue vender, é infantilizado. Porém, como já mencionado, talvez precisemos elaborar nossas questões como crianças, não permitindo que a realidade posta se torne uma obviedade.



Figura 10 – “O Hip Hop” é das crianças, registros de Martha Cooper.

O planejamento urbano hegemônico, como visto, parte de uma visão utilitarista do espaço social, geralmente, concebida por meio de uma “visão de sobrevoo”. Porém:

Como adentrar os “mundos da vida”, sem mergulhar na escala geográfica das casas, das praças, das ruas, das fábricas? Sem descer “à escala das pessoas amontoadas ao relento nas calçadas ou embaixo dos viadutos, à escala das celas

<sup>58</sup> CEU arte marginal é *pixadora*.

e dos diversos espaços de uma penitenciária, à escala da faina diária dos ambulantes, à escala dos espaços do trabalho das prostitutas fazendo seu *trottoir* noturno?...” (SOUZA, 2007, p. 110, citado por SOUZA, 2016, p. 104)

E quando coloca os pés no mundo, o faz como o antropólogo de *anti-narciso* que “[...] vai lá simplesmente conferir se os outros sabem o que ele sabe, quando a questão de descobrir se os outros sabem o que ele não sabe, em geral, não lhe passa pela cabeça” (VIEIROS DE CASTRO, 2010, não paginado). Se, por um lado, Mia Couto conta que, ao viajar pela savana de seu país — Moçambique —, encontrava “gente que não sabe ler livros. Mas, sabe ler o seu mundo” (COUTO, 2010, p. 14), por outro lado temos muita gente que sabe ler livros e é incapaz de ler o seu mundo, e talvez por isso Milton Santos afirmava que “o território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado” (SANTOS, 1999, p. 18). Ou seja, é em tempos de espaços virtuais — dos quais o vandalismo *também* se utiliza para levar suas mensagens —, de visões de sobrevoo, que o vandalismo desafia o planejamento urbano a viver em uma escala 1:1 no cotidiano onde as relações sócio-espaciais se formam e se transformam. Como a fala de Paula<sup>59</sup>, o *vandal* “grafa” a terra a partir do território usado, da dimensão territorial vivida, que se enreda ao espaço escolhido para a intervenção, é uma prática que lê o seu mundo e após lê-lo se dispõe a desafiá-lo, contrariando os usos pensados para os equipamentos, física e simbolicamente, provocando o *leitor de cidades* a ir além do que julga saber, a experimentar o desconhecido, valorizando o que desconhecemos e não tentando subjugar e adaptar aos limites das nossas visões de mundo ocidentalizadas (SIGNORI E SANTOS, 2022). O *vandal* é um relato, dentre tantos outros, que nos coloca em movimento para a leitura da espacialidade, em uma cidade onde o centro é, majoritariamente, habitado pelas vitrines que nos apresentam imperativos espetaculares de normalidade, um relato escancara a realidade nos mostrando que

“o melhor a fazer é lembrar que normal mesmo é quebrar [ou riscar] vidraças que acreditam poder nos ensinar a falar [e viver]. Vidraças que se acham fortes [e assépticas] o suficiente para nos fazer esquecer que aquilo que poderia ser diferente ainda não começou” (SAFATLE, 2024, p. 93).

---

<sup>59</sup> Que desfere a reflexão sobre a qual discute o texto “*Se o cemitério não existisse tudo seria o bairro*”: o(s) território e a imaginação.

Em *live* do *Boletim do Fim do Mundo*<sup>60</sup>, Sidarta Ribeiro aponta que, por contradição — por ter no sonho um oráculo da possibilidade responsável por muitas das invenções que garantiram seu desenvolvimento —, o capital expurga o sonho do ambiente social, como algo que não é digno de atenção dentro do debate social, e que, inclusive no ambiente científico, o sonho é relegado a lugar nenhum. O autor ainda afirma que esse fenômeno está intimamente ligado à nossa incapacidade de imaginar as consequências de nossos atos enquanto humanidade e que isso, por conseguinte, reduz as possibilidades de um sistema sócio-espacial outro. O vandalismo abre espaço para a imaginação, seja pelas cores ou pela agressividade, paira sobre a paisagem urbana como um sonho — que se manifesta enquanto a cidade dorme, deixando suas marcas no despertar da cidade —, esse subproduto do caos que as cidades se tornaram. Traz a possibilidade para o debate. Se denuncia a violência que a propriedade pratica contra os corpos fora de seus “lugares naturais”, nos reconecta à possibilidade de, ao menos, pensar em como poderiam ser outras espacialidades. Pode não as apresentar em definitivo e, talvez, tampouco esboçá-las, mas nos convida a imaginar a possibilidade no impossível, ou como prefere Miraftab (2016, p. 374) à urgência de “imaginar o inimaginável”.

#### 6.1 “DO LADO DE FORA, TIA. DA RUA, QUE É NOSSA!”<sup>61</sup>

Com esse verso, que anuncia quem são os-as “donos-as” da rua, Fabrício FBC traz para discussão algo que é passível de se perder de vista quando se debate a arte vândala de rua e a própria morfologia das cidades. “A contar as coisas como de fato sucederam, primeiro deus haveria criado a propriedade, e tão só depois construíra a si próprio [...]”<sup>62</sup> (CALDAS, 2018). É a propriedade, unidade a unidade que constrói e destrói com influências locais e globais, aquilo que chamamos cidade. Apesar dos Planos Diretores das cidades — esses complexos regramentos que, em tese, precisam abrigar, confortavelmente, interesses de grupos antagônicos — serem responsáveis por definir as diretrizes gerais de planejamento e crescimento urbano, os parâmetros urbanísticos limites para cada fragmento espacial da urbanidade — e como em Caxias do Sul, direcionar, em linhas gerais, as intenções das políticas

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ss-DOCWv-qc&t=2847s>. Acesso em: 04/03/2024, às 22:57.

<sup>61</sup> Trecho da música *meus amigo pixador* de autoria do artista FBC.

<sup>62</sup> A citação faz parte do *fanzine* RUA, edição de número 6.

públicas nas áreas setoriais como, saúde, cultura, meio ambiente, segurança... — é na escala dos “*nanoterritórios*” (SOUZA, 2016) que a narrativa urbana se constrói.<sup>63</sup>

Souza nos propõe essa escala pois, segundo ele “não basta chegar ao nível ‘microlocal’, isto é, ao nível do quarteirão ou do bairro [...]; pois, nessa escala, o ‘intraurbano’ permanece apreendido excessivamente ‘do alto’, ‘de cima’” (SOUZA, 2016, p. 200-201). Portanto, mesmo que planejadores-as se proponham a elaborar tratados e regulamentos que regem o que pode ou não se instalar no espaço microlocal ou local, a cidade é uma colagem em escala 1:1 da escolha individual, ou coletiva de pequenos grupos. É a escolha proprietária que define a composição das paisagens urbanas — com as limitações legais, por óbvio, mas também com as flexibilidades que podem ser observadas na forma como Caxias do Sul tem tratado o seu patrimônio histórico —, as cores, as texturas, a morfologia, os sentidos de lugar da cidade são definidos pelo somatório de decisões tomadas lote a lote. Uma imensa junção das vontades de um-a, que formata o espaço de todos-as. Sendo assim, FBC, ao se referir aos seus amigos pixador, observa uma das poucas oportunidades de exercer escolha, fora dos “espaços convidados” dos quais nos fala Miraftab, a parte de fora, o muro, a rua.

Como já citado, é o espaço que condiciona, limita — enquanto estrutura de controle —, mas também convida a agir (SANTOS, 2017). O espaço enquanto condicionante e limitador das ações de sujeitas-os, reflete as relações de poder estabelecidas. Um poder que não necessariamente se utiliza da força ou da violência como as entendemos, de uma forma mais vulgar e irrefletida — ainda que não sejam poucos os casos em que a violência física se faça presente —, mas que se utiliza de violências simbólicas no processo de limitar o ir e vir de corpos desviantes no espaço. Arendt (1985, p. 30) afirma que “o poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”, o que não significa que a violência não seja utilizada para que estruturas de poder se perpetuem. Dessa forma, podemos perceber que, a ideia de consenso, mencionada anteriormente a partir das reflexões de Jacques (2010), configura espaços de poder na urbanidade muitas vezes sem mobilizar violência, simplesmente pelo fato de a opinião pública ser conduzida a normalizar —

---

<sup>63</sup> Não podemos ignorar, de forma alguma, a pressão de vetores político-econômicos que partem de outras escalas para influenciar as dinâmicas do que chamamos aqui de *nanoterritórios*. Porém, para análise do fenômeno estudado a relevância dos *nanoterritórios* é observada com maior peso.

no sentido de tornar norma — e legitimar os discursos homogeneizantes do planejamento urbano proprietário e estatal.

Segundo Souza, é evidente que a valorização ou não da crítica aos mecanismos de poder heterônomos e o desejo de sua subversão, através da construção de poderes autônomos “tem tudo a ver com cultura ou, como diria Castoriadis, com o *imaginário social*” (SOUZA, 2016, p. 84, grifos do autor). Portanto, ainda que, quando pensamos nas significações do que venha a ser exercício de poder, o que nos venha à cabeça seja o que Souza chama de *poder explícito* “[...] exercício do poder visível e vinculado ao governo”, mesmo o *autogoverno*, que nos parece importante para a reflexão sobre o *vandal* é o que o autor chama de *infrapoder*, “que corresponde à introjeção coletiva de valores (“significações imaginárias sociais”, no dizer de Castoriadis) que induzem a comportamentos conforme a um certo *nómos*” (SOUZA, 2016, p. 84, grifos do autor). Assim, podemos pensar que o imaginário sócio-espacial induzido pelo poder estabelecido na cidade de Caxias do Sul — e, dado a globalização, em diversas outras cidades — conduz a organização e a produção do espaço urbano. E o que parece interessar às manifestações do *vandal* é provocar pequenas fraturas nesse *infrapoder*, denunciando as fragilidades da sua construção.

Vale lembrar que o poder, como defendido por Castoriadis (1983), também pode ser *autônomo*, radicalmente democrático e não exclusivamente heterônimo (Souza, 2016). Seria pretensão reivindicar as/os sujeitas/os do vandalismo como um grupo que, organizadamente, reivindica esse poder autônomo, porém, são inegáveis os esforços conduzidos — mesmo que isso escape na juventude, quando a prática, em geral, se inicia — na destruição do poder heterônimo estabelecido. Mesmo assim, é quando essas formas de poder que miram a autonomia, ou a destruição da heteronomia, se manifestam que o uso da violência por parte do poder heterônimo se faz sentir sobre as territorialidades que desafiam a “ordem”. Foucault, ao se referir ao *panopticon* de Bentham, em entrevista a Jean-Pierre Barou e Michelle Perrot, diz que se fosse perguntado se

“a nova tecnologia de poder historicamente teve origem em um indivíduo ou em um grupo determinado de indivíduos que teriam decidido aplicá-la para servir a seus interesses e tornar o corpo social passível de ser utilizado por elas?” (FOUCAULT, 2015, p. 335-336)

Sua resposta seria não. Por esse motivo, apesar de conseguirmos, dado algum esforço, distinguir quais são os grupos que se beneficiam das políticas urbanas colocadas em prática pelo planejamento atual, da linguagem estética da cidade, da escolha por diretrizes, prioritariamente, funcionalistas — ainda que possamos pensar construções espaciais não mercantis como funcionais —, muitas vezes as práticas são replicadas, irrefletidamente, também, pelos grupos que sofrem as consequências da defesa desses mesmos modelos. O desvio da funcionalidade pelo *vandal* e por outras práticas — como festas de rua, greves e atentados contra a propriedade — provocam, à força, a reflexão sobre a construção da urbanidade.

Foucault responde à última pergunta dessa entrevista desferida por Perrot, que o indagava se faria sentido aos prisioneiros do *panopticon* apoderar-se da torre central, com uma crítica que é recorrente ao longo do livro *Microfísica do Poder*, ao socialismo real. Segundo o autor, para que a dinâmica do poder se altere é preciso que também se alterem suas estruturas e, portanto, a inversão da relação de poder entre dominantes e dominados não pode ser o objetivo final (FOUCAULT, 2015, p. 343). A partir dessa resposta de Michel Foucault, e do que mencionamos sobre a relação das práticas de vandalismo com o *infrapoder*, o *vandal* parece dobrar a aposta. Por não se engajar na tomada do poder, e sim na denúncia do falso consenso que o constrói, e na agressão ao que há de mais sagrado ao capitalismo, seus esforços parecem direcionar à reflexão para a destruição do que estrutura o *infrapoder* urbano, ao qual o *poder explícito* não mede esforços de proteção. Ao profanar a propriedade informa: talvez não tenhamos poder de produzir cidade, mas podemos transformar territorialidades.

Importante observarmos que a “tia” da letra de FBC, ao contrário do que os-as defensores-as da propriedade — que, muitas vezes, não são proprietários-as de onde residem —, não é uma moradora dos bairros, apesar da poesia nos passar essa ambiguidade como podemos observar na fala de CEU:

“Tu sabe que eu nunca pensei em outra coisa. Porque acho que o pixo é o que mais... eu sempre fui do movimento punk, desse movimento mais rebelde, assim, sabe? Não sei se rebelde é a palavra certa, mas sinto que o pixo ele é mais agressivo mesmo. Ele é papo reto, ele é agressivo, ele atinge mesmo, ele incomoda.<sup>64</sup> E ele causa um desconforto, talvez eu goste da ideia de causar esse incômodo e esse desconforto, assim, com esse rolê, sabe? Porque... *eu não vou lá pixar a casa da vó do cara. O cara vai pixar as loja dos cara filho da puta. O cara vai pixar um pico que o cara sabe que vai causar um incômodo, sabe?* Eu acho que

<sup>64</sup> O *bomb* também incomoda, como mencionado por CORJA.

é mais essa ideia de causar mesmo um confronto... um desconforto, talvez” (CEU, 2024, em conversa com o autor, grifo nosso)

Apesar de acontecer — de residências unifamiliares serem pixadas — as perguntas que, muitas vezes, são direcionadas às pessoas que defendem o *vandal* como forma de expressão artística, ou de protesto — nem sempre em tom de ataque corriqueiro, às vezes buscando realmente entender e encontrar resposta, como quando participei de um encontro literário com o *fanzine* RUA: “mas, e se fosse na tua casa?”; “porque tu não faz na tua casa, se tu considera arte?” não são as perguntas que levam à compreensão do fenômeno e isso por alguns motivos. Primeiramente, porque a premissa é falsa, visto que muitos dos jovens que se tornam praticantes do *vandal* fazem suas experimentações, também, em casa — nas paredes de seus quartos, em muros de divisa entre vizinhos, garagens, armários... Mais ludicamente, podemos pensar que o *devir* criança (GUATTARI, 1987) sempre rabiscou sua própria casa. Falsa também é essa ideia de que os muros e paredes têm o direito de permanecer intactos, pelo menos, na cidade de Caxias do Sul, onde, segundo o art. 33, § 2º, do código de edificações<sup>65</sup>:

“nos afastamentos frontais, incluindo as divisas laterais neles compreendidas, será permitido muro contínuo com altura máxima de 1,00 m (um metro), podendo ser complementado superiormente com grades, vidros ou outros elementos que permitam a continuidade visual”

Da mesma forma o Plano Diretor da cidade,<sup>66</sup> em seu art. 83, inciso I define que:

Na Zona Urbana, em todas as vias, o AF [afastamento frontal] mínimo será de 4m (quatro metros), com exceção das vias com previsão de alargamento, onde o AF será a soma do afastamento mínimo de 2m (dois metros) a partir do novo alinhamento viário e da previsão de alargamento, não podendo resultar, o AF, em menos de 4m (quatro metros).

Ou seja — uma vez que, não se imagina a cena de vândalos-*os* buscando espaço para intervir em muros de 1 metro de altura —, a superfície de intervenção para o *vandal* sequer deveria existir, se pensarmos o que o regramento urbano define. E ainda assim, há quem defenda, e até tente, tirar a vida de uma pessoa por uma

<sup>65</sup> Lei Complementar nº 636, de 22 de dezembro de 2020.

<sup>66</sup> Lei Complementar nº 589, de 19 de novembro de 2019, mas a informação também se localiza em suas versões anteriores.

intervenção reversível, que muito diz sobre, e pela, cidade em defesa de muros que, por serem construídos à revelia da lei, não deveriam sequer existir.

Por isso, essa agressividade às espacialidades que tudo podem, à estética proprietária. Ao atentar contra a propriedade, essa prática espacial que expressa “descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação” territorializa ao dar nova função ao edificado — antes era barreira, agora é mensagem; antes era produto, agora é obra —, muros e paredes dotados de novos significados, servindo a outros propósitos, paisagens e representações manipuladas por artistas, tornando possível novas interações com o território e novos questionamentos, para quem se dispuser a alimentá-los. “Por um período maior ou menor de tempo, representam a ousadia da criação e da sociedade instituinte diante da sociedade instituída” (SOUZA, 2015, p. 208). Pelos muros da cidade, vândalos-os expressam ideias temporárias — pois nenhuma intervenção do *vandal* é eterna — de forma ampla, e às vezes difusa, mas que podem ser absorvidas por outros movimentos — tanto a mensagem, quanto suas-eus praticantes. Trazendo outras territorialidades possíveis à espacialidade urbana.

## 6.2 PROFANAÇÕES: A IDEIA DE DELINQUÊNCIA COMO AUTODEFESA DAS-OS LENTAS-OS

Pensemos, então, a cidade — tenha ela caráter urbano ou rural —, em uma aproximação um tanto superficial, como essa colagem, um conjunto de lugares e territórios, que se sobrepõem e conflitam entre si. Nessa “ficção chamada cidade”, ferramentas marginais de comunicação se formam e transformam (COELHO, 2009), marginais no sentido de margearem o planejamento urbano tradicional — ou hegemônico — e, indisciplinadamente, subverterem as ferramentas tradicionais de comunicação. Coelho (2009, p. 67) caracteriza a cidade como ficção pelo fato de ruas, praças e o que é denominado espaço público, onde o ponto alto da pulsão urbana deveria habitar, se vê costumeiramente dominado por um pensamento funcionalista, homogeneizador, espetaculoso e “consensual”, que dá direção a grande parte das ações públicas, que se pautam por um desejo de “ordem” e que regem a vida no caminho de uma “melhor civilidade”. O planejamento hegemônico — neoliberal — costuma buscar transformar espaços em cenários, em espacialidades desencarnadas, sem identidade, em “fachadas sem corpo”. Cidades meramente

cenográficas, cada dia mais *standardizadas*, espaços pacificados, aparentemente sem conflitos, ou seja, espaços apolíticos (JACQUES, 2010).

Esse aparente consenso exclui o que é próprio tanto do espaço público quanto da política: os contrastes, “a possibilidade de se opor um mundo sensível a outro” (JACQUES, 2010, p. 109). Produzindo assim uma homogeneização das sensibilidades, através de uma produção quase publicitária de subjetividades. Assim, enquanto a ideia de pacificação se apresenta como uma forma de despolitizar, o desentendimento se apresenta como forma ativa de resistência (JACQUES, 2010), ou de autodefesa (DORLIN, 2020) sócio-espacial, a partir do conflito, por vezes violento, entre as percepções de “ordem” e “desordem”, que são, como já mencionado, carregadas de subjetividade. As delinquências, das quais nos fala Certeau (1996), desafiam a “ordem” posta, pelo relato atravessam as demarcações sagradas do planejamento urbano e restituem a cidade ao domínio dos corpos, à profana<sup>67</sup> experiência cotidiana, onde a ideia de consenso se torna dissenso — “desordem”. E esse dissenso impresso no espaço se trata de uma das leituras possíveis que esses corpos delinquentes fazem do “texto” urbano mencionado por Certeau (1996). Essa territorialidade que rouba a cena urbana, esse relato, não vive à margem, “mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca”, e só existe enquanto se coloca em deslocamento (CERTEAU, 1996, p.216).

Em *E se Obama fosse africano*, Mia Couto destaca “[...]como critérios hoje dominantes desvalorizam palavra e pensamento em nome do lucro fácil e imediato” (COUTO, 2011, p. 13). A partir da ideia de Certeau, das práticas que “escrevem” a cidade, podemos pensar que a produção espacial estatal — ou a mercantilização do espaço — que cria os territórios normativos, “em nome do lucro fácil e imediato” desvaloriza as palavras com que esse texto é escrito. Ao criar espaços *standardizados*, ignora as diferentes espacialidades e as possibilidades narrativas. Segundo Couto, da mesma forma que, “as línguas servem para comunicar. Elas não apenas ‘servem’. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser.” (COUTO, 2011, p. 13). A cidade também tem esse papel, de comunicar o discurso de quem a produz, mas em seus interstícios — em diferentes

---

<sup>67</sup> Nas palavras de Agamben: “se consagrar era o termo que designava a saída das coisas da esfera do direito humano, profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos homens” (2007, p. 65) — e mulheres.

intensidades — veicula o discurso de quem a reivindica, pois, as diferentes territorialidades tensionam no espaço social. Podemos identificar que essa tensão entre territorialidades se mostra, em geral, entre a lógica hegemônica — altamente heterônoma — e as lógicas ou saberes subalternizados, ou delinquentes — essas, geralmente, apontam para práticas territoriais mais autônomas —, onde estão em contraposição os interesses coletivos/comunitários frente aos interesses privados (HAESBAERT, 2021).

Se como nos diz Milton Santos (1999, p. 20): “a velocidade não é um dado da técnica, é um dado da política” e “[...] assim, podemos incluir a noção de velocidade como uma das características de análise do território”; então, as práticas que modificam os tempos acelerados do capitalismo — e, por consequência, do planejamento hegemônico — afetam os territórios, tensionando os processos de *desterritorialização/reterritorialização* em sua lógica temporal e espacial. Assim, Milton Santos aponta que, estamos descobrindo que o tempo que comandará, nas cidades, é o dos corpos lentos, uma vez que, pelo menos em grandes cidades, tudo se dá ao contrário. Segundo ele “quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrinha-la — acaba por ver pouco, da cidade e do mundo”. Sua interação com o real é rápida e se dá a partir de imagens, frequentemente, pré-fabricadas. Podemos pensar ainda que sua interação com as representações sociais se dá apenas superficialmente. Já esses corpos lentos, para os quais essas imagens não são, senão, miragens, não podem se relacionar por muito tempo com esse imaginário perverso e acabam por descobrir as fabulações. Sendo, paradoxalmente, mais velozes na descoberta do mundo (SANTOS, 2017, p. 325).

A delinquência, por mais rápida e fugaz que se apresente, portanto, é lenta. É praticada por corpos que dispõem de tempo para assimilar o espaço, as dinâmicas da territorialidade. E a partir das experiências que profanam os usos pré-determinados dos espaços, subvertendo o uso, mas também a norma. Pois, a técnica dos “de cima” se torna norma e essas normas objetivam arrastar a existência de outros corpos (SANTOS, 1999, p. 20). Jacques (2010), considera o uso cotidiano dos espaços, que desviam da norma, que desviam e modificam dos/os usos originais, pensados dentro dos gabinetes dos planejadores, possibilidades de micro-resistências. Podemos aqui observar que o vandalismo, ao tensionar a estética planejada, normatizada — a partir das possibilidades morfológicas dos planos diretores e das “inovações” e tendências

do mercado imobiliário e da construção civil — se coloca nesse lugar, de resistir à padronização do espaço social, de questionar a linguagem com que o texto da urbanidade é redigido. Instalado em alguns minutos — ou, quem sabe em segundos? Se pensarmos em cartazes —, é fruto de observação atenta da espacialidade que questiona.

Santos (2017, p. 325) diz que, “na cidade ‘luminosa’, moderna, hoje, a ‘naturalidade’ do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresa”. Porém é importante compreendermos que, “existe sempre uma ‘outra cidade’ escondida, ocultada, apagada ou tornada opaca” (JACQUES, 2010, p. 109) e que, se “justapõem, superpõem e contrapõem” às “áreas constituídas ao sabor da modernidade”. Cidade oculta que é espaço da proximidade, da criatividade e que se opõe à luminosidade, aos espaços da exatidão (SANTOS, 2017, p. 325). Essa cidade — ou essas cidades — vem à tona através das práticas sociais de sujeitos que vivem os territórios, uma pixação ou *grafite*, a ocupação de um imóvel vazio ou a ocupação do espaço público que subverte seu uso — mesmo que momentaneamente —, o uso das ruas pensadas para veículos motorizados por modais autônomos de transporte ou o fechamento de uma rua para a realização de eventos de encontro e cultura — como uma roda de rimas. Podemos pensa-las como as heterotopias de Foucault (2013, p. 120), no sentido que, “ou bem elas têm o papel de criar um espaço de ilusão, que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real [...]” ou “[...], ao contrário, o papel das heterotopias é criar um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado, mal disposto e bagunçado”.

Os relatos dessa “outra cidade”, reservam uma delinquência, que é compatível e ao mesmo tempo deslocada da cidade, que resguarda uma “ordem”:

firmemente estabelecida mas suficientemente flexível para deixar proliferar essa mobilidade contestadora, desrespeitosa dos lugares, sucessivamente obediente e ameaçadora, que se estende das formas microbianas da narração cotidiana até as antigas manifestações carnavalescas (CERTEAU, 1996, p. 216-217)

Santos afirma que, “por serem ‘diferentes’, os pobres [...]”, aqui entendidos como os·as lentos·as, “[...] abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às

vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes”, interessante pensarmos aqui esse presente como estabelecido no debate da cidade, pois, e ainda mais no debate atual, os-as pobres estão presentes, seja nas áreas luminosas, seja nas áreas opacas da cidade, como trabalhadores-as, ou como habitantes nessa cidade referida. E “é assim que eles reavaliam a tecnosfera e a psicosfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva” (SANTOS, 2017, p. 326). Se pensarmos nas redes globais, todas as pessoas são passivas, e assim são os-as lentos-as. “É na esfera comunicacional” e, portanto, nos lugares e territórios do cotidiano que, diferentemente das classes abastadas, os corpos lentos são intensamente ativos (SANTOS, 2017, p. 326).

Podemos pensar então a ação de corpos lentos, as delinquências, a partir de diversos exemplos do cotidiano, seja a ocupação — perene ou temporária — dos espaços para fins de moradia, ou para desenvolvimento de práticas culturais e artísticas — legais ou ilegais —, o debate público e comunitário das leis que regem ou modificam as dinâmicas da regularização fundiária dos seus territórios, as festas populares, os atalhos, as caminhadas do dia-a-dia, pular ou passar por baixo de catracas, as celebrações de rituais de diferentes matrizes, as retomadas de território investidas pelos povos originários e toda a sorte de práticas que desafiam a “ordem” do Estado e do capital. Essas práticas questionam o falso consenso posto e fomentam outras formas de dissenso, ou seja, inspiram o aparecimento de conflitos escondidos (JACQUES, 2010), no campo de força que delimita os territórios do poder ilegítimo.

A cultura popular, se enraíza nos territórios onde a vida se desenvolve, simboliza a humanidade e seu entorno, materializa a vontade de encarar o futuro sem se desvincular do lugar, e dali buscar continuidade, mas pela mudança. Sua potencialidade e seus limites são as profundas relações que se estabelecem entre a humanidade e o seu meio, “mas seu alcance é o mundo” (SANTOS, 2017, p. 327). O que se coloca em jogo é o uso, e em particular o uso delinquente, profanatório, o uso do corpo que desvia do consenso, o uso do corpo que sente. E diferente das investidas da “ordem” capitalista, esse tipo de experiência não tem por objetivo se tornar hegemônica, ser a única possibilidade de existência espacial, mas sim se manter tensionando a ordem espacial posta (JACQUES, 2010). Esse tipo de prática,

ordinária, cotidiana, permite que o outro seja o outro — ou os muitos outros. Permite a existência de múltiplas territorialidades.

## 7 OUTRA FICÇÃO CHAMADA CIDADE

“Achei comportado o *vandal* de Caxias”. Ao final de uma saída de campo, na qual caminhamos, quase que somente, pelo centro de Caxias do Sul, fui pego de “surpresa” pelo comentário daquele que me orientou nesta pesquisa. “Surpresa” entre aspas, porque durante o trajeto também fui me dando conta, não da timidez do vandalismo caxiense, mas de que, talvez, não tinha escolhido o melhor trajeto (figura 11) para apresentar o fenômeno a alguém que vive em uma metrópole. Pude perceber, neste dia, que algo que já havia me aparecido em pensamento era perceptível na minha cidade — e isso porque também o é em diversas outras. Os alvos do *grafite vandal* caxiense, apesar de não se tratarem de todos, mas, podemos dizer que de boa parte, talvez da maioria, tem um quê com a especulação. Aquilo que não cumpre sua função social de propriedade, por um largo ou por pouco tempo, tem mais frequentemente suas paredes coloridas pelas/os artistas da cidade. Um lote abandonado, com seus muros ou paredes de divisa entre os lotes lindeiros, os tapumes de construção, edificações abandonadas, sejam elas públicas ou privadas, os viadutos, enfim, os espaços do abandono sofrem da resignificação forçada, como se o *vandal* denunciasse o mau uso da propriedade urbana.

Falamos aqui de outra ficção chamada cidade. Chamo de outra, porque este texto se inspira em *Uma ficção chamada cidade* de Gustavo Coelho (2009). Desde tornar-se Capital Nacional da Cultura em 2008, Caxias do Sul passou por diversos cortes no setor cultural, fruto de um governo municipal que buscou enfraquecer o setor da produção cultural — me refiro aqui a Daniel Guerra, chamado de “reizinho” pelas/os trabalhadoras/es da cultura — somado a um governo federal que se comportou como verdadeiro inimigo da arte e da cultura produzidas em solo nacional — acredito que o nome do mandatário desse governo nem precise ser citado para que o/a leitor/a o identifique — e, de lá para cá, a cidade se aproxima — apesar dos esforços movidos por artistas de rua, pelas batalhas de *rap* e *slams* de poesia, pelos eventos promovidos por coletivos de *hip hop*... — à ficção de Coelho (2009), uma cidade onde as ruas e praças, por onde a cidade deveria se mostrar viva, costumeiramente, se tornam alvo de um planejamento funcionalista que polui as ações públicas com desejos e fetiches de “ordem”, como se a vida devesse ser regida por alguma moral sacralizante em direção à determinada civilidade. Haesbaert cita Viveiros de Castro em suas reflexões sobre o corpo-território pra mencionar que:

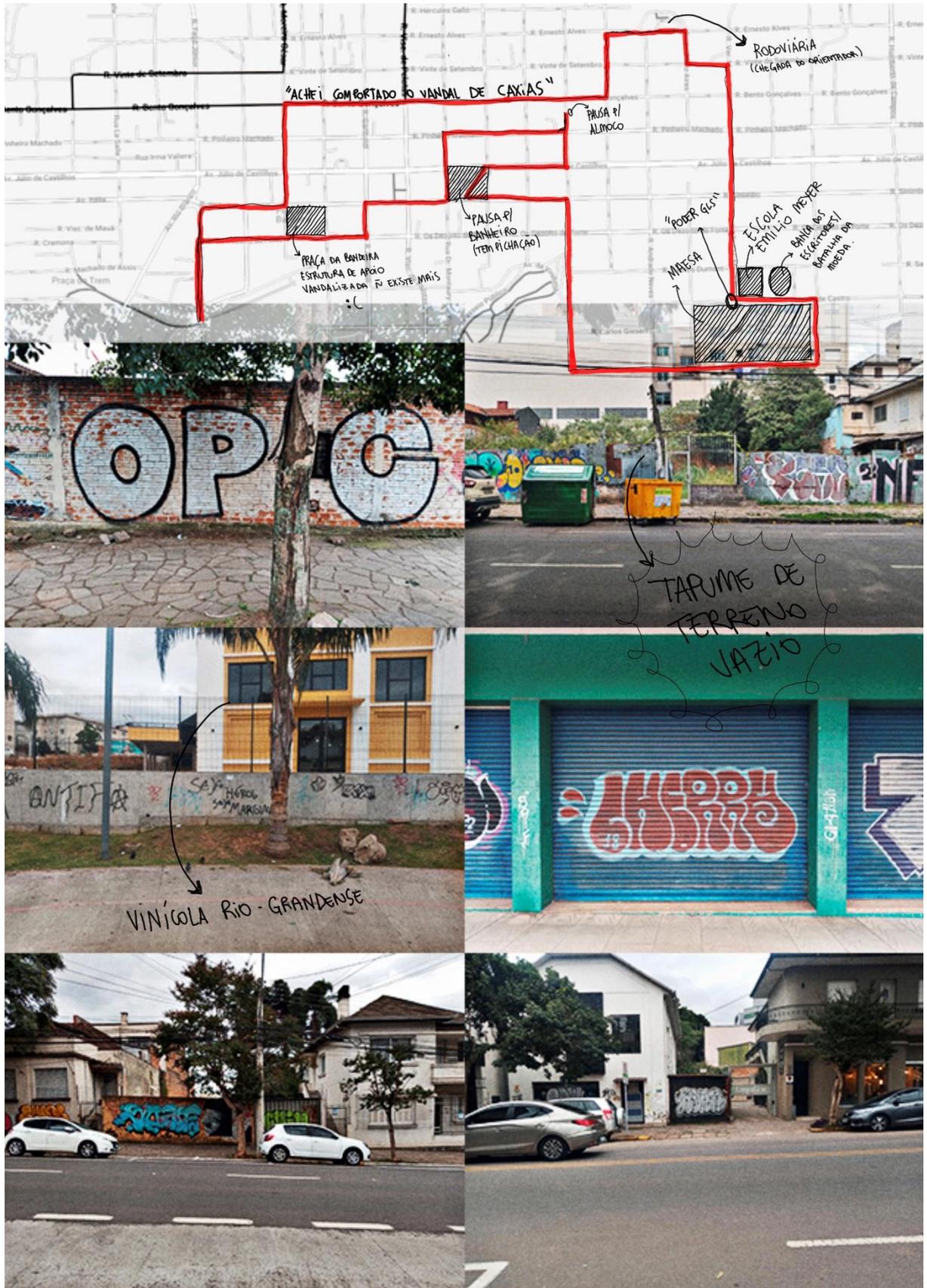


Figura 11 - Saída de Campo realizada na companhia do orientador Paulo Soares (19/04/2023). Elaborado pelo autor.

O etnocentrismo dos europeus consistia em duvidar [negar] que os corpos dos outros contivessem uma alma formalmente semelhante às que habitavam os seus próprios corpos; o etnocentrismo ameríndio, ao contrário, consistia em duvidar que outras almas ou espíritos fossem dotadas de um corpo materialmente semelhante aos corpos indígenas (2015, p. 37)

Ao contrário do que defende Harvey ao retratar a Paris da década de 1960 como uma cidade sem alma e vazia para se contemplar, tendo a pensar que a alma de cidades como Caxias do Sul — que importam discursos estéticos globais/globalizantes, que não dialogam com a sua formação histórica, ou que, às vezes, apenas se utilizam de uma padronização funcional, a fim de maximizar os lucros do setor imobiliário — procura um corpo que volte a fazer sentido ao habitar. Talvez o *vandal* seja parte dessa alma a procura de um corpo, assombrando uma urbanidade externa à identidade da cidade, *standartizada*, que, por sua vez, assombra os corpos que almejam “desordem”. Tuan diz que:

O meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e não quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a *arquitetura “ensina”*. Uma cidade planejada, um monumento, ou até uma simples moradia pode ser um símbolo do cosmos. Na falta de livros e instrução formal, a arquitetura é uma chave para compreender a realidade (2013, p. 128, grifo meu).

Portanto, concluímos — apesar de acreditar que o ambiente construído tenha capacidade de condicionar e não, tão deterministicamente, definir as relações sócio-espaciais — que o planejamento urbano funciona como um limitador dos corpos no espaço urbano, ao ponto que o que se dá fora dos planos deva em um futuro se enquadrar — ainda que minimamente — para que seja considerado formal, para que passe a existir, do ponto de vista da urbanidade. “O meio ambiente construído, como a linguagem, tem o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade” (TUAN, 2013, p. 133). Porém, apesar de a arquitetura “ensinar” ou do ambiente construído ter o poder de aperfeiçoar a sensibilidade, me parece que são, também, pouco capazes de aprender, ou de se tornar sensíveis àquelas-es que habitam seus projetos. Pois, como menciona Coelho, “a cidade é um dos *piores* alunos” (2009, p. 68) e essa dissonância entre uma cidade professoral que, não aprende ao ensinar, e corpos [discentes] ávidos por comunicar sob outras racionalidades é o que mantém a cidade respirando.

Nesse sentido, Coelho propõe que o discurso urbano não negligencie, a partir da beatitude civilizatória, “as imperfeições, o deformado, o indisciplinado, ou seja, todas as produções irremediavelmente estéticas que, por serem impassíveis de limpeza” contrapõem a *unidade consensual* do planejamento moderno, que se autoproclama “harmonioso, equilibrado e, em última instância, vivo” (COELHO, 2009, p. 70). Um projeto harmonioso que garante o consenso silenciando os corpos dissidentes e as territorialidades dissonantes do uníssono urbano. “Quantas ações desequilibradas, regadas a sangue são necessárias para construir uma ilusória metrópole do consenso?” (COELHO, 2009, p. 70) — ou Região Metropolitana da Serra Gaúcha do consenso. O questionamento de Coelho — ilustrado em qualquer jornal — inverte a lógica pela qual o planejamento urbano moderno se sustenta, o consenso e a harmonia que não abrem mão de ações desproporcionais para alcançar os objetivos da “ordem”, não apenas perseguindo os corpos inadequados, mas marcando também os corpos sobreviventes. O que não significa que os corpos, mesmo marcados, não possam também eles praticar ações diretas que subvertam a “ordem”, uma vez que a vida não pode ser circunscrita em previsões e planilhas de área, em parâmetros urbanísticos e índices de aproveitamento, talvez seja essa “substância inapreensível do aspecto vivido” (COELHO, 2009, p. 71) que cause a desarmonia e desequilíbrio necessário à possibilidade de outras territorialidades.

O autor menciona:

[...] é justamente em ações nomeadas jornalisticamente de desequilibradas, inumanas, imperfeitas, deformadoras, alvos de aniquilamento como o Xarpi, que encontro algo de reequilibrante, de rearmonioso frente à “falastra” dos projetos vaidosos da modernidade salvadora de almas que, secularmente, sob um sorriso harmonioso, disseminou arquiteturas de forças desequilibrantes (COELHO, 2009, p. 71)

Como já mencionado, o vandalismo desafia os corpos que habitam essas “arquiteturas de forças desequilibrantes” a encararem o desequilíbrio que se fantasia de consenso. De uma cidade que se comporta como *se o·a outro·a não estivesse aí*, o *vandal*, como Skliar, convida o·a leitor·a a decidir “se o espelho que os títulos lhes devolverem lhes servirá, como diz Machado, apenas para tingir o cabelo, ou melhor, como realmente espero [faço coro ao esperar do autor], para quebrar o próprio rosto

em mil pedaços”<sup>68</sup> (SKLIAR, 2003, p. 19). Pois bem, as/os praticantes do vandalismo avisam(os) que estamos aí, e que outras e outros também estão, ainda que como “desarmonia” e “desequilíbrio” na paisagem, anunciando, ao pensar o impensável — já que se arrisca por crimes à sacralidade da propriedade — que continuamos, como quer Skliar seguir,

[...] desalinhados, desencaixados, surpresos, para não continuar acreditando que *nosso tempo, nosso espaço, nossa cultura, nossa língua, nossa mesmidade* significam *todo o tempo, todo o espaço, toda a cultura, toda a língua, toda a humanidade* (SKLIAR, 2003, p. 20)

Desalinhados e desencaixados de uma racionalidade que se refere às diferenças espaciais como se temporais fossem. “A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma estória: suas “diferenças” consistem apenas no lugar que eles ocupam na história” (MASSEY e KEYNES, 2004, p. 15). O argumento de Massey e Keynes é que outras territorialidades, que se constroem a partir de outras racionalidades possíveis existem contemporaneamente à lógica cidadina modernista, contemporaneamente na diferença e não em um diferente momento histórico em uma linha do tempo que leva ao mesmo entendimento sobre uma espacialidade ideal. E essas outras territorialidades têm sua própria estória a reivindicar (MASSEY e KEYNES, 2004). E, em determinados momentos, o choque entre essas sensibilidades espaciais, pode “desordenar” a urbanidade em direção à dinâmicas sócio-espaciais mais autônomas, menos colonizadas, assimétricas e desiguais.

Quando o “consenso” que equilibra as relações sócio-espaciais, se apoia e obedece a uma única lógica, ganha ressonância — e vai se construindo como uníssono —, tudo o que dela escapa é denunciado como desequilíbrio, como patológico, como um *obstáculo à civilidade*. “O paradoxo do sonho civilizatório fecha seu perverso ciclo” (COELHO, 2009, p. 72), onde todo abuso, toda truculência se tornam possíveis, por ideologicamente se legitimar, em favor da “ordem”, o equilíbrio que sempre atenuará o conforto de quem produz e sustenta a espacialidade hegemônica. A contradição é que dificilmente encontraríamos os projetistas das

---

<sup>68</sup> Carlos Skliar se refere ao provérbio de Antônio Machado “Busca em teu próprio espelho/ mas não para fazer a barba / nem para tingir-te o cabelo” (SKLIAR, 2003, p. 19).

ferramentas utilizadas para a reprodução do poder hegemônico, essa “maquinaria de que ninguém é titular” (Foucault, 2015, p. 332). Esse complexo agrupamento de objetos que forma e transforma a cidade povoa o imaginário urbano e faz com que a reprodução sistemática da racionalidade espacial encontre defensores que sofrem no corpo seus efeitos, o *status quo* se reproduz sem que quem pena sob a racionalidade da cidade moderna se questione sobre outras territorialidades possíveis: tem sido assim, que assim seja. A cidade construída pelas matrizes modernas de planejamento é uma espécie de ausência de sonho, é a ruína da criatividade espacial, é a anti-possibilidade.

Mas, a afeição pela ficção também é uma arma da arte vândala. Inúmeros monumentos ao *grafite*, ao *pixo*, às *tags*, aos *lambes* se formam cotidianamente e acumulam — desigualmente, frente à disparidade de recursos — tempo.

Que nem aquele portão, que tem em Caxias que era bem clássico, ali, entre a Marechal e a Garibaldi. Aquele portão tava cheio de *tag*, aquele portão era tipo uma agenda da cidade, tinha *tag* de muita gente ali. Fazia muito tempo que tinha aquele portão, entendeu? Então, tipo, as pessoas tratam aquele portão como lixo, mas pra nós é um bagulho tipo uma relíquia, entendeu? Da cidade, saca? Saber que tem esse portão com várias *tag*, que daqui a pouco tu vai lá, o PESO<sup>69</sup> também pode ir lá olha e fala, “bá, essa *tag* aqui eu nem faço mais”, tá ligado? Outro vai passar e, “eu nem assino mais esse bagulho”, entendeu? “Olha esse cara aqui, eu conheci”, “esse cara aqui morreu”, sei lá, saca? Por causa da história da rua mesmo, acho que pra nós é por isso que tem esse valor (CHAPA<sup>70</sup>, em conversa)



Figura 12 - Portão da Dal Canalle, agenda clássica da cidade. Fonte: acervo do autor.

<sup>69</sup> PESO é *grafiteiro* e integra a *crew NÃO NÓIE NA FUGA* (NNF).

<sup>70</sup> CHAPA é *grafiteiro* e *MC* (Mestre de Cerimônias), integrante da *crew VIDA NAS RUAS* (VNR).

Além do portão citado (figura 12), outros tantos *patrimônios históricos* são *inventariados* pelos registros da rua e alguns deles, suprimidos pela lógica do capital, existem apenas em memória. Edificações que foram pintadas por incontáveis artistas, camadas e camadas de tinta sobrepostas, encaixes, recortes construídos, às vezes, por décadas de *vandal* atropeladas pela lógica estética do “consenso”. Espacialidades que existem e r-existem, se reagrupam em outros cenários urbanos, ao mesmo tempo, nem “atrasadas” nem “adiantadas” — ainda que, sob outras velocidades —, construtoras de outras estórias, outras territorialidades. Um desses *patrimônios históricos* do *vandal* abrigava a primeira experiência deste autor com o vandalismo, a edificação da Companhia Vinícola Rio-Grandense (figura 13). Em 2005, a vinícola, apesar de ainda contar com algumas paredes vazias, já tinha boa parte de suas paredes ocupadas por *bomb's* e *pixos/pixações* em 2021, após 16 anos de construções gráficas, de trabalhos pintados uns por cima dos outros, experimentações de diversas-os artistas, que versavam não só sobre a história de abandono da edificação, mas também funcionava como uma espécie de agenda, que contava para a cidade uma parte da história do vandalismo e da arte de rua caxiense, o edifício passou por um processo de *retrofit* e abriga hoje um complexo gastronômico, destinado à classe média da cidade, suas paredes foram descascadas para que se encontrasse a “cor original” do complexo, um amarelo sem vida, apagado, como a história que animava as paredes do edifício também fora apagada.

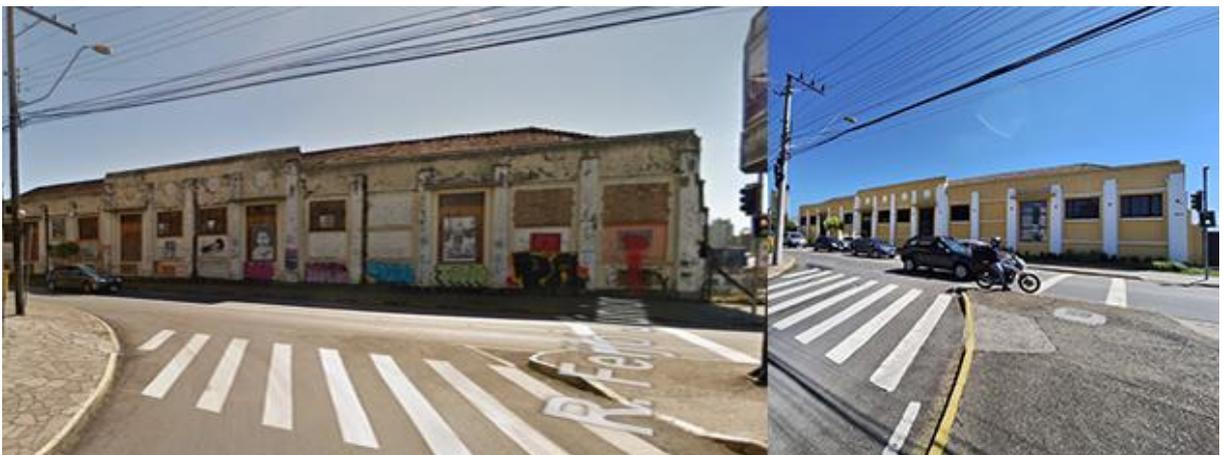


Figura 13 - Vinícola Rio-Grandense, 2017/2024. Elaborado pelo autor. Fonte: acervo do autor e Google Maps.

Esse conjunto de estórias nos imprime, cotidianamente, a fazer parte dessa *heterotopia*. Como nos fala Coelho, “a noção de patrimônio histórico ganha aqui valor

de uma cultura oficial, a ser abalada, ao menos pela sonora gargalhada dos que dela zombam em prol de uma purificação das histórias” (2009, p. 77), como um “*foda-se essa merda*”, riscado no prédio tombado patrimônio histórico do município — edificação que abriga a sede social do Recreio da Juventude, clube da burguesia e classe média da cidade, infelizmente o registro dessa pixação feita por um velho amigo, não foi localizada.<sup>71</sup> Essa pulsão dissensual da vida que não se permite apagar do imaginário urbano, garante que a hegemonização promovida pelo planejamento urbano neoliberal não consolide seus objetivos sem que a possibilidade se imprima em seus muros. “Em outras palavras, ouse reger a vida e esta, mesmo que tome algumas décadas, reclamará as partes que foram deixadas de fora, tudo através de um reequilíbrio pelo excesso, pelo radical, pelo inesperado, pelo eXtremo” (COELHO, 2009, p. 77).

Podemos direcionar a Caxias do Sul, a mesma pergunta que Coelho faz em relação ao Rio de Janeiro: Quantas ruas da cidade podem ser caminhadas sem que se aviste nenhuma prática de vandalismo? A pergunta, reformulada para se adequar à nossa realidade tem a mesma resposta: talvez não se aviste vandalismo nos condomínios fechados e, arrisco dizer, que somente pelo lado de dentro.

Imagina se a cidade fosse “limpa”, meu! Se um dia a cidade acordasse limpa, sem nenhuma *pixação*, sem nenhum *graffiti*. Tipo assim, como a cidade ia ser sem graça, tá ligado? Mesmo cê não gostando da parada, cê ia sentir a cidade estranha, ia sentir estranhamente a cidade [...] por mais que não preste atenção, por mais que não dê o foco necessário, você sempre passa... na sua visão periférica tá sempre os bagulho ali. Então, tipo, aquilo ali está ali! Quando não estiver já vai dar um incômodo. Faz parte da cidade, a cidade fez isso acontecer (STANG, em conversa)

O-a leitor-a deve estar se perguntando como eu posso afirmar que não existem ruas na cidade pelas quais se caminha sem avistar vandalismo, se ao início mencionei que o orientador desta pesquisa considerou o vandalismo caxiense comportado? Existem duas possíveis explicações para tal. Caxias do Sul, que se pretende cidade gênese da *Região Metropolitana da Serra Gaúcha*, a segunda maior cidade do estado, na verdade, nunca passou, diferente de cidades maiores, pelo movimento pendular de abandono do centro histórico por parte da burguesia local e das classes médias —

---

<sup>71</sup> A certeza da existência dessa frase, nesse local — diferente da possibilidade de falta memória do *capital da cultura ou cultura do capital?* — me acomete por estar presente no momento em que a intervenção foi feita em meados de 2009.

que para se distanciar dos *indesejáveis* da cidade, em muitas delas pratica uma espécie de migração interna do centro para a periferia rural-urbana — e seu retorno ao centro em movimentos de “revitalização” ou “requalificação urbana, a partir da procura da periferia, pelo baixo custo dos lotes irregulares e com pouca infraestrutura, pelas populações menos endinheiradas, que ocupam áreas informais em busca de espaços que abriguem suas dinâmicas de vida. Esse movimento, que Caxias vive tardiamente e em um ritmo desacelerado, se comparado às capitais, possibilita, pelo abandono do centro, que menos olhos incidam sobre as ruas, favorecendo a atuação de artistas — e outros *delinquentes* — pelas paredes da centralidade. Caxias do Sul, ao contrário, possui um centro dinâmico, e seus bairros lindeiros ainda são o lar da burguesia e das classes médias da cidade, o que faz com que boa parte da oferta de comércio e serviços aconteça nessa região da cidade, tornando a prática do vandalismo ainda mais desafiadora nessas áreas — o que não impede que artistas intervenham sob o centro histórico. Arrisco dizer que, a ocorrência diminuta, observada pelo orientador da pesquisa, do *vandal* se dê muito mais pela escolha do horário do que do local. Boa parte do vandalismo praticado no centro da cidade se encontra nas portas-cortina das lojas do centro histórico, o que nos mostra que não só a prática, mas também sua observação, é facilitada pelo período noturno, como um sonho urbano que se desenrola enquanto a cidade dorme.

Além disso, outro fenômeno bastante interessante é o inverso: durante o período diurno, o *vandal* pode ser observado ocupando os espaços do abandono, áreas com fluxo de pessoas reduzido, como vias arteriais e rodovias, viadutos, lotes, casas e indústrias abandonadas. Espaços percebidos pela lentidão daquelas-es que vêm ao centro a trabalho/lazer e retornam aos bairros com tempo de observação pelo trajeto. É, justamente, a “fronteira” centro-bairro — o segundo anel perimetral — que serve como espaço de experimentação para as práticas. Afinal, a resposta para a pergunta já citada, “a rua mal iluminada é boa pra quê? A rua sem infraestrutura, sem pessoas, é boa pra quê?”, seja: para que a ficção dê lugar à *outra ficção*. Foucault nos diz que, uma heterotopia “tem o poder de justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis” (FOUCAULT, 2013, p. 118), ele usa teatros e cinemas como exemplo, mas penso que também o *vandal* tem o papel de justapor territorialidades incompatíveis ou antagônicas sobre um mesmo substrato espacial material. Ainda,

Ou bem elas têm o papel de criar um espaço de ilusão, que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todas as alocações no interior das quais, a vida humana é compartimentada (talvez o papel que, por muito tempo tiveram os famosos bordéis, dos quais agora estamos privados). Ou então, ao contrário, o papel das heterotopias é criar um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado, mal disposto e bagunçado (FOUCAULT, 2013, p. 120)

De uma forma ou de outra — e aqui creio que o vandalismo, em diferente intensidade, se ocupe das duas — o *vandal* parece contribuir como heterotopia para a possibilidade urbana. Denuncia como ilusório o consenso que legitima o planejamento urbano em suas decisões e, por isso, abre espaço para a possibilidade de se pensar outras espacialidades, não “tão perfeitas, tão meticulosas, tão bem arranjadas quanto a nossa é desordenada, mal disposta e bagunçada”, mas a partir do caos em que nos encontramos, mais aberta a se pensar sob outras racionalidades e territorialidades e sem medo do próprio caos. Uma outra ficção.

## 7.1 O MAPA E A MENSAGEM: AINDA HÁ VIDA NAS RUAS

Inspirado pela prática situacionista, me pus a caminhar pela cidade. Como quem busca ler nas paredes e muros aquilo que fora conversado com aquelas·es com quem troquei durante o trajeto de pesquisa. Apesar da proposta inicial para o trabalho que era, para além das conversas, realizar derivas com as·os praticantes do *vandal* caxiense, os atropelamentos da vida de pesquisador/precariado urbano me levou a derivar muito mais sozinho do que em companhia das·os amigas·os com quem troquei ideia durante o desenvolvimento da pesquisa<sup>72</sup>. Ainda assim, pude, com as conversas partilhadas como guia, derivar pela cidade com atento olhar às mensagens que a rua me dirigia. Neste capítulo, próximo do fim do trabalho, buscarei apresentar algumas reflexões que as derivas, que realizei só ou acompanhado, me provocaram ao apresentar corpo e alma ao produto do planejamento urbano de Caxias do Sul, ao passo que reencontrava mensagens de outros corpos que por esses caminhos passaram antes de mim. Em planejamento anterior, este capítulo se dividia em dois: *O mapa e a mensagem: ainda há vida nas ruas* e *O que dizem os corpos*, porém os corpos deixaram mensagens que tentarei resgatar entre conversas e mapas.

Durante a oficina de verão da RIETA, fui apresentado a um conceito que só conhecia em sua versão masculina. O primeiro encontro desta oficina apresentava a prática vândala a partir do conceito de *flâneuse*, que RIETA introduzia às·aos participantes a partir de Lauren Elkin (2022). Essas “*mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres*” (Elkin, 2022) são apresentadas como andarilhas errantes quase em antagonismo ao *flaneur* de Walter Benjamin. RIETA apresenta algumas reflexões às quais este trabalho chegou a partir de Certeau, “ando porque, de certa forma, é como ler” e desfez uma pergunta sobre a qual discutimos aqui — mas que também já discuti com ela incontáveis vezes —, “como a cidade é escrita?” Essa pergunta parece ser a pergunta que o vandalismo desfez aos habitantes da cidade e, ainda, “como você interpreta e interage com esse texto?”

---

<sup>72</sup> Não como uma desculpa acadêmica, mas por acreditar no processo de pensar o método científico do movimento de pesquisa, o desenvolvimento da dissertação me imprime a responsabilidade de seguir, mesmo após o término deste trabalho, aplicando o método no desenvolvimento de outros trabalhos mais curtos, que se utilizem da metodologia aqui pensada.

Durante as conversas pude perceber que a aproximação com o vandalismo se dá de formas distintas entre os gêneros: enquanto os homens relatam o início de suas atividades com *vandal* muito relacionado às amizades, as mulheres se aproximam a partir de uma relação mais íntima com a estética agressiva de uma expressão artística que por muito tempo as excluiu — e, ainda que muitas tenham conquistado seu espaço à força, as exclui. Aqui, me parece que o movimento de ler a cidade como um texto composto por uma coletividade meio torta, é um movimento muito mais de *flâneuse* do que de *flaneur*, embora o amadurecimento da prática faça com que, de alguma forma, os *porquês* do *vandal* passem a convergir. Essa leitura das *flâneuses* do *vandal* e, passada a juventude, também dos *flaneurs* se aproxima das práticas psicogeográficas da deriva situacionista. “É possível, portanto, estabelecer uma relação intrínseca com o plano afetivo, em como o urbanismo ‘pesa’ sobre o corpo” (MAGALHÃES, 2011, p. 18). Enquanto o espaço social na juventude aproxima os meninos vândalos, seja por meio do *skate*, seja por meio do *hip hop*, ele isola as meninas, que por não encontrarem um espaço seguro para o desenvolvimento de suas territorialidades, desde o seu *corpo-território*, acabam por desenvolver um *vandal* mais solitário, com poucas-os parceiros de corre — ainda que, cercadas de amigos *pixadores*, *grafiteiros*, *writers* e coladores de cartazes. “A estética final de uma obra de arte urbana representa apenas uma forma concreta daquilo que realmente contém” (ABALOS JUNIOR, 2018, p. 168).

Ou seja, a forma como o espaço urbano se (trans)forma influencia não apenas a escolha pela prática, mas também as dinâmicas entre praticantes. Para além do pensar coletivamente, ainda que as intervenções possam ser executadas por apenas uma pessoa, a linearidade do imaginário sócio-espacial que se desenvolve em uma cidade como Caxias do Sul influencia os inícios e pausas da relação objeto-sujeito-o. Se por um lado, a rebeldia da adolescência e juventude pode ser melhor concretizada com a inserção no mercado de trabalho, a partir do acesso a recursos financeiros que possibilitam a compra de mais materiais e facilitam deslocamentos, ou até mesmo pela possibilidade de mencionar que se é trabalhador-a em uma abordagem policial, por outro, esse mesmo acesso ao mercado de trabalho pode representar uma baixa de ritmo de atividade, o direcionamento para um lugar mais conservador da vida e até a repulsa pela rebeldia juvenil que dava vida à fúria do *vandal*. O amadurecimento das-os praticantes também possibilita amadurecer os motivos pelos quais se opta pela

prática. Em conversa com STANG, refletimos sobre como outras vivências vão lapidando as motivações criando outros porquês de se colocar em movimento pelo vandalismo, enquanto uns-mas param — às vezes por um tempo, às vezes em definitivo — outras-os seguem, com mais intenção e intensidade nas práticas. A escolha pelos locais de intervenção muda, a linguagem se altera, a frequência e o ritmo da ação direta se modificam junto com as dinâmicas de vida e isso se dá em intensidades diferentes em se tratando de gêneros diferentes, bem como dos espaços, sejam eles territórios ou corpos-territórios tudo isso constrói a prática. Ou seja, ao caminhar pela cidade, ao lê-la para intervir, o corpo e alma se deparam com as consequências compostas pelo planejamento urbano (GONÇALVES, 2019).

Praticar vandalismo tem significados diferentes para quem coloca seu corpo e sua liberdade em risco e para quem, para além do seu, zela por outro corpo. A maternidade sempre é um ponto chave nas conversas com RIETA, o diminuir do ritmo frente a obrigação de novas responsabilidades — enquanto o companheiro, também *writer*, seguia ativo na cena — e o movimento de se reencontrar com a arte e de ressignificá-la acompanham os diferentes momentos da relação mãe e filho. A frequência é mutável, a relação com o *vandal* é mutável, outras formas de se relacionar com o *grafite* surgem. As letras — ainda presentes em suas obras — vão cedendo espaço às *mulheres exaustas*<sup>73</sup> em suas composições: o vandalismo e a arte-educação se entrelaçam. CEU, por sua vez, vê em sua filha um combustível para sair em direção ao *pixo* ao mesmo tempo que se preocupa com possíveis desdobramentos que o *vandal* pode ter:

Quando começa a minha filha a crescer, ela me trouxe uma maturidade, sabe? Que eu me vejo mais, eu me sinto mais segura. Então eu pensei, “pô, agora eu posso fazer... Só que ao mesmo tempo, eu queria começar a dar uma escalada, né. Aí é isso que me dá medo, de tomar um processo, de cair, justamente por ter ela, sabe? Eu fico nesses dois âmbitos, assim, tipo, bá, agora que ela tá grande eu me sinto, tipo, mó sagaz, meu, ela vai se orgulhar, só que ao mesmo tempo eu fico: meu, E se eu sofrer um acidente? E se eu for pega? E se a minha ficha ficar suja? E se dá uma merda? Sério mesmo, eu fico muito, muito na dúvida, às vezes, de ficar nessa onda. Mas, eu acho que eu fico com medo de arriscar mais, saca? Porque pra mim, tem algumas coisas que já são mais fáceis, tu pensa: não, aqui o bagulho é pá, pá... mas, tem algumas coisas que eu penso, ah, eu queria evoluir um pouco mais no rolê, mas a partir do momento que tu evolui um pouco mais no rolê, tu te expõe mais, a um ponto que eu posso ser presa, eu posso tomar um processo maior, ou

---

<sup>73</sup> Rieta, em sua obra, retrata, geralmente, mulheres como ela, exaustas sufocadas em duplas, ou triplas, jornadas de trabalho.

pode acontecer alguma coisa que talvez não seja tão legal, sabe? (CEU, em conversa)

Em sua primeira aula da oficina de verão, RIETA cita Lauren Elkin:

[...] gosto do ambiente edificado, gosto de cidades. Não de seus limites, não dos lugares em que deixam de ser cidades. Gosto do coração delas. Seus múltiplos bairros, setores, esquinas. E é no centro das cidades que as mulheres se afirmam, mergulhando neste coração urbano e andando por onde não deveriam. Andando onde outras pessoas (homens) andam sem suscitar comentários. Esse é o ato transgressor. Sendo mulher, a gente não precisa ficar perambulando com uma jaqueta de náilon para ser subversiva. Basta sair de casa (ELKIN, 2022, p. 32).

Em cidades que são, quase exclusivamente, planejadas por homens — e homens de uma classe social específica —, homens que planejam espaços onde pouco pisaram, para pessoas que eles pouco escutaram e que, boa parte das vezes, sequer voltarão a visitar para que a cidade possa aprender com seus próprios erros, as brechas entre a *cidade planejada* e a *cidade praticada*, possibilita que os processos criativos desenvolvam, a imaginação que intervém através daquelas-es que sujam suas mãos de tinta, na construção estética das cidades modernas (ABALOS JUNIOR, 2018, p. 151). Diferentes corporeidades que tensionam a *psicosfera* urbana, esse reino das subjetividades lugar da produção de sentido que também compõe esse meio ambiente, esse entorno da vida, que funciona como um normalizador de racionalidades ou estimulador de imaginários (SANTOS, 2017). É a partir da partilha de outros afetos e sensibilidades que praticantes do *vandal* se movimentam por entre as brechas, ao fazer um *tag*, um *pixo*, um *bomb*, ao colar um cartaz, alterando os *sentidos de lugar* que, segundo Milton Santos, “é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil” (2017, p. 259), imprimem outros porquês de ser na paisagem urbana.



Figura 14 - Primeira deriva solitária, trajetos da minha juventude (30/06/2022). Elaborado pelo autor.

Outros *porquês* que podem ser observados na primeira deriva realizada para este trabalho (figura 14). A figura apresenta um trajeto, com alguns desvios porque fui guiado pelo que me chamava à atenção naquele território que me fora cotidiano por muito tempo, durante parte do ensino fundamental e médio. O trajeto de saída do bairro até a escola Henrique Emílio Meyer se inicia por uma pequena alça da BR-116, evitada por muitas pessoas que transitam a pé, exceto nos horários de entrada e saída da empresa que nela se localiza. Uma área inóspita, pouco povoada, que se encontra cerca de 5 metros abaixo do nível da rodovia e que, por isso, permite que artistas se sintam livres para experimentar suas criações em paredes “sem dono·a”. Essa empena da BR-116 sempre me despertou sentimentos estranhos, quando adolescente, o medo da rua deserta, mas que me aventurava em pinturas, quando adulto, um marco de volta à atividade, onde pude desenferujar, intervindo uma vez mais no concreto bruto de contenção da rodovia. Esse trajeto, marcado em vermelho, resgata pontos importantes, como esse, em minha caminhada como vândalo, o colégio onde me aproximei do *grafite* e que me possibilitou uma série de amizades que tinham o *vandal* em comum. O parcão — praça Monteiro Lobato — que no início dos anos 2000 era murado e, por óbvio, contava com toda sorte de expressões gráficas em seus muros, lar daquelas·es que matavam aula ao lado da escola. Hoje, sem muros e chamado de MAESA pela juventude — pela relação espacial com a própria MAESA —, teve sua quadra de basquete feita de palco para rimadoras·es que semanalmente se encontravam na Batalha da Moeda e em outros encontros que o *hip hop* proporciona.

Do outro lado da rua, a própria Metalúrgica Abramo Eberle SA — MAESA — o mais importante patrimônio industrial da cidade, em vias de se tornar um espaço público, lugar que guarda histórias de trabalhadoras e trabalhadores e também os sonhos do mercado. A MAESA passou por ressignificações ao longo dos anos, de espaço do trabalho e do desenvolvimento econômico da cidade, a metalúrgica passa a ser um equipamento importante para se pensar como a cultura e a arte da cidade se desenvolverão. Para mim, de paisagem urbana da volta da escola e das partidas de basquete, o grande muro de tijolos se tornou motivo de militância pela garantia de um uso popular para o espaço, um espaço de sonho. Mas, também um muro a ser preservado, dadas as manifestações do *vandal* impressas nesses tijolos, como a pixação que marcou as manifestações chamadas pelo movimento negro da cidade

contra a violência racista das polícias após o assassinato de George Floyd, imprimindo um gigante “PAREM DE NOS”, nos convidando a imaginar o que impediu a conclusão do mural.

Na segunda deriva, tentei recriar um trajeto pelo qual saí para *pixar* com um velho companheiro de *crew*, ou, talvez, parte desse trajeto, pois percorremos um caminho que abarcou pontos de outras derivas. Depois de um tempo parados, marcamos um rolê que iniciou na BR-116, nas proximidades do lanifício abandonado. Percorremos a rodovia até a universidade e voltamos pela rua Conselheiro Dantas, que redireciona ao centro da cidade. No trajeto, algumas intervenções são mais chamativas ao olhar. Um *rape*<sup>74</sup> feito pelo ONZE que, junto do *pixo* expressa: “Fora Guerra! A cultura pede ajuda!” (figura 15) Uma das perguntas que direcionei àquelas-es com quem conversei foi se enxergavam um sentido político no *vandal*. A pergunta, quase sempre, é recebida com uma expressão de estranheza, como se a palavra política representasse exclusivamente a sua versão partidária. Após mais algumas palavras, para que outros sentidos do termo aparecessem, a resposta é unânime, o vandalismo tem política em sua essência, uma política do cotidiano ou “o ato em si, não a pessoa do *pixador*, o ato do *pixador* é político” (VAVÁ<sup>75</sup> em conversa). Ainda assim, uma manifestação contra o prefeito estampava aquela empena abandonada. “A cultura pede ajuda!” ao encontro dos situacionistas que encontravam nas cidades uma força castradora, inibidora de aspirações, do desejo, do lúdico (GONÇALVES, 2019), o vandalismo de Caxias do Sul parece encontrar em sua cidade essa mesma força limitadora dos corpos e das imaginações e fazem com que as paredes tenham voz contra ela. Assim como a psicogeografia, as paredes evidenciam “que as formas e conteúdos da cidade inviabilizam a vida” (GONÇALVEZ, 2019, p. 104). O velho companheiro de *crew* mencionado no início do parágrafo é N — conhecido também por ESTRAGO, por esse motivo, passo a me referir a ele como N-ESTRAGO<sup>76</sup> —, que voltou pro *pixo* em 2020 e relata, emocionado, que a sua volta foi por causa da pandemia de COVID-19: encontrou no *pixo* uma válvula de escape após perder 5 familiares para a doença. Podemos perceber que, mesmo quando a

<sup>74</sup> Técnica que se utiliza do auxílio de cordas para descer por um paredão, uma rocha, uma cachoeira ou, nesse caso, uma empena de prédio abandonado.

<sup>75</sup> VAVÁ é *pixador*, mas também *grafiteiro*, integra a *crew* BOMBARDEIO SEM CONTROLE (BSC).

<sup>76</sup> N-ESTRAGO é *pixador*, ESTRAGO até pouco tempo era uma *crew* ou *grife* de *pixo*, mas, atualmente, é uma *crew* de uma pessoa só.



[...] É um bagulho que tá em mim já, né, mano? É uma válvula de escape, de certa forma ainda. Passou, mas meu luto vai ser eterno, com meus familiares, minha vó, meus tios meus primos. mas, eu consegui ressignificar isso, entendeu? [...] Isso... é meu. Tipo assim, já tinha vacina disponível e o cara tava lá negando e debochando de quem tava no hospital. E foi nessas jogadas aí que eu perdi meus familiares, entendeu? Foi nesse meio tempo que o cara podia ter aceitado, a vacina. Porque não era quando ainda não tinha vacina não tava disponível, a vacina já tava disponível e eu tava perdendo gente, tá ligado? (N-ESTRAGO, em conversa)

O *vandal* como válvula de escape não é um sentimento incomum, CORJA<sup>77</sup> menciona que, em alguns momentos pintar era, também para ele, essa válvula de escape:

[...] é isso, tipo, eu sempre andei nesses dois universos, assim. Até meus 15, 16 anos que aí eu cheguei na baía e falei: "*seguinte, infelizmente, eu não vou seguir o que vocês querem, que eu siga e tal, só lamento, mas eu vou viver diferente*". E daí eu escolhi viver diferente, desse jeito, só que, ao mesmo tempo convivendo, morando com a minha família sempre, com meus coroa. E daí eu me sentia, tipo, eu tenho que, já que eu avacalhei, não quis fazer o que eles queriam que eu fizesse e tal, pelo menos eu vou, trabalhar, vou ficar normal, assim. vou ser uma pessoa... normal não, mas vou ter um emprego, vou trabalhar normal, vou me manter e pá. E aí, pensando nisso, sei lá, mano, nunca fui, tipo, ah não, vou tentar viver disso, viver de arte. Não, o *graffiti* sempre foi meu bagulho de final de semana, meu *hobby*. Daí, *em algum momento, virou uma válvula de escape*, assim, tipo, agora eu preciso disso, preciso ir pintar todo final de semana, sair dar uma pedalada de noite fazer umas tag, riscar algum lugar. E daí, isso acabou que eu fiz só isso a vida inteira, os comercial que eu tentei fazer... nem tentei fazer eu, né, fui ajudar os maluco fazer, assim. Eu fazendo e pensando, tipo, "bá, é tri se o cara conseguisse viver disso, né", mas ao mesmo tempo vem aquele bagulho, tipo, "nossa, o cara tá em Caxias do Sul, né, mano. O cara tá em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, no cu do mundo, o trampo que o cara curte fazer quem é que vai comprar, mano? (CORJA, em conversa, grifo meu)

O viaduto de acesso ao centro, recentemente pintado em um projeto de Lei de Incentivo à Cultura, que reuniu grafiteiros e pixadores em uma única composição artística, manteve estampado em seu lugar de destaque: "Caxias do Sul te abraça". Mas a realidade é que "Caxias do Sul sufoca o cara, tá ligado, mano?" (N-ESTRAGO em conversa). A gestão Adiló Didomenico (PSDB) se alinhou à campanha contra o lockdown encampada por Jair Bolsonaro, agravando os efeitos da pandemia que levaram N-ESTRAGO às ruas em busca de alívio, riscando os muros contra uma cidade que sufoca. O mesmo motivo levou a juventude dos partidos de esquerda — comunista e socialista —, bem como alguns — mas anarquistas, a utilizar da pixação

<sup>77</sup> CORJA é um escritor de rua que se dedica, majoritariamente ao *bomb* e às *tags*. É integrante das *crews* OS PREGO CREW (OPC) e NÃO NÓIE NA FUGA (NNF)

como veículo de comunicação contra o governo Bolsonaro e em defesa da vacinação contra a COVID-19.



Figura 16 - Deriva pelo "outro lado da Júlio" (08/12/2022). Elaborado pelo autor.

A fala de CORJA também revela outro aspecto, já abordado ao longo do trabalho: “só lamento, mas eu vou viver diferente”. Caxias do Sul é uma cidade que não lida bem com o diferente, a cidade da imigração não recebe bem todo-a imigrante, da mesma forma que não compreende toda fé, nem todo trabalho. Viver diferente, aqui — apesar de condicionado a diversos comportamentos que legitimem esse viver, presentes na fala do CORJA — invoca uma racionalidade estranha ao ambiente familiar, que limita e condiciona a vida a uma forma de viver que serve à reprodução das relações de poder postas. Estudar para trabalhar, trabalhar para viver. O *vandal* — apesar das concessões que a vida sob o capitalismo obriga a fazer — questiona essa lógica, se entrega ao desejo por viver sob outra racionalidade, ressignifica as estruturas produzidas por aqueles-as que pensam a cidade a partir de uma *episteme* que não contempla as-os muitas-os outras-os que animam seus projetos. Um ato de *delinquência* que se coloca em movimento no sentido de “ler os pontos de ruptura nas estruturas sociais”, ampliando as brechas nas paredes das estruturas de controle, pois como menciona Guattari, “não seria concebível, na sociedade atual, que se pudesse formar um trabalhador sem esta preparação que se faz na família, na creche, antes mesmo da entrada na escola primária” (Guattari, 1987, p. 52) e assim se segue pelo período escolar e em outros espaços de socialização para o trabalho.

Relações de poder que podem ser observadas também no relato de VAVÁ:

Depois de velho nós subimos na esquina daí, literalmente na frente do São José, na outra esquina, que é o... do *Croasonho*, que é um prédio ali do lado dos padres, na frente do outro hotel. Nós subimos em dois ali, eu e o Digo e aí pegamos todos os andares, se ajudando e tal, assim, porque é uma escadinha, uma sacada escada. Só que nós riscamos, sei lá, quarta-feira, durou duas semanas e tava apagado, entendeu? [...], mas, aí eu senti que realmente... é quem domina o lugar, entendeu? É questão de aquele outro prédio era mais antigo, mais... e estaria, tá lá até hoje, apagaram o principal, deixaram o acessório lá. No outro lá que é esquina, que é top, que é na frente da escola, inclusive nesse eu até escrevi uma frase também, eu escrevi, tipo, bá... não sei se eu escrevi algo como, "a leitura é a vida", ou "leitura é vida", sei lá. E depois embaixo, no mesmo dia, nós pegamos pra ir na frente do São José, na entrada dos pais ali, que é na descida do parque, perto da brigada ali, aí eu escrevi, "leia muito" e um BSC invertido, de cabeça para baixo, no mesmo dia apagaram, na frente da escola, apagaram no mesmo dia. Ou seja, porque aquilo ali é agressivo pros alunos, pra não influenciar os alunos, diferente daquele, anos atrás, que ficou lá um tempão (VAVÁ, em conversa)

Aqui podemos perceber três momentos distintos. O primeiro é um momento de observação, onde DIGO e VAVÁ observam a cidade e identificam possíveis alvos de intervenção, ato que requer a lentidão de quem se dedica à observação do seu

cotidiano e das relações sócio-espaciais da cidade. O segundo momento é a prática, ação direta, o *pixo*, a agressão à estética proprietária, a mensagem, nesse caso, educativa. A criação de uma brecha na paisagem urbana, exercício de um *micropoder pixador*. O terceiro momento é quando o poder proprietário se reestabelece, os *pixos* são apagados, em dois dos casos por completo, no terceiro apenas a parte principal, mais agressiva, com arestas pontiagudas, como mencionado por VAVÁ, a frase acessória ainda encontra-se lá (VAVÁ, em conversa).

Também é interessante nesse relato que uma das intervenções teve apagado só o *pixo reto*, a frase em letra de forma seguiu intacta. N-ESTRAGO faz uma relação importante entre a estética do *pixo* e estética urbana:

Eu acho mais tri o pixo reto e... porque é mais agressivo o bagulho, tá ligado? É um bagulho pontiagudo, tá ligado? É um bagulho que se tu olhar assim, tudo que é redondinho é mais aceito pela sociedade, assim, né, é a impressão que dá e colorido também, né, meu? E eu vejo que as letras pontiagudas, assim, porque o pixo também muda, né, mano? Vai mudando com o passar do tempo a estética. *Mas, assim o pontiagudo, mano, sei lá, às vezes tu olha o bagulho, parece um portão de uma casa, assim, é bem quadradinho assim, com as lâminas pontiagudas, tá ligado, mano?* E eu acho que é uma linguagem visual bem mais agressiva, tá ligado? (N-ESTRAGO, em conversa, grifo meu)

Essa agressividade do *vandal* soa como *autodefesa* (DORLIN, 2020), porque, tenha ele a linguagem que for, ele não preexiste à violência — simbólica e material — que o planejamento urbano e outras práticas neoliberalizantes exercem sobre os corpos que vivem sob outras territorialidades. Acontece que as ferramentas que servem às relações de poder postas praticam “a inversão do sentido de ataque e de defesa, da agressão e da proteção [...]” e, a partir dessa inversão determinam estruturalmente quais são as territorialidades que têm legitimidade para praticar ações de limitação dos corpos e de discriminação em razão de se autodefender.

Essa linha de demarcação nunca limita simplesmente os corpos ameaçadores/agressivos e os corpos defensáveis Ela separa sobretudo aqueles que são agentes (da própria defesa) e aqueles que são testemunhas de uma potência de agir completamente negativa, uma vez que só podem ser agentes da violência “pura” (DORLIN, 2020, p. 24).



Figura 17 - Deriva pelos abandonados do Pío X, "a vida é quantas?" (27/03/2024). Elaborado pelo autor.

*Autodefesa* praticada por corpos que percebem o que ARTE DA ALMA registra no muro: “a vida é só uma” (figura 17), já apagado pela cola; “a vida é só duas”; “já morremos”. A sequência de *pixações* impressas em um tapume sugere que a vida, e, portanto, as territorialidades, são múltiplas e que, se a cidade não oportuniza que essa multiplicidade se desenvolva plenamente no espaço social, muito provavelmente, já morremos mesmo. Porém, Milton Santos alerta que, esse “choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência” (SANTOS, 2017, p. 326). E ao denunciar a falsidade da territorialidade produzida por planejadores-as urbanos-as que se pautam por um único formato de socialização — produtora de cercas pontiagudas que se defendem do-a outro-a —, as mensagens nos muros estimulam a produção de novas racionalidades urbanas. Porque:

A cultura de massas é indiferente à ecologia social. Ela responde afirmativamente à vontade de uniformização e indiferenciação. A cultura popular tem raízes na terra onde se vive, simboliza o homem [e, também, a mulher] e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, por meio da mudança. Seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo (SANTOS, 2017, p. 327)

Esse entrelaçamento entre humanos e muros, essa relação afetiva daquelas-es que colore a cidade — de preto fosco, por vezes — altera a relação das pessoas com o espaço. Seja pela repulsa, seja pelo sentimento de pertencimento ao espaço, o *vandal* se apresenta como uma ferramenta que, através do incômodo, permite pensar outras espacialidades possíveis, no movimento de continuar através mudança.

Eu sempre designei ruas que eu queria, tipo. E até hoje meus pixo tão lá nessas ruas, sabe? E é como se eu precisasse passar por aquelas ruas, porque se eu não passo por aquela rua eu tô errando o caminho. Não sei se é superstição, sei lá. mas, eu me sinto realmente na minha rua, como se fosse (VAVÁ, em conversa).

Da mesma forma, outras pessoas que conhecem o trabalho dessas-es artistas podem compartilhar desse sentimento, um sentimento de pertencimento com o espaço que possui marcas familiares. Porque, como o mesmo VAVÁ menciona, “[...] e toda aquela situação da propriedade, né? Propriedade absoluta da pessoa e tudo mais. Mas, no fundo, é de todo mundo”. (VAVÁ, em conversa)



Figura 18 - Deriva Exposição, vinícola, Corsetti. 2,20 já era roubo, KXOPS! Usa tua bici (27/03/2024). Elaborado pelo autor.

A afirmação de VAVÁ é bastante profunda quando diz que [o espaço] “é de todo mundo” (VAVÁ, em conversa). Um dos alvos mais corriqueiros do *vandal* caxiense são muros ou tapumes de lotes sem casas, ou lotes com casas sem habitantes, de todo modo, solo urbano que não cumpre função social. Cabe assinalar que a financeirização dos produtos do solo, especialmente das localizações, vão ao encontro à lógica privatizadora que o neoliberalismo imprime sobre a vida, lógica que entrega ao mercado não apenas o que é, notadamente, estatal — como bancos, serviços de distribuição de água e de tratamento de esgoto, serviços de coleta de resíduos e abastecimento de energia —, mas também as localizações que se produzem e se mantêm através do acúmulo de investimentos coletivos (PRADILLA, 2014) — que são rentabilizadas pelas infraestruturas e equipamentos disponíveis em seu entorno — e são apropriadas especulativamente pelos/as proprietários/as desses alvos do *vandal* caxiense. Ou seja, a inversão do valor social, a apropriação individual do trabalho coletivo é regra no planejamento urbano neoliberal, o espaço produzido pelo esforço coletivo de “todo mundo” é subvertido em favor da especulação de alguns poucos proprietários/as.

Em todas as derivas foi possível encontrar lotes vazios com muros vandalizados. Os espaços do abandono, sejam eles no núcleo central, sejam eles nas áreas franjas do centro, nas rodovias ou avenidas perimetrais, são ressignificados, com novas cores, texturas e mensagens, com novos sentidos de lugar. Uma prática espacial que territorializa e de certa forma, também conta uma parte da história do tempo pelo qual duraram. De um tempo onde a passagem de ônibus custava R\$ 2,20 e já era um roubo (figura 18) — hoje a tarifa do transporte coletivo é de R\$ 6,70 —, ou de quando a frase “usa tua bici” podia ser encontrada por todos os cantos do centro da cidade.

Durante o tempo de pesquisa, tive a oportunidade de ouvir uma história, compartilhada por um companheiro de militância, Orlando Michelli, daquela que, possivelmente, foi a primeira *pixação* de Caxias do Sul. No ano de 1969, a Vinícola Luiz Michielon presenteou a rainha da Festa da Uva com um fusca bordô, ou cor de uva, como menciona a matéria que resgata o fato<sup>78</sup>. Militantes do movimento

---

<sup>78</sup> Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2019/03/um-fusca-de-presente-na-festa-da-uva-de-1969-10814706.html>. Acesso em: 03/04/2024, às 17:01.

estudantil, munidos de um bastão com uma estopa na ponta, utilizaram pó de ferro de fundição para escrever na fachada da vinícola algo como: “Rainha da Festa da Uva ganha fusca enquanto o povo passa fome”. Guattari diz que maio de 68 nos ensinou a ler muros — e, quem sabe, a cidade —, e também a escrever em paredes. Souza menciona, à luz de uma compreensão do espaço como algo que não se trata de um simples “quadro de referência” ou um “receptáculo” sem grandes implicações analíticas ou políticas, mas sim um “*ingrediente especial e pleno de implicações da sociedade concreta*”, que não há possibilidade de alteração das relações sociais sem que a organização espacial se altere (SOUZA, 2016).

Em um nível de significativa ambição, a mudança da sociedade concreta rumo a uma maior justiça social, portanto, não admite ser entendida e tampouco e muito menos conquistada como uma mudança meramente das *relações sociais*; há de se concebê-la como pressupondo também, simultaneamente, uma mudança do *espaço social*. Ela terá de ser, pois, uma mudança *sócio-espacial* (SOUZA, 2016, p. 236)

É inegável que o *vandal*, ao tensionar o valor da estética proprietária e permitindo que outras territorialidades possam ser sentidas no espaço social urbano, trata-se de uma prática espacial que, ainda que com mensagens escondidas sobre camadas não visíveis, em um primeiro momento, aponta para dinâmicas sócio-espaciais mais autônomas. Falas como “eu só fui pra isso pela liberdade, porque eu não consigo ficar dentro da moldura, dentro de quatro linhas” (VAVÀ em conversa), vinda de sujeitas/os que arriscam a própria liberdade pela prática espacial que acreditam, servem para que nos questionemos sobre o modelo sócio-espacial em que vivemos. Práticas que desafiam a cultura de massas, que se apropria da linguagem das construções populares para que sorrindo sejamos massacrados, porque a verdadeira função das fábricas de hegemonia da indústria cultural é essa: nos massacrar enquanto sorrimos (adaptado de SAFATLE, 2024, p. 96). Afinal, a representação da cidade é uma desleal construção ideológica, a cidade do mercado — formal, objeto do pensar do planejamento urbano e das ações do Poder Público — toma o lugar do todo. Enquanto os espaços do abandono, da especulação (figura 19) permitem observar por entre as brechas, forçados à ressignificação pelas territorialidades vândalas.

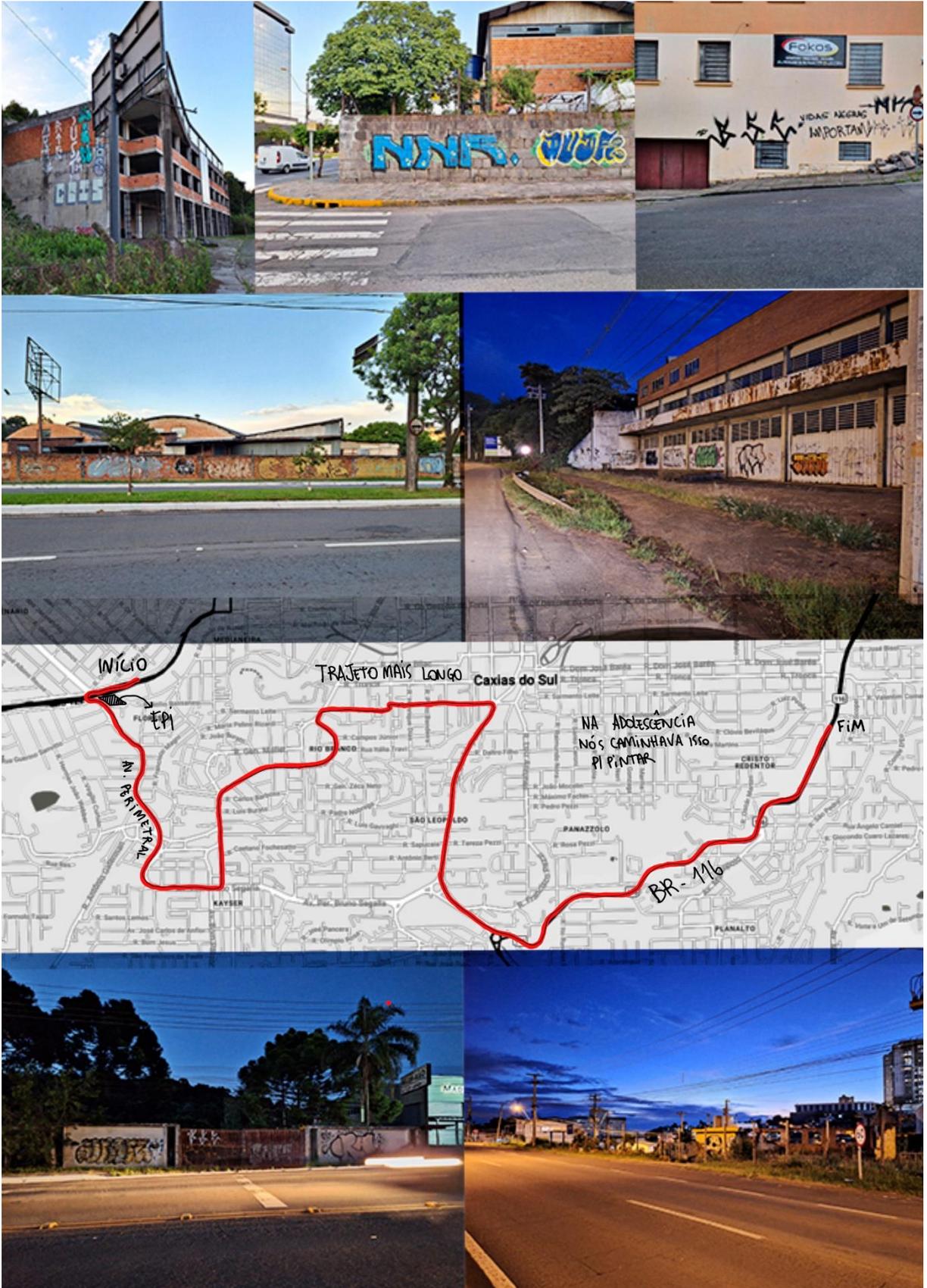


Figura 19 - Deriva pela perimetral, Rio Branco e BR, o reino do abandonado (01/04/2024). Elaborado pelo autor.

Duas derivas, as mais importantes delas, talvez, foram feitas em companhia de duas pessoas pelas quais tenho grande admiração, amigades que me acompanham há algum tempo e que tem no *vandal* um lugar comum. O primeiro trajeto, realizado com ODR<sup>79</sup> (figura 20), iniciou no mesmo local que escolhi para minha primeira deriva sozinho, a alça da BR-116. Segundo ele,

Esse rolê aqui é importante pra mim também, porque eu lembro de colar aqui na tua casa e nós passar por aqui direto e, tipo, quando eu te conheci vocês já tinham feito essa porra. E eu lembro que o teu estilo de letra, me lembrava, tipo, tu fazia essas letra que parecia feito de ponta chanfrada, tá ligado? Tu, o Cupim, o Feio, eu lembro e o Sapo. Eu lembro dessas quatro ref assim, que fazia essas letras (ODRA em conversa)



Figura 20 - Deriva com ODR<sup>79</sup>, viaduto da baía, viaduto OPC-VNR (e o desencontro com CHERRY<sup>80</sup>) e muro dos Smurfs (28/03/2024). Elaborado pelo autor.

Dali, seguimos para outro viaduto, também na BR-116, esse não tão deserto, eventualmente alguns moradores-as de rua se abrigam entre as paredes coloridas do viaduto. Nesse mesmo viaduto, inicia a deriva que fiz com a CHERRY<sup>80</sup> (figura 21), por motivos bastante diferentes, mas que tem um episódio em comum. Para ODR<sup>79</sup>, um *trampo* que existe apenas em registros fotográficos, na parede perto de onde as/os moradoras-es do viaduto cozinham, recebeu uma camada de preto da fumaça das fogueiras improvisadas e dos fogareiros, que cobriu quase completamente o

<sup>79</sup> ODR<sup>79</sup> é escritor de rua (*writer*) e integrante da *crew* OS PREGO CREW (OPC).

<sup>80</sup> CHERRY<sup>80</sup> é escritora de rua (*writer*) e integrante da *crew* DOPE GIRLS CREW.

OPC-VNR que, algum tempo depois, foi atropelado por outra *crew* e que levou Odra a nos conduzir até o espaço. Odra considera importante pra trajetória da *crew* da qual faz parte. Cherry considera esse mesmo local importante porque no dia em que o *graffiti* dos OPC-VNR foi feito, foi também o dia em que ela realizou um *trampo* mais trabalhado sozinha pela primeira vez,

Porque, tipo, na época eu achei que ia ser um evento de *graffiti*, né, falaram que a galera ia pintar lá, tipo, e eu soube e decidi ir com as tintas que eu tinha comprado e tal, pra pintar. E daí eu cheguei lá e era a galera pintando OPC, e... eu não fazia parte dos OPC, né, óbvio, e aí eu pintei do outro lado do viaduto. E, tipo, em momento nenhum alguém veio falar comigo e eu fiquei muito chateada porque eu consigo entender, desde aquela época, a questão, óbvio, né, do quanto o *graffiti* tem essa coisa de “panelinha”, né. Que, é óbvio, tem a rivalidade sempre, mas que eu sentia uma falta de acolhimento muito grande naquela época ainda e que acontece também hoje em dia. Então eu acho que esse *trampo* me lembra desse paralelo, assim, de que, tipo, não mudou muita coisa daquela época para hoje em dia, assim (Cherry, em conversa)



Figura 21 - Deriva com Cherry, o não acolhimento da cena, o lúdico encontro entre graffiti e skate e a abertura das portinhas (02/04/2024). Elaborado pelo autor.

Esse rolê é importante para Cherry, porque mesmo sem conhecer ninguém e com ausência de receptividade por aqueles que pintavam no mesmo local, ela imprimiu a sua marca naquele espaço. “E eu acho que foi uma das primeiras vezes que eu senti esse choque em relação a como era ser mulher dentro do *graffiti*” (Cherry, em conversa). Os dois relatos somados demonstram que o mesmo lugar pode conter sentidos diferentes, mesmo entre sujeitas-os que representam um mesmo movimento,

ainda mais se pensarmos em movimentos como o *vandal*, que não se organiza sob uma racionalidade única. Um movimento que se organiza a partir de *grupos* (GUATTARI, 1987), sem manias de hegemonia, sem chefinhos e dirigentes.

A partir daqui as derivas se separam, ODRÁ me leva para o ponto final de nossa jornada, o Colégio Santa Catarina, em frente à escola ficava mais um espaço de memória do *grafite* caxiense, um *trampo* dos *SMURFS* — uma das primeiras *crews* de *grafite* da cidade — no local, nem o *grafite*, nem a edificação se encontram, restam apenas memórias do trabalho da *crew* que influenciou quem veio depois deles. Um lugar que, mesmo modificado pelo planejamento, ainda guarda outros sentidos de lugar, um espaço de memória, mesmo que o que tenha existido ali seja visível apenas no imaginário de quem vivenciou aquele tempo-espaço. CHERRY nos leva também a um espaço de memória, local que hoje abriga um atacado, mas que, por alguns anos, esteve abandonado e era ressignificado pela juventude que utilizava o espaço para andar de *skate* e experimentar arte nos muros do pavilhão. No caminho, ela menciona que a escolha pelo local se dá pelo fato de as edificações abandonadas serem “uma das formas mais fáceis de pintar dentro da cidade e, por muito tempo, foi uma das mais possíveis dentro de Caxias, né”,

é um lugar em que eu me sentia acolhida, assim, em pintar porque eu via como uma das únicas opções possíveis, sem ter maiores prejuízos e com mais segurança, por ser mulher e por, tipo, não pintar com outros caras na época, tinha amigas e amigos meus que a gente vinha aqui nesse rolê e eu ficava pintando enquanto eles ficavam sentados olhando. E era um pico que eu gostava bastante por ser democrático, por ter uma galera que pintava mais trabalhado, a galera que fazia *pixo*, a galera que fazia *bomb*, por ser um laboratório de experimentação sobre o rolê que tu vai lançar na rua e acho que foi um dos primeiros picos que eu achei massa de ocupar, assim, porque eu lembro muito da estrutura dele, ele tinha umas pilastras, aí teve gente que fez uma letra em cada pilastra. A forma como se ocupava esse espaço pra pintar eu achava muito massa e eu achava muito massa que juntava muito essa questão da cena do *skate* com o *graffiti*. Então, pra mim, foi uma escola, dentro do *graff* esse pico (CHERRY, em conversa).

Outros lugares como esse que CHERRY menciona existiram na cidade, um exemplo mais recente abriga outro super mercado atacado, o prédio da antiga Robertshaw que, após a demissão em massa das trabalhadoras e a declaração de falência da empresa, deixou um prédio, que ocupava uma quadra inteira, abandonado e, da mesma forma que o local que visitamos, abrigava *skate* e *grafite* — entre outras atividades. O engraçado é que mesmo após dois episódios de ressignificação espacial que

imprimiram territorialidades muito similares em espaços também muito similares, o planejamento urbano moderno não tenha atentado para as necessidades apresentadas pelas/os ocupantes desses espaços.

Encerramos o rolê em um conjunto de portas-cortina, na estação férrea.

Eu acho que isso foi um evento dentro de Caxias, porque, tipo, existe muito essa questão das fases dentro da cidade. Tipo, ah, existiu uma fase que era mais *tag*, depois existiu uma fase que a galera do *bomb* pintou mais, aí depois tem a galera dos murais que, tipo, acho que agora, atualmente, na cidade é muito mais forte o mural do que a questão do *bomb*. E eu acho no momento que a gente pintou as portas, a gente desbloqueou algo dentro da cidade, porque era muito característico a galera pintar muro, pintar pico abandonado, mas não se tinha essa coisa de pintar comércio ainda. E era uma coisa que eu gostava bastante de fazer em Curitiba e que, enfim, eu não tinha companhia quando eu cheguei em Caxias pra fazer esse tipo de trampo. E quando eu cheguei aqui e, tipo, conheci o TAPAS e tal, e o VEJAM colou pra cá, e, tipo, era muito mais seguro, eu comecei a pintar portão. Foi um desbloqueio, depois disso eu comecei a pintar outros portões e, acho que, foi bem significativo pra cena, porque outras pessoas começaram a pintar portão e a gente entrou numa cultura nova dentro da cidade, onde hoje em dia se pinta portão. Sendo que na maioria das outras cidades, domingo é dia de pintar portinha. Tipo, Curitiba é muito comum ir pro centro pintar porta, ou pintar porta nas avenidas e aqui a galera não pintava. E eu, particularmente, acredito que é um dos lugares que mais se deveria pintar, pela questão do comércio, pela questão do protesto, tipo, não que seja errado pintar casa, pintar muro, mas eu acho que é muito louco tu pintar um lugar que vai se mostrar só num momento de descanso das pessoas, que seria no domingo, né. Uma oportunidade das pessoas verem uma galeria a céu aberto, que, talvez, as pessoas não queiram ver (CHERRY, em conversa)

Segundo Milton Santos, “quando uma variável muda o seu movimento, isso remete ao todo, modificando-o, fazendo-o outro, ainda que, sempre e sempre, ele constitua uma totalidade” (SANTOS, 1997, p. 15). Pudemos ver ao longo do trabalho que o vandalismo é uma variável que muda o movimento natural do planejamento hegemônico, tensiona, escracha, resiste à racionalidade eurocentrada do modelo de cidade que a partir dele se constrói. A sociedade do espetáculo (DEBORD, 2000), pautada no *pseudo* consenso, é a sociedade do monólogo, uma fábrica de alienação. Essa constatação, apesar de não se tratar de algo novo, se radicaliza na globalização. Essa nova fragmentação da cidade em duas partes, formal e informal, proprietária e não proprietária, convive com a manutenção da velha segregação, cujas conotações de gênero, raça e etnia se aprofundam (MARICATO, 2015). O *vandal* possibilita que se vislumbre a ideia de que, a partir do escancarar a falta de legitimidade do projeto neoliberal, que constrói cidades à revelia da população que as habita, outras possibilidades se desenvolvam, em direção de cidades onde a vida seja menos,

assimétrica e desigual. Essas formas de expressão das·os lentas·os, daquelas·es que organizam suas práticas para além dos tempos do capital, alerta que podemos r-existir sob outras territorialidades.

## 8 MAS NÃO DEVIA

Escrevi a dissertação que o·a leitor·a tem em mãos como quem faz um *bomb*. O refletir sobre a ação a qual me dispunha, por um tempo que perpassa o fazer e o pensar sobre fazer, me acompanha desde antes de iniciar o processo de pesquisa e se ressignificava a cada passo. Como quem faz um *bomb*, uma intervenção em um espaço que não me pertencia, um arquiteto urbanista desviante, grafando os muros da Geografia. Uma dissertação fruto de muita reflexão, muitos rascunhos mentais e no papel, e que, pelo contexto externo ao autor que se coloca em movimento pelo desejo do ato, materializado em 15 minutos — com o perdão do exagero. Uma profanação nos muros da área do conhecimento que me fez ver sentido no urbanismo, me possibilitou imaginar outras práticas, mais intencionais, mais interessada em pensar nos *porquês*. Como VAVÁ, sinto que agora as ruas da Geografia são como a minha rua, sinto que também pertencço a esse espaço — independente de quem se incomode com isso. Também como um *bomb*, tenho certeza que revisitarei essas páginas encontrando cada detalhe que falta, uma sombra no canto de uma das letras, um efeito de luz em um ponto específico da intervenção, um subcontorno... Um trabalho, talvez, caótico e que pode despertar interesse apenas a um grupo específico de pessoas — mas creio que com isso a academia também já esteja acostumada.

Dedico estas últimas páginas, ao resgate daquilo que me colocou em movimento de pesquisa. Se, como mencionado ao longo do trabalho, para entendermos o espaço social, não basta compreendermos apenas o espaço, mas sim as relações sociais que se desenvolvem nele, atentar para as práticas que contrariam a lógica com que a espacialidade urbana se constitui e, por conta disso, são criminalizadas pela racionalidade cidadina é um ponto chave para o desviar de caminho em direção de realidades menos heterônomas. Essas práticas nos mostram que se o espaço planejado se propõe a educar, como sugere Tuan, imaginar outras formas de produzir espaços e espacialidades se torna ainda mais urgente. Em uma cidade onde o movimento natural é a submissão dos interesses sócio-ambientais à economia, que produziza tudo e todas·os em um processo de financeirização que não

encontra limites, olhar atentamente para as práticas que não encontram racionalidade na mercantilização é um ato subversivo.

Durante esse processo pude ter, ou reestabelecer, contato com 11 artistas que, em diferentes intensidades, se dedicam ao *vandal*: CEU, CHAPA, CHERRY, CORJA, LEO NTVO, ODRA, N-ESTRAGO, PESO, RIETA, STANG e VAVÁ. Filhas-os da classe trabalhadora que se lançam em direção aos muros, portinhas, janelas, empenas e marquises, em um movimento que denuncia a territorialidade heterônoma da cidade de Caxias do Sul. Uma cidade que dilui sua identidade em um processo de mercantilização do solo e da paisagem urbana. Uma cidade que acende suas velas no altar do deus mercado. Afinal de contas, na cidade *da fé e do trabalho*, deus também não morreu, apenas tornou-se dinheiro (Agamben). Percebemos ao longo do trabalho que a Caxias do Sul imigrante, que recebe populações de diversas partes do globo não dá vazão às territorialidades que se abrigam em seu território. E isso em busca de uma estética globalizada, uniforme e homogeneizante, seja pelo anseio de atender aos fluxos do capital e adaptar-se a velocidade que o capitalismo imprime à vida urbana, seja em busca da maior lucratividade dos setores que movimentam a economia da cidade — ainda que se possa questionar o tipo de movimento investido por estes setores.

A espacialidade que se forma a partir disso, como nos falou N-ESTRAGO, é sufocante. Em uma cidade que se constrói a partir de uma falsa ideia de consenso, como se outras territorialidades não existissem, ou, melhor, como se outras territorialidades não tivessem permissão para existir, artistas vândalos-os ressignificam a paisagem urbana, abrindo brechas para que essas territorialidades não se percam no processo de construção de uma cidade produto. Pois, como bem aponta o coletivo *E/Ou*, em *Descartógrafos*, “não ser reconhecido pelo outro não significa não existir, ser parte de um não lugar” — até porque, não acreditamos em espacialidades com vácuo de sentido, de significado — “[...] Prioritário seria (e é) sentir, pensar e agir sobre o lugar onde se vive” (WASHINGTON, 2010, p. 6). Nesse sentido, o *vandal*, como os *Descartógrafos*, nos ensina — se dispostas-os estivermos — que “melhor então é fazer os [nossos] próprios mapas, escrever a [nossa] própria história, construir a [nossa] própria rede de trocas culturais entre os territórios” (WASHINGTON, 2010, p. 6-7). Alterando as territorialidades visíveis na espacialidade proprietária, tornando a cidade outra e, com isso, transformando suas próprias

práticas a cada movimento que a “ordem” posta faz em direção a limitar os corpos desviantes, em um jogo dialético que não vê fim.

Esse movimento, de grafar a cidade a partir de outra racionalidade estética, surge de diferentes afetos e rebeldias a depender da corporeidade de quem se dedica à prática. Diferentes vivências levam a diferentes formas de expressar o descontentamento com a espacialidade posta. Em uma das aulas de um curso de extensão proposto pelo LEUrb (UFRGS), o professor João Rovati comenta que, uma das coisas que acontecem na cidade é que as pessoas não pensam a cidade, elas simplesmente vivem a cidade. E, dessa forma o *pseudo* consenso, esse “pacto social” que rege o planejamento urbano moderno rumo em direção a um espaço moralizante que poda toda a possibilidade de desvio e de desejo dos corpos. O vandalismo, por sua vez não apenas vive a cidade, a pensa, e por pensar a cidade questiona a sua sacralidade, devolve seu domínio aos homens e mulheres reais, permite a diferença estampar aquilo que se pretende homogêneo. Intervindo em uma obra-produto que não aparenta ser feito para seus praticantes, mas que, após a ação, passa a constituirlo como se a cidade fizesse parte do seu próprio corpo (COELHO, 2009), do seu corpo-território. Por isso, artistas do vandalismo promovem diferentes discursos em diferentes espaços. A mesma pessoa que no centro da cidade se dedica ao *pixo*, à *pixação*, ao *bomb*, ludicamente adapta a sua linguagem nos espaços que melhor acolhem outras territorialidades, como as periferias. Desenvolvem arte a partir de um diálogo mais horizontal com o território.

O *vandal* destina mensagens diferentes a cidades diferentes — aqui se pensando nas várias cidades que compõem uma única. A mensagem se transforma com o passar do tempo, com o transformar-se do espaço, com o amadurecimento da prática, com as transformações do espaço do *entre*. Uma relação de formar-se e transformar-se conforme a espacialidade se forma e se transforma. Por não se acostumar com a urbanidade do *consenso*, provoca que venham à superfície as territorialidades do *contrassenso*, um desvio em direção a “desordem”, ao caos. A lembrança de que, mesmo que, “uma vez produzido dessa ou daquela forma, o espaço material condicionará as relações sociais, as atividades e os processos posteriores” (SOUZA, 2016, p. 73), “existem outras formas de ver, outras formas de fazer” (LEO NTVO em conversa). E entender isso é, talvez, o primeiro passo para que

possamos nos desacostumar com uma urbanidade que segrega, discrimina e distribui de maneira assimétrica e desigual os resultados da construção coletiva.

Portanto, o vandalismo comunica à cidade e com a cidade outra velocidade, praticada por outras corporeidades. Em meio às cidades da velocidade, dos espaços que emulam a cidade de Cloé, imaginada por Calvino (2003), cidade grande onde

as pessoas que passam pelas ruas não se reconhecem. Quando se veem, imaginam ali mil coisas a respeito umas das outras, os encontros que poderiam ocorrer entre elas, as conversas, as surpresas, as carícias, as mordidas. Mas ninguém se cumprimenta, os olhares se cruzam por um segundo e depois se desviam, procuram outros olhares, não se fixam (CALVINO, 2003, p. 24).

Cidades que trazem à tona a competitividade e o individualismo que se acirram mais e mais. O *vandal*, por sua vez se comunica com as-os lentas-os, aquelas-es que, em seus trajetos, olham ao redor, sentem a cidade, suas cores, suas texturas, seus cheiros, seus afetos. Comunica que podemos imaginar algo que nos represente mais enquanto coletividade urbana. E como essa construção espacial seria? Não sei, e provavelmente suas-seus praticantes também não saibam, mas afirmo com alguma certeza que é diferente do que se constrói pela racionalidade que o planejamento urbano vem praticando contra os corpos e contra as cidades. Uma construção mais atenta ao cotidiano, como essa pesquisa se propôs, mais sensível às mensagens sutis que a vida imprime nos marcos da cidade proprietária, mais permissiva com os-as tantos-as outros-as.

Este trabalho buscou mobilizar conceitos que extrapolam os muros da academia — muitas vezes banalizados pelo vocabulário da imprensa formal e de planejadores-as urbanos-as —, conceitos que já fazem parte da linguagem de movimentos sociais, e de artistas que buscam intervir material e subjetivamente naquilo que os significa. Conceitos em disputa. Um trabalho que não pretende se fechar em si mesmo, uma vez que não esgota o tema, e nem se propôs a isso, mas que compartilha reflexões sobre método e metodologia com aquelas-es que possivelmente escreverão depois de mim. Um fragmento que contribui para a compreensão dessa urbanidade e da possibilidade de enxergarmos o vandalismo como uma ferramenta de quem não possui outra disponível — ou talvez, a ferramenta mais eficaz de quem tem acesso a algumas. Esse instrumento de *autodefesa* de

corpos dissonantes ao espaço normativo, de um atrevimento que ousa sonhar em meio a uma realidade sócio-espacial que “se acostuma. Mas não devia” (COLASSANTI, 1996, p. 9).

## REFERÊNCIAS

ABALOS JUNIOR, José Luís. Quem sujou as mãos de tinta? Estética, gesto e matéria em intervenções artísticas urbanas. **Vista**, [S. l.], n. 3, p. 148–171, 2018. DOI: 10.21814/vista.3033.

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

AMORE, Caio Santo, MORETTI, Ricardo de Sousa. “Gelo não é pedra” – informalidade urbana e alguns aspectos da regularização fundiária de interesse social na lei 13.465/2017. In: **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, v. 3, n. 17, p. 73-83, agosto de 2018.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**, 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BALEM, Tiago e REYES, Paulo. PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES COMO PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO. Revista **PIXO**. Pelotas, v. 8, n. 28: OKUPAS (verão), p. 128-141, fev. 2024.

BRETCH, Bertolt. **Poemas**. São Paulo: Editora 34, 2000.

BRITTO, Fabiana Dultra, JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2008.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. Caxias do Sul: entre o regional e o local. In: XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. **Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional?** São Paulo: Faculdade de Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017, p. 94.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 2003.

CATTANEO, Dilermando. No espaço da liberdade a re(construção) da natureza: um ensaio sobre a relação Geografia, Ambiente e Anarquismo. In: SUERTEGARAY, Dirce Maria. Notas sobre a Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis, n. 12, p. 38-47, 2005.

CAXIAS DO SUL. **Lei Municipal 1.807**, de 1º de setembro de 1969. Autoriza fechamento de ruas e recebimento de áreas, em doação.

CAXIAS DO SUL. **Lei Municipal 2.797**, de 30 de dezembro de 1982. Desafeta área de uso comum do povo; autoriza a doação de terras na forma e condições que estipula e dá outras providências.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, vol. I – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

COELHO, Gustavo. **piXação: arte e pedagogia como crime**. 2009. 365 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COLASANTI, Marina. **Eu sei, mas não devia**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano?: e outras intervenções**. São Paulo: companhia das letras, 2011.

DEBORD, Guy. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

DORLIN, Elsa. **Autodefesa: uma filosofia da violência**. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020.

ELKIN, Lauren. **Flâneuse: mulheres que caminham pela cidade em Paris, Nova York, Tóquio, Veneza e Londres**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

FEYERABEND, Paul Karl. **Contra o método**, 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. In: **Estudos Avançados**, vol 27, n. 79, p. 113-122. 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIAZZON, Eloisa Maria Adami. **Identificação de práticas recomendadas em processos de qualificação urbana sob a ótica da gestão de risco: experiência de Caxias do Sul/RS**. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

GONÇALVES, Glauco Roberto. A deriva e a psicogeografia e suas possibilidades para os trabalhos de campo em Geografia Urbana. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 100–111, 2019. DOI: 10.5216/ag.v13i3.58750.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HAESBAERT, Rogério. DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS. **GEographia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004. Acesso em: 13/06/2022, disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>

HAESBAERT, Rogério. **De categoria de análise a categoria da prática: a multiplicidade do território numa perspectiva latino-americana**. Clacso, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERTH, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz, PIRES, Cláudia Luísa Zeferino. **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Vínculos territoriais: discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. In: **Geographia** (UFF), v. 19, p. 29-40, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro-resistências urbanas. In: JACQUES, Paola Berenstein; BRITTO, Fabiana Dultra (Org.). **CORPOCIDADE**: debates, ações e articulações. 1. ed. Salvador: EDUFBA, p. 106-119, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. In: **Psicologia & Sociedade**. v. 16, n. 2, ago, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>

LARROSA, Jorge. A arte da conversa. In: SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, p. 211- 216, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986 (1974). Henri. **Espaço e política**. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950**. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001.

MAGALHÃES, Fabio Lopes Bonna Moreirão de. **Ideias provisórias para tempos provisórios: A trajetória da Internacional Situacionista e apontamentos para seu lugar na Geografia**. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo 2011.

MARCHIORO, Juarez, CALCAGNO, Nelson Vázquez. Crescimento da cidade e legislação urbanística. In: GIRON, Loraine Slomp, NASCIMENTO, Roberto R. H. do. **Caxias centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUEZ, Renata Moreira. Arte e Geografia. In: FREIRE-MEDEIROS, Bianca e COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da (Org.). **Imagens Marginais**. Natal: EdUFRN, 2006, p. 11-22.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. “Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações”, In: **Geographia**, Niterói, v. 6, n. 12, 2004, p. 7-23.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363.

NASCIMENTO, Roberto R. F. do. Caxias, 2010: 132 anos de urbanização. In: GIRON, Loraine Slomp, NASCIMENTO, Roberto R. H. do. **Caxias centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **Percepção e representação gráfica: a geograficidade nos mapas mentais dos comandantes de embarcações no Amazonas.** Manaus: Edua, 2014.

PORTO-GONÇALVEZ, Carlos Walter. A geografia está em crise. Viva a geografia! In: **Boletim Paulista de Geografia.** (55), p. 5-30. Recuperado de: <http://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1050>, 1978.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicação: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado.** Ceceña, Ana Esther. CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2006. Pg. 151-197, ISBN: 987-1183-34-8.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir. (org.) **A guerra infinita: hegemonia e terror mundial.** Petrópolis: Vozes, 2002.

PRADILLA-COBOS, E. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cadernos Metrópole.** São Paulo, v. 16, n. 31, p. 37-60, jun 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Caxias do Sul sedia encontro da Expedição Xingu com a cultura indígena do Município.** Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2015/04/caxias-do-sul-sedia-encontro-da-expedicao-xingu-com-a-cultura-indigena-do-municipio>. Acessado em: 20/09/2022, 17:56.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Projeto de Lei Complementar nº29/2021.** Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/upload/files/PLC%20-%2029-2021.pdf>. Acessado em: 20/09/2022, 18:00.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFATLE, Vladimir. **Alfabeto das colisões.** 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, 2 (2), 1988, p. 46-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: **Cadernos IPPUR**, ano XIII, nº 2, p. 15-26, ago-dez, 1999.

SIGNORI, Luiza e SANTOS, Maurício Rossini dos. SE O CEMITÉRIO NÃO EXISTISSE, TUDO SERIA O BAIRRO. O(s) territórios e a imaginação. Revista **PIXO**. Pelotas, v. 6, n. 23: CIDADANIA & TERRITÓRIO II (primavera), p.138-150, nov, 2022

SILVA, Armando Corrêa da. A sociedade e os caminhos da modernidade e da pós-modernidade. **Revista Paranaense de Geografia**. Ano VI, n. 6. Curitiba: Letra das Artes, 2001, p. 111 – 117

SILVA, Túlio dos Reis, **A história do crescimento urbano de Caxias do Sul: do milagre econômico à redemocratização**; 1. Ed. Caxias do Sul: EDUCS. 2018.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: escritos de divulgação científica e análise política. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Por uma Geografia Libertária**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SVAMPA, Maristella. **Debates Latino-Americanos**. Buenos Aires: Edhasa, 2016.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O Anti-Narciso: lugar e função da Antropologia no mundo contemporâneo. Em: **Revista brasileira de psicanálise**. vol. 44, nº 4, p. 15-26. São Paulo, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas anibais**: elementos para uma Antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WASHINGTON, Claudia; ARAÚJO, Lúcio de; GOTO, Newton. **Recartógrafos**.  
Curitiba: Edição do autor, 2010.

**ANEXOS****ANEXO 01: REGISTROS DA DERIVA 30/06/2022 (PRIMEIRA DERIVA SOLITÁRIA)**

























## ANEXO 02: REGISTROS DA DERIVA 08/12/2022 (“OUTRO LADO DA JÚLIO”)



















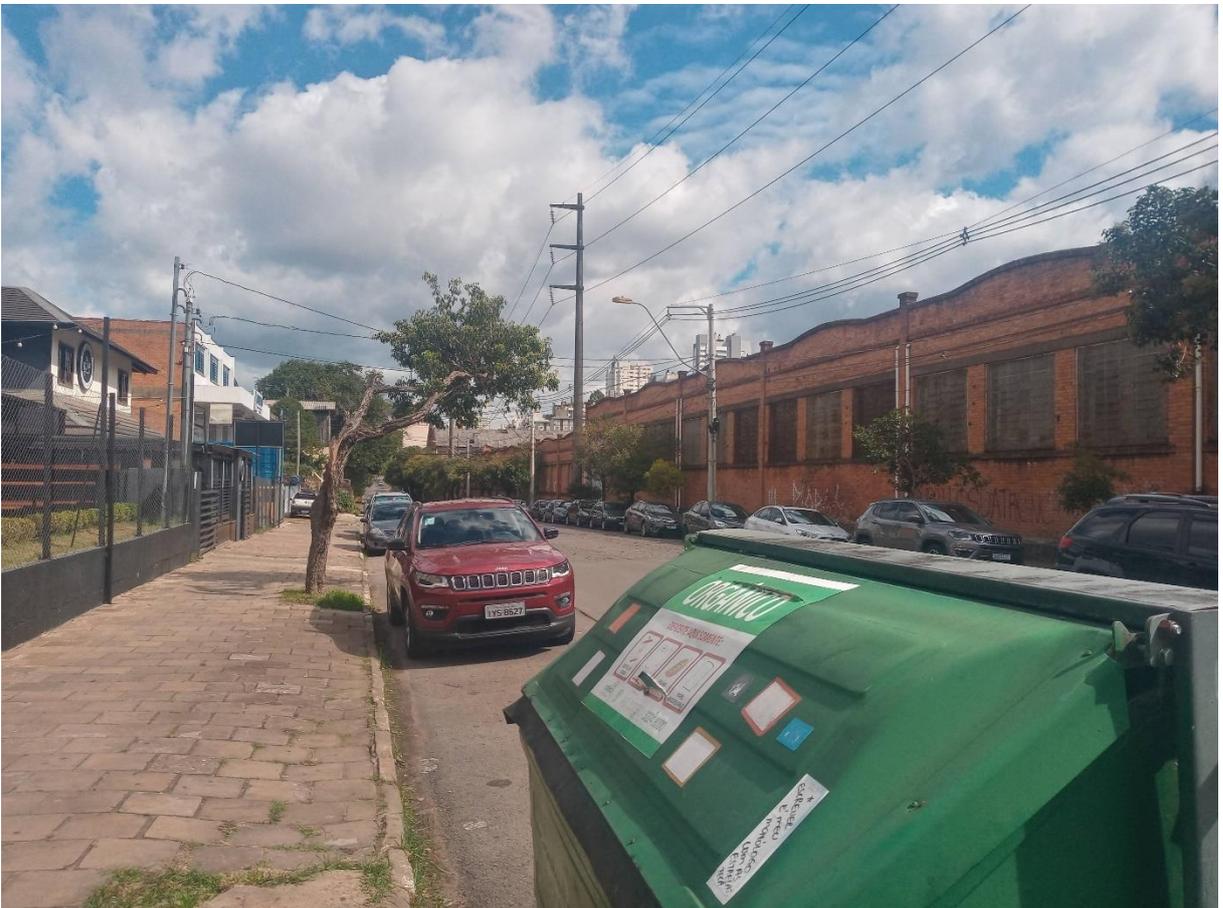




## ANEXO 03: REGISTROS DA DERIVA 19/04/2023 (COM O ORIENTADOR)





















ANEXO 04: REGISTROS DA DERIVA 27/03/2024 (2,20 JÁ ERA ROUBO, KXOPS)

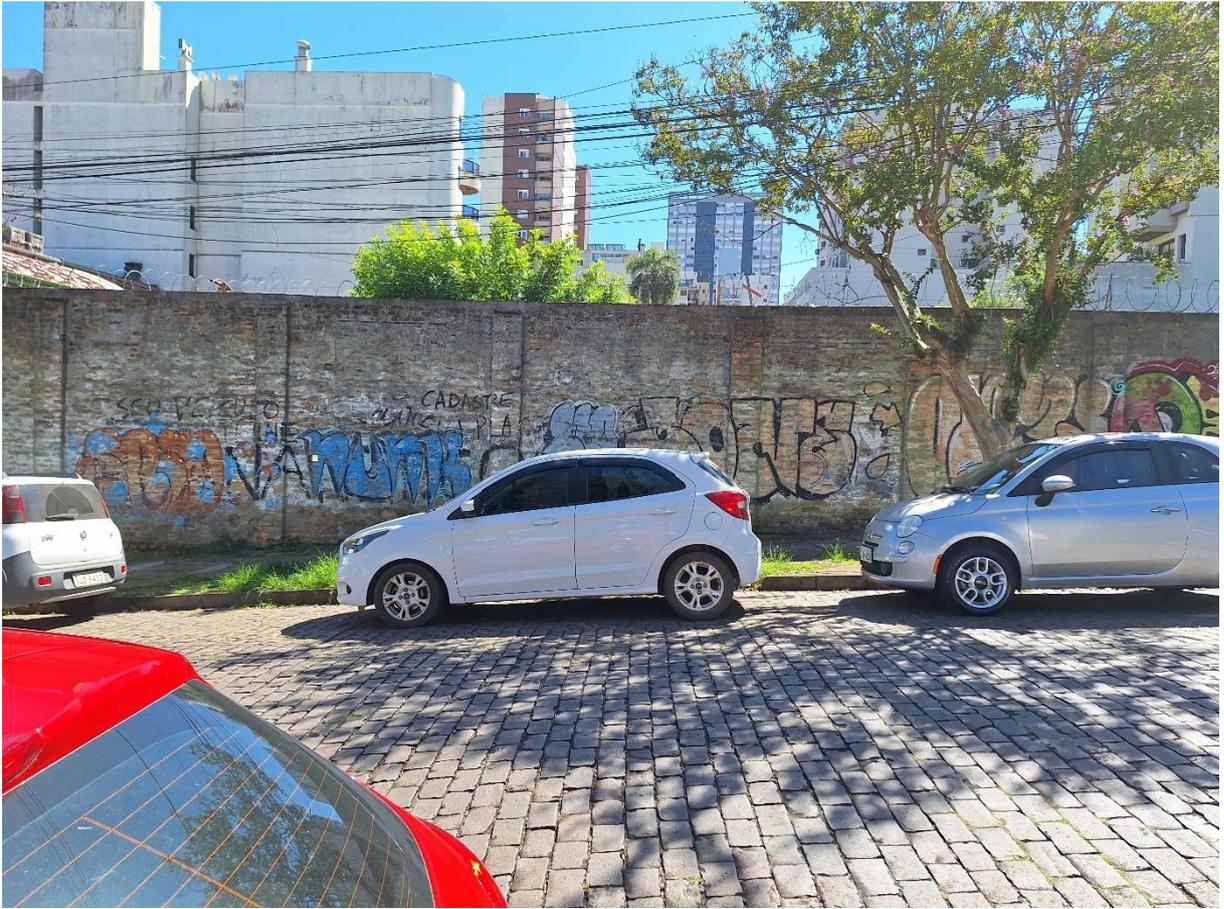
























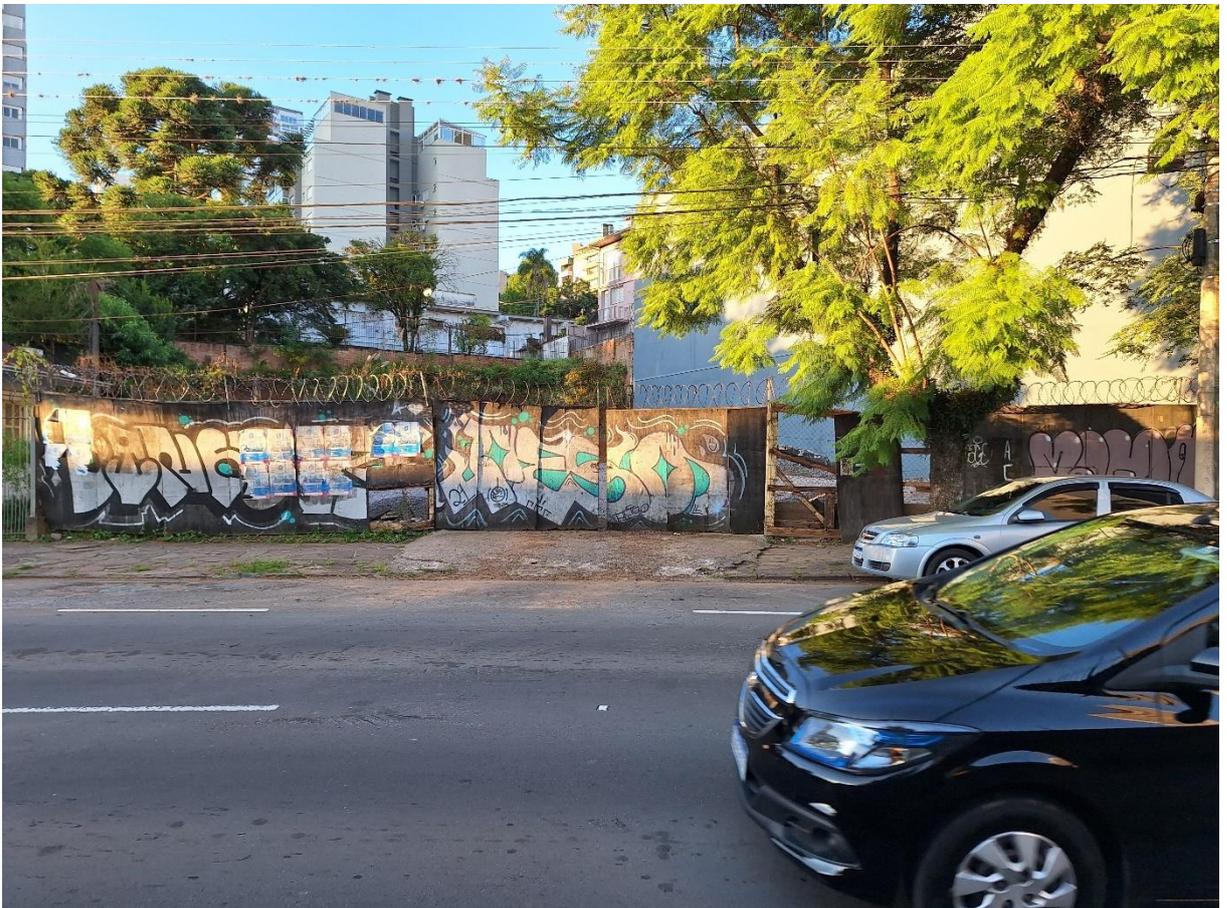


ANEXO 05: REGISTROS DA DERIVA 27/03/2024 (A VIDA É QUANTAS?)





















ANEXO 06: REGISTROS DA DERIVA 28/03/2024 (DO ROLÊ COM N-ESTRAGO)













ANEXO 07: REGISTROS DA DERIVA 01/04/2024 (O REINO DO ABANDONADO)

